

# eling UP

**Revista eletrónica de Linguística  
dos estudantes da Universidade  
do Porto**

*A students' e-journal of Linguistics from  
University of Porto*

## Revista de Linguística

Volume IX | n.º 2 | Ano 2020



**Diretores:**

António Leal  
Purificação Silvano

**Editores:**

Carlos Silva  
Joana Ferreira  
Mariana Ribeiro  
Rute Rebouças  
Violeta Amélia Magalhães

**Secretariado Editorial:**

Ana Cunha  
Beatriz Martins  
Edna Boliqueime  
Eloísa Bastos  
Luísa Pimenta  
Mariana Silva  
Matilde Marques  
Renata Rodrigues

**Comissão Científica:**

Alexandra Pinto  
Ana Maria Brito  
Ângela Carvalho  
Celda Morgado  
Clara Amorim  
Elena Zagar Galvão  
Fátima Oliveira  
Fátima Silva  
Idalina Ferreira  
Isabel Margarida Duarte  
Joana Guimarães  
João Veloso  
Luís Filipe Cunha  
Maria da Graça Pinto  
Rogelio Ponce de León Romeo  
Sónia Valente Rodrigues  
Thomas Husgen

## **FICHA TÉCNICA**

*eling*<sup>UP</sup>

Revista Eletrónica dos estudantes de Linguística da Universidade do Porto

Vol. 9 | n.º 2 | 2020

Periodicidade: Bianaual

Capa: Raquel Araújo

Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS.

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>

## ÍNDICE

<b>Nota dos Editores</b>	<b>5</b>
<b>Entrevista à Professora Doutora Maria da Graça Castro Pinto</b>	<b>7</b>
<b>Artigos</b>	
<b>O Uso e Tradução para Português Europeu do <i>Present Perfect</i> em <i>Harry Potter e a Pedra Filosofal</i></b>	<b>33</b>
Flávio Lima, Joel Santiago, Rui Mendes Lopes e Sofia Pinho Silva	
<b>O modo nas orações relativas restritivas</b>	<b>50</b>
Ana Filipa Fonseca	
<b>Atos de Crítica e de Ameaça no Discurso nas Redes do Presidente Jair Bolsonaro: Uma perspetiva sociolinguística e pragmática</b>	<b>87</b>
Eloísa Bastos	
<b>O Português Vernáculo de Angola Adjunção de Morfemas Portugueses e Bantu</b>	<b>118</b>
Hilton Fortuna Daniel	
<b>Recensão</b>	
<b>Da Hora, D.; Vogeley, A. 2017. <i>Fonologia Autossegmental</i>. In: D. da Hora, C. L. Matzenauer (Orgs.). <i>Fonologia, fonologias: uma introdução</i> (63-80). São Paulo: Contexto.</b>	<b>133</b>
Violeta Amélia Magalhães	

## Nota dos Editores

Neste inverno do mundo, profundamente marcado pela pandemia da COVID-19, a revista *elingUP* lança o seu ar primaveril, trazendo ao público as novas descobertas dos jovens investigadores de Ciências da Linguagem da Universidade do Porto. Este segundo volume de 2020, de que fazem parte quatro artigos e uma revisão crítica, textos elaborados por estudantes de diferentes anos, particulariza-se por homenagear a Professora Doutora Maria da Graça Pinto, uma das grandes referências dos estudos linguísticos na Universidade do Porto, através de uma entrevista que encabeça este volume.

A Professora Doutora Maria da Graça Pinto é Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. No seu percurso de investigação, tornou-se um nome incontornável da Psicolinguística em Portugal, tendo estudado temas diversos, que vão desde a dislexia na criança ao processo de escrita no idoso. Agradecemos, por isso, à Professora Doutora pelas generosas respostas às nossas questões.

À entrevista segue-se um artigo, inscrito num estudo de Semântica aplicada à tradução, que avalia as correspondências e respetivas leituras entre o *Present Perfect* e os tempos verbais usados na tradução para o português de dois capítulos de *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, de J. K. Rowling. Este artigo é assinado por Flávio Lima, Joel Santiago, Rui Lopes e Sofia Pinho-Silva.

O segundo artigo, de Ana Filipa Fonseca, analisa orações relativas restritivas no que diz respeito ao tipo de expressões nominais antecedentes e ao uso do Indicativo e do Conjuntivo.

Seguidamente, Eloísa Bastos compõe um artigo na área da Pragmática acerca dos atos de fala e da descortesia tomando como objeto de análise o discurso escrito e oral de Jair Bolsonaro.

O quarto artigo, da autoria de Hilton Fortuna Daniel, analisa, no âmbito da Lexicologia e Lexicografia, os processos de formação de neologismos resultantes de hibridismos interferência entre as línguas bantu e o português.

Por fim, Violeta Amélia Magalhães traz-nos uma revisão crítica do capítulo “Fonologia autossegmental”, de Da Hora e Vogeley (2017), que constitui um valioso *insight* neste quadro teórico que teve um largo contributo e aplicação na fonologia moderna.

Esperamos, assim, que estes textos sejam do agrado dos leitores e que os estimule na procura por novas perguntas e respostas para a área das ciências da linguagem – um intuito que, de resto, une os editores desta nota para a organização dos volumes que se seguirão.

Carlos Silva, Joana Ferreira, Mariana Ribeiro,  
Rute Rebouças e Violeta Amélia Magalhães

## Entrevista à Professora Doutora Maria da Graça Pinto



A Professora Maria da Graça Pinto é Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu trabalho desenvolve-se no campo da Psicolinguística e da Neurolinguística, tendo-se doutorado em 1984 com uma tese intitulada *Abordagem a alguns aspetos da compreensão verbal na criança. Estudo psicolinguístico genético do Token Test e de materiais de metodologia complementar*. Tal trabalho, ao qual se junta um outro documento complementar acerca das contribuições neurolinguísticas para a compreensão de um caso de dislexia profunda, valeu-lhe, dois anos mais tarde, o Prémio Gulbenkian de Ciência (1986).

A carreira da Professora Maria da Graça Pinto é marcada, entre outros aspetos, pela sua transversalidade e pluricentrismo. Aquando do seu doutoramento, obteve a orientação da Professora Hermina Sinclair, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Génève, e do Professor de Neurologia e Neurocirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Celso Cruz, com quem também colaborou, entre 1977 e 1995, no Laboratório de Estudos da Linguagem do Serviço de Neurologia e Neurocirurgia do Hospital de São João, no Porto. Trabalhou ainda, entre 1979 e 1998, com a Professora Andrée Girolami-Boulinier, professora de Ortofonía na Faculdade de Medicina Pitié-Salpêtrière em

Paris e Ortofonista no Hospital de St. Vincent de Paul, na mesma cidade. Mais recentemente, em 2006, criou o Programa de Estudos Universitários para Seniores (PEUS).

Sendo autora de diversos livros, capítulos e artigos científicos, a Professora Maria da Graça Pinto conta com uma contribuição científica inestimável no campo da Psicolinguística. Como tal, a revista *eling<sup>UP</sup>* não poderia deixar de desejar entrevistar a Senhora Professora. Tendo em conta o estado de pandemia mundial causado pelo novo coronavírus, a entrevista que se segue não pôde seguir o modelo presencial. Assim, contactámos a Professora Maria da Graça Pinto, e que prontamente se disponibilizou a responder às nossas perguntas. O guião desta entrevista foi redigido pelas estudantes Beatriz Martins, Mariana Silva, Rita Cunha, Renata Rodrigues e Violeta Magalhães e enviado por e-mail à Professora no dia 10 de junho de 2020. No dia 22 de julho de 2020, o mesmo guião foi enviado de volta pela Professora com as suas respostas.

A presente entrevista enfatiza os aspetos mais relevantes e reconhecidos da carreira da Professora, proporciona a discussão de temas relevantes e o recontar de histórias vividas. O resultado apresenta-se, assim, como uma conversa “à distância” que, certamente, interessará, não só aos estudantes de Linguística, como também ao público em geral. Desta forma, esperamos que esta entrevista sirva de motivo de comemoração de um longo percurso académico e de uma vida plena de conquistas. Gostaríamos de reiterar o nosso agradecimento à Senhora Professora Maria da Graça Pinto pela disponibilidade e generosidade na concessão desta entrevista. Além disso, todos os atuais membros da equipa da revista *eling<sup>UP</sup>* deixam também expresso o seu agradecimento pelas oportunidades de imensa aprendizagem proporcionadas pelo contacto com a Senhora Professora.

*Gostaríamos de iniciar esta entrevista recuando aos primeiros tempos da Senhora Professora enquanto estudante para saber como é que aconteceu a descoberta da Psicolinguística. Poderia contar-nos como se processou a tomada de conhecimento e entrada na Psicolinguística e o que é que a motivou a escolher este caminho?*

Depois de ter enveredado por áreas que pouco me disseram e de ter estado um ano fora de Portugal, senti que tinha de procurar um curso que me oferecesse uma boa dose de Linguística porque queria estudar a aquisição da linguagem. A Linguística não seria mais do que um dos pilares para prosseguir esse intento, mas as longas “férias grandes” que os

estudantes universitários gozavam à data tinham também a vantagem de criar condições a quem a isso se devotasse para alargar os horizontes do saber e, nas circunstâncias, estabelecer contactos e fazer pesquisas que contribuíssem para erigir o outro pilar, bem como o arco dessa “ponte” em construção: a aquisição da linguagem. O interesse pela aquisição da linguagem tem de ser visto, neste momento, como sinónimo de interesse pela Psicolinguística, uma vez que o estudo da aquisição da linguagem constitui uma das várias possibilidades de estudar a linguagem na perspetiva dessa disciplina/ciência.

Após a licenciatura, que tinha então a duração de cinco anos, o rumo foi obviamente direccionado de modo mais incisivo para matérias que complementassem os conhecimentos obtidos em Linguística, quer na direcção da Psicolinguística, quer da Neurolinguística.

*Em 1984, a Senhora Professora doutorou-se em Psicolinguística Genética sob a orientação da Professora Hermina Sinclair com uma tese intitulada Abordagem a alguns aspetos da compreensão verbal na criança. Estudo psicolinguístico genético do Token Test e de materiais de metodologia complementar. A enorme importância desse trabalho levou a que, dois anos mais tarde, em 1986, a Senhora Professora recebesse o Prémio Gulbenkian da Ciência. Nesse sentido, gostaríamos de saber quais os aspetos que dessa tese considera hoje os mais relevantes. Não nos referimos apenas aos resultados, mas aos possíveis ensinamentos que se poderão retirar ainda hoje desse trabalho em termos metodológicos e de enquadramento teórico.*

Ignoro que ensinamentos se podem retirar do trabalho supracitado. Essa resposta cabe ao leitor. A partir do momento em que se publica qualquer estudo, ele segue o seu caminho e o autor acaba por lhe perder por completo o controle e o rasto. É esse o desenrolar normal de qualquer estudo. Por vezes, o autor verifica que dele estão a ser extraídas ilações que nunca estiveram previstas nos objetivos que traçou no intento de o concretizar. Também me posso interrogar se a minha tese teve assim tantos leitores. Terá tido? Não sei. Ainda há pouco tempo, quase quarenta anos após a sua escrita e defesa, alguém a queria ler porque não a conhecia e gostava de saber onde a poderia adquirir.

Posso ainda acrescentar, no plano dos ensinamentos, que a tese foi defendida em 1984, mas já estava pronta em 1982. O que nela se encontra plasmado era válido então como o será hoje. Ressaltam da sua leitura tanto o papel do desenvolvimento cognitivo da criança quando está em causa a compreensão de materiais verbais menos ou mais complexos – estes

últimos de ocorrência tão frequente também em Matemática, disciplina sempre tão problemática no percurso académico dos alunos –, como a função da envolvente social da criança. O enquadramento teórico foi considerado exemplar pela Professora Hermina Sinclair. Na verdade, a tese não só espelhava um bom domínio dos escritos de Piaget e dos seus colaboradores mais direcionados para a temática em debate, mas também uma revisão muito atualizada da investigação até então realizada a respeito dos vários assuntos focados. Importa sublinhar que a recolha bibliográfica operada só se tornou possível graças a uma estada nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Indiana, Bloomington, na sequência de uma *Research Associate Position* obtida a convite do Professor Thomas Sebeok, Diretor do *Research Center for Language and Semiotic Studies of the Indiana University*, Bloomington. Sem essa permanência em Bloomington, teria sido inviável efetuar o vasto levantamento bibliográfico que serviu em grande medida para a sustentação teórica da tese. Basta lembrar que, no início dos anos oitenta do século passado, não havia internet e consequentemente não existia a oferta de publicações *online* que hoje se encontra ao dispor de qualquer estudante. Do ponto de vista metodológico, a população fala por si, assim como os materiais usados e os procedimentos seguidos. Trabalhar sob a supervisão da Professora Hermina Sinclair foi um desmesurado privilégio. A Mimi, como os mais próximos lhe chamavam, era uma grande cientista e um ser de uma humanidade ímpar. Foi bom ter tido a sorte de a ter encontrado e com ela trabalhado. Já a análise dos dados recolhidos espelhou bem a inexperiência que então vigorava, em especial entre nós, no que respeita ao uso de testes estatísticos destinados às Ciências Humanas. O tratamento estatístico dos dados, todo efetuado “soit-disant” manualmente, foi uma verdadeira aventura. Cheguei a inserir dados num computador, gentilmente cedido pelo Professor Joaquim Maia, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, que ocupava metade de uma sala de dimensões razoáveis do Hospital de São João. Os dados eram inseridos e o computador devolvia-me em rolos de papel a análise básica que realizava. A partir daí, tinha de fazer contas e mais contas e consultar as devidas tabelas para verificar se as diferenças eram ou não significativas. Desconheço se ainda existe o dito computador em algum espaço museológico ou se foi destruído. Quanto aos gráficos, foram todos feitos primeiro por mim e depois aprimorados por um desenhador. Como se pode inferir de tudo isto, tratou-se de um labor com um cariz hoje tido como mais do que anacrónico. O empenho prazeroso que se imprimia ao que se

realizava, por muito árduo e moroso que fosse o trabalho, não se compagina, temos de admitir, nem com a celeridade, nem com as lentes a que os tempos atuais nos acostumaram.

*A Psicolinguística, como a Linguística em geral, sofreu no século XX grandes revoluções. Há grandes nomes como Lev Vygotsky, George A. Miller, Eric Lenneberg, Jean Piaget, Noam Chomsky, Steven Pinker, entre outros. Aqueles que nomeámos têm ou tiveram, muitas vezes, posições diferentes em relação à mesma disciplina, o que é comum acontecer em qualquer área de investigação. Quais os autores que, através da leitura ou mesmo pessoalmente, mais influenciaram o trabalho da Senhora Professora e a levaram, eventualmente, à mudança de uma perspetiva?*

Eu diria que a Psicolinguística surgiu de papel passado em 1954, nos Estados Unidos, precisamente no dealbar da segunda metade do século XX. A sua génese está consubstanciada documentalmente numa obra editada por Sebeok e Osgood, nessa data. Não quer isto dizer que, apesar da sua juventude relativamente à Linguística em geral, não tenha sofrido “revoluções”, se esse termo corresponder às diferentes gerações por que passou, sob o efeito de distintas correntes teóricas e também de uma personalidade que marcou a Psicolinguística de modo indelével: Bever. Acresce que o facto de a Psicolinguística ter surgido oficialmente em meados do século XX não obsta a que se possam fazer remontar as suas origens aos anos oitenta do século XIX. Esta nota é de suma importância porque não é raro ouvirmos os estudantes dizer e até escrever que a Psicolinguística surgiu com Chomsky. A cronologia dos factos nem sempre se encontra muito arrumada nas cabeças, mas essa arrumação tem mesmo de ser feita e cabe muito aos docentes essa tarefa.

Indo mais diretamente à pergunta, considero que as personalidades mencionadas não me levaram a fazer qualquer agulha no meu percurso, embora seja sempre digno de louvor rever posições. Serviram-me antes esses autores para olhar mais criticamente para o meu objeto de estudo e conjugar olhares sempre que surgiu, surgia e surge oportunidade para tal. É essa, além do mais, a minha postura como investigadora e também como docente. Os que foram meus alunos sabem bem disso. É evidente que as minhas raízes estão na Escola de Genebra, a Escola de Piaget. Não o denego e adianto que até hoje ainda não me dei mal com a rota que segui. Gostaria inclusive de ter a capacidade de ser capaz de ler o autor em questão com mais conhecimento. Piaget é de leitura muito difícil, mesmo para quem lidou com ele de perto. Se fosse, verdade seja dita, de fácil leitura, ele não se teria sentido compelido, se for

esta a palavra mais rigorosa, a comentar as observações críticas que lhe foram feitas por Vygotsky.

Atendendo a que o centro das atenções neste espaço é sobretudo a Psicolinguística, é premente que não se veja a designação *Psicolinguística* como um rótulo que sirva para cunhar a aplicação e avaliação no terreno de teorias linguísticas. A essa abordagem terá de se chamar Linguística em Aplicação. A Psicolinguística vai à raiz dos factos, procura explicações para o que se encontra envolvido no processamento da linguagem, em locutores reais e em situações concretas, como bem dizia Tatiana Slama-Cazacu, um grande vulto da Psicolinguística – nomeadamente da Psicolinguística Aplicada (qual tautologia!) – dos séculos XX e XXI. A Psicolinguística teria de ser vista em certos enquadramentos, seguindo esta autora – que nunca se eximiu de aludir ao contexto –, como uma Sociopsicolinguística. Talvez por ser romena, é natural que não tenha sido totalmente impermeável à perspetiva socializante da Escola Soviética. Exteriorizaria, na ocorrência, que não se me afigura um bom exemplo que haja especialistas a trabalharem em desenvolvimento/aquisição da linguagem e que apouquem a complexidade desse processo ao fincarem-se numa perspetiva meramente monodisciplinar. É imperativo que não se embarque em tendências que convidem a que se escreva sobre isto ou sobre aquilo ou a que se enverede por vias mais bem-sonantes, mediante rótulos que à primeira vista granjeiam maior recetividade – infelizmente por outros tantos que pouco sabem da aludida complexidade –, quando não se detém nem a formação para tal, nem a honestidade científica que imediatamente faria sentir a necessidade de recorrer à colaboração de especialistas com essas formações. Cenários deste teor levarão quantas vezes ao rechaçar e porventura ao desemprego de massa cinzenta qualificada.

Deixo aqui uma nota que pode fazer transparecer melhor a minha forma de estar na Ciência. Tal como no dia-a-dia tem de haver gente para tudo, também a investigação tem de espelhar essa diversidade de tendências, porquanto é operada por pessoas. A abordagem monodisciplinar de qualquer objeto de estudo deve estar no mesmo patamar de respeito da de cariz pluridisciplinar. Quando o objeto de estudo é a linguagem, essa faculdade tão singular na sua pluralidade, ainda se sente com mais premência a igualdade de estatutos das opções dos diversos estudiosos, que mais não são do que o retrato da variedade de perfis existentes na Humanidade. Somente da congregação e não da segregação dessas propensões se constrói o edifício que albergará o Homem de Ciência, na vivência harmoniosa que, estou em crer, todos buscamos.

*Aquando da tese de doutoramento da Senhora Professora, que já referimos, a Senhora Professora publicou também um trabalho complementar que constituiu uma importante contribuição neurolinguística para a compreensão da síndrome de dislexia profunda. Essa publicação é um exemplo da interseção que a Senhora Professora sempre procurou fazer, ao longo da sua carreira, com outras áreas, nomeadamente com a Neurologia. Considera que, para trabalhar em Psicolinguística, é fundamental o estabelecimento de pontes com as Neurociências? E relativamente a outras áreas, como a Psiquiatria, a Psicologia, ou, noutro campo, a Didática e o Ensino, que vantagens poderão surgir para a Psicolinguística de um relacionamento com estas áreas?*

Eu diria que o ponto de partida é a Psicolinguística, numa forte ligação com a Neurologia. Todas as disciplinas elencadas lucram com a presença de um estudioso que tenha uma formação neuropsicolinguística. Na verdade, um detentor dessa formação pode posicionar-se face à linguagem com umas lentes que o levem a observar o objeto não isoladamente, mas sim inserido no enquadramento que lhe dá existência. Explica esta visão a identificação da Psicolinguística como uma área que traz vantagens às outras áreas e não como uma disciplina que só tirará benefícios do relacionamento com outras áreas. Repare-se na ordem que foi atribuída às disciplinas no termo usado. Qual Matrioska! Qual conjunto de bonecas/disciplinas todas encaixadas umas nas outras! Dou-me conta que nem todos os especialistas lidam bem com estas ligações/estes encaixes disciplinares, sempre cheios de um potencial imprevisível por força das confluências que criam. É pena que assim seja porque quem perde é a Ciência, com maiúscula.

No que concerne às Neurociências, teremos de usar de prudência quando a elas nos referimos, atendendo à sua abrangência e às ligações disciplinares que lhes conferem a forma que as caracteriza. Como estão muito em voga, compreende-se o desejo de a elas se fazer, a todo o custo, alusão. Falando de modas, torna-se prudente que não se pense que delas nos podemos valer com a facilidade com que se usa uma mera peça de roupa. Significa isto que muito tem de ser investido para que o sucesso na apropriação das Neurociências seja garantido.

No foro da Psiquiatria, vasta também na amplitude que a configura, a Psicolinguística só faz sentido se estivermos face a quadros clínicos mais diretamente associados à linguagem.

Duvido, porém, que não se tenha de fazer apelo a uma fundamentação também de ordem neurológica.

Em resumo: só mesmo um conhecimento profundo das várias áreas do saber permite incursões que possam contribuir seriamente para os avanços científicos, no sentido de um conhecimento mais cabal do *homo loquens*.

Quanto ao estabelecimento de pontes entre áreas do conhecimento, diria que a sua implementação se reveste sem dúvida do maior relevo. Porém, essa operação tem de ser levada a cabo obrigatoriamente por (grupos de) estudiosos com a formação ou formações ajustada(s) ao objetivo.

Em virtude da situação crítica que vivemos, ocorre-me um pensamento que gostaria de partilhar. Uma visão de um objeto de estudo sustentada por várias áreas do saber incorpora bem duas palavras-chave de elevada frequência na presente pandemia que surpreendeu todo o planeta: desconfinamento e distanciamento. O desconfinamento, no contexto desta entrevista, corresponderá à importância que também se deve conceder ao rompimento com abordagens que sejam unicamente monodisciplinares. Ora essa operação de rutura só pode ser uma realidade quando se ganha distanciamento do objeto de estudo, mediante uma formação que transcenda isolamentos disciplinares. E assim se traça o caminho que conduz à conjugação de áreas; no fundo, é dessa maneira que se cava o sulco que nos transporta a um futuro desconfinado também em Ciência.

Talvez esteja a fazer falta um outro termo muito ventilado nestes últimos tempos: a reinvenção. Se temos de nos reinventar, não duvido que o distanciamento e o desconfinamento nas ações acima adotadas sejam ingredientes indispensáveis a esse exercício tão exigente de flexibilidade mental.

*Considera que, apesar das vantagens, a necessidade de colaboração com outras áreas pode encontrar obstáculos? Em caso de resposta afirmativa, que obstáculos são esses e como podem ser ultrapassados?*

Considero que todas as colaborações entre áreas quando bem desenhadas e intencionadas são vantajosas. Não duvido, todavia, que essas colaborações encontrem dificuldades quando é chegado o momento de se concretizarem.

Num primeiro momento, é preciso saber escolher o local de trabalho, conhecer bem a constituição da equipa e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, ter bem presente o que

se pretende fazer e ter a capacidade de sentir que a nossa presença é ou não bem-vinda. De um modo geral, as equipas e os locais de trabalho mais prestigiados são aqueles em que a abertura é maior. Não tenho resposta à segunda parte da pergunta, mas sei que deve andar associada quer ao ser humano, com todas as suas qualidades e defeitos, quer ao grau de maturidade científica dos hábitos de trabalho conjunto.

*Entre 1977 e 1995 a Senhora Professora colaborou no Laboratório de Estudos da Linguagem do Serviço de Neurologia e Neurocirurgia do Hospital de São João, no Porto. Poderia falar-nos um pouco dessa experiência? Em que consistia o trabalho da Senhora Professora?*

Aqui está uma colaboração entre áreas que correu muito bem. Fui muito bem acolhida pelo Diretor do Serviço de Neurologia e Neurocirurgia do Hospital de São João/ Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Estava apenas a terminar a minha licenciatura. Sabia, porém, o que queria e também entendi de imediato que estava num círculo de pessoas científicas de bem. Fiquei com o Laboratório de Estudos da Linguagem por minha conta e estudei doentes que apresentavam problemas de linguagem durante quase vinte anos. Granjeei uma experiência clínica invejável. O médico que até aí estudava os doentes familiarizou-me com o modo como os devia avaliar e, a partir daí, a relação de trabalho foi sempre excelente. Os casos mais problemáticos eram discutidos em conjunto e, sempre que as perturbações encontradas o pediam, era preparado material específico que nos permitisse uma análise tão profunda quanto possível desses quadros clínicos. Nos pacientes que iam ser sujeitos a cirurgias, o estudo tornava-se longitudinal. Observava-se como estavam antes da cirurgia do ponto de vista neuropsicolinguístico e avaliavam-se de novo depois da intervenção. Alguns dos pacientes podiam ser acompanhados durante mais tempo, sempre com vista à sua reabilitação por terapeutas. Este género de estudo efetuado antes da cirurgia revestia-se e reveste-se de toda a relevância porque é sempre necessário poupar as áreas cerebrais associadas às funções simbólicas superiores aquando da intervenção, sob pena de o doente poder vir a ficar com qualquer uma dessas funções afetada, resultado indesejado por qualquer neurocirurgião.

Uma qualidade que é necessário ter sempre presente nestas circunstâncias é a discrição, acompanhada de alguma humildade, sem correr naturalmente o risco de se ser tomado por um “selvagem”, se me permitirem que use um termo tão cunhado de brutalidade.

É que essa discrição/humildade nem sempre é bem interpretada e pode ser uma porta para atitudes no mínimo estranhas. Quem é dotado intelectualmente interpreta-a, todavia, de imediato como uma qualidade. Foi o que se passou comigo. Sei que essa minha maneira de estar na vida não é a que atrai mais clientela e a que se ajusta melhor ao mercado. Certo é que contributos como os que eu tenho dado, só visíveis pelas mentes abertas e atentas, são pedras indispensáveis à construção do todo. Reitero que todos os perfis são necessários, numa sociedade ou numa instituição, incluindo os que concorrem no silêncio da sua atuação, sem alaridos, para o enriquecimento global. São ministérios de “menues affaires”, mas o todo também é constituído por partes, de diferentes dimensões. Nada pode ser desperdiçado e menosprezado.

Ficou por tornar clara a formação do foro neurológico que fui adquirindo e que leva a que não se pense que me fiquei pelas idas sem mais ao Laboratório de Estudos da Linguagem do Hospital de São João/ Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Não só assisti às aulas de Neurologia do curso de Medicina da FMUP, mas também participei em seminários e cursos relacionados com a área em causa, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Conheci assim pessoalmente estudiosos de que lia com um desmedido interesse os respetivos escritos/estudos. Entre muitos outros, frequentei, alguns deles “for credit”, cursos/seminários sobre perturbações da linguagem na criança, perturbações da linguagem no adulto, Neuropsicologia, bases neurológicas da linguagem, Neurolinguística e Afasiologia.

*Em Portugal, não parece ser frequente a existência de laboratórios destinados ao trabalho em Psicolinguística nas universidades, nem departamentos destinados à investigação em Neurolinguística em hospitais. A Senhora Professora considera que isso poderá constituir um entrave ao desenvolvimento da investigação nestas áreas em Portugal?*

Não direi que não existem. Causa-me, no entanto, estranheza a possível existência de departamentos destinados à investigação em Neurolinguística em hospitais, atendendo ao que se entende por departamento no plano das áreas disciplinares.

Quanto à existência de possíveis entraves, sei, por exemplo, que comigo funcionou bem na FMUP. Não sei se continuam a ter um colaborador como eu no Laboratório. Nem sei se ele ainda existe. Posso dizer que, em Lisboa, o cenário era totalmente diferente. Não desenvolvo, por diversas razões, o que possa querer dizer “totalmente diferente”. A leitura é

minha. Sinto, com efeito, que há cerca de 40 anos parecia haver, entre nós, uma maior abertura a áreas de interface, designação usada hoje em dia em alguns meios académicos.

A interdisciplinaridade que hoje é tão propalada, dando origem inclusive a doutoramentos com especialistas das várias faculdades da mesma universidade ou com a participação de mais do que uma universidade, espelha mais, a meus olhos, a coabitação de áreas com vista a fins comuns do que a sua interdependência. Não sei se é verdade o que sinto. Seria bom que não fosse.

É mais do que incontestável que, para que haja laboratórios ou qualquer outra unidade que se preste a fins similares, é preciso massa crítica, espíritos muito abertos e pessoas muito bem formadas do ponto de vista humano. Quando existe esse leque de variáveis, perfeito. Quando não existe, já não é perfeito, será mais que imperfeito.

Na atualidade, nada se faz sem financiamento. Os projetos vivem disso e os docentes/investigadores são inclusivamente também avaliados em função do nível de competição a que se sujeitou a candidatura dos projetos a que estão adstritos. Na circunstância, é bem possível que se vão buscar áreas mais chamativas e não por acaso também colaboradores mais consonantes para estabelecer as ditas colaborações, por razões que muito terão também a ver com a obtenção de verbas, podendo ser ignorados outros estudiosos que até podem pertencer a áreas tão dignas quanto essas e ter igualmente bons currículos, mas que podem carecer de “talentos” que sirvam para o efeito. Estou a pensar mais concretamente, entre nós, nos estudos gerontológicos e similares, quer no que concerne a projetos, quer no que se reporta à constituição do plano de estudos de cursos de doutoramento nessa área, também ela plural. Os mentores dessas iniciativas nunca se lembram, ou não se querem lembrar, do ramo relacionado com os programas educacionais. No entanto, está mais do que provado que é um ramo em que se deve investir porque favorece um envelhecimento mais ativo e saudável. E assim se salta por cima da Gerontagogia. Só posso lamentar que haja esse fechamento nesses académicos. Ainda não atingiram o nível de desconfinamento esperado, retomando uma das palavras-chave no contexto da doença COVID-19 de que já me vali noutra momento desta entrevista.

De regresso aos financiamentos, cumpre-me acrescentar que nunca fui remunerada durante os anos em que colaborei no Laboratório de Estudos da Linguagem, do Hospital de São João. Fi-lo com muito gosto e proveito sem necessitar desse retorno. Na realidade, ganhei muito porque aprendi muito. Um ganho distinto daquele de que os investigadores atuais

raramente prescindem. Sinto-me, contudo, na obrigação de adicionar ao até aqui partilhado que estava simplesmente a exercer uma colaboração extra na instituição que já me assegurava mensalmente o meu sustento. Reconheço que poucos pensam assim. Eu penso. Recordo-me de uma vez um vice-reitor (ou será que seria somente um dos membros da equipa reitoral de então?) se ter rido baixinho com a forma como eu ia progredindo na minha carreira a minhas expensas. De facto, investi muito na minha formação e não me arrependo. De outra forma, nunca teria conseguido o que tenho. As bolsas nacionais não eram talhadas para pessoas comuns, discretas, como eu.

É importante ter sempre presente que as instituições e também os laboratórios, bem como os Institutos, os Conselhos, as Direções, os Centros de Investigação, as Organizações, as Fundações, e assim sucessivamente, não são entidades abstratas nem constructos teóricos. São as equipas que os integram, constituídas por pessoas, com todas as características que lhes conhecemos. Esta leitura acerca das instituições foi, de resto, também salientada pelo Professor Diogo Freitas do Amaral acerca da ONU. Isto posto, nada de novo sobre a Terra e é dessa forma que devemos ver esses rótulos.

Face a possíveis entraves, a resposta é só uma: confrontá-los por meio de trabalho sério, mesmo que este represente muita luta e muita coragem. Se o trabalho for de qualidade, mais cedo ou mais tarde conhecerá o seu mérito. Acreditemos que existirá sempre alguém, onde menos se espera, que o descobrirá e o assinalará.

*Em Psicolinguística, é frequente recorrer-se a participantes crianças para os mais diversos experimentos e a Senhora Professora tem uma vasta experiência nesse domínio. O que nos pode dizer sobre o trabalho com crianças e em que medida é que ele difere do que se passa em experimentos com participantes adultos?*

A minha experiência em clínica e a colaboração de duas décadas com a grande ortofonista francesa, Andrée Girolami-Boulinier, que possuía uma capacidade de aproximação à criança excepcional, permitiram-me que viesse a saber gerar um contacto facilitado com participantes de todas as idades, incluindo, nessa variação etária, os idosos. Talvez deva comunicar que aprendi também a técnica da aproximação aos sujeitos tanto em Genebra como em Bloomington, em sessões de seminários que a isso se prestavam.

Não gostava de dizer que é precisa uma determinada sensibilidade para trabalhar com crianças, mas também mentiria se afirmasse o contrário. Passa-se igualmente o mesmo com populações de outras idades.

O segredo do sucesso numa recolha de dados, independentemente do procedimento a seguir por força dos instrumentos em uso, reside em tratar os participantes com respeito. Toda a gente gosta de se sentir respeitada. Se tal acontecer, temos os participantes na mão. Quando estamos com eles, temos de estar só focados neles. Eles têm de sentir que são dignos da nossa atenção. Pequenos gestos menos cuidados (atender o telemóvel, pegar nisto ou naquilo que esteja por perto, trabalhar em paralelo) podem ser o suficiente para que a atmosfera de trabalho descambe e impeça a prossecução dos levantamentos que se pretendem. Aliás, o experimentador não pode limitar-se a esperar pelos dados de que necessita para fazer o seu estudo. Necessita de ir observando o que se passa durante o levantamento à medida que vai seguindo o protocolo. A observação é um ingrediente indispensável num cenário de recolha de materiais. Quem está noutra, passo o coloquialismo, enquanto os participantes no estudo trabalham, não pode estar a observar ao mesmo tempo.

Também se aprende que não vale a pena insistir quando os sujeitos não querem colaborar. As crianças dizem claramente que não querem e tudo se torna mais fácil. Nos adultos, neles incluídos os mais velhos, essa rejeição encontra-se mais latente e o experimentador tem de a sentir ou pressentir e saber encontrar uma saída airosa, tanto para o sujeito como para si próprio. No caso da reeducação/reabilitação, a abertura à colaboração ainda se torna mais necessária.

Uma advertência. O respeito apontado deve ser recíproco, também tem de ser sentido pelo experimentador. Se tal não se passar, torna-se mais que evidente que o trabalho não pode prosseguir.

*Em termos práticos, o modo de conduzir um experimento mudou muitos nos últimos anos. A aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados alterou a forma de proceder com os participantes e instituiu uma série de novos requisitos necessários a uma investigação. Que implicações, positivas e/ou negativas, a Senhora Professora vê nestas alterações? Tornou-se mais difícil 'experimentar' em Psicolinguística?*

O semi-recente Regulamento Geral de Proteção de Dados começou a dificultar mais a ida para o terreno em qualquer domínio, exceção feita às áreas protegidas institucionalmente.

Não reprovoo a ideia, mas se a Ciência precisa de ver comprovado o que se pesquisa parece verificar-se uma contradição. Sabemos bem dos problemas que tantas vezes existem quando está em causa a avaliação para a posterior comercialização de um fármaco ou de uma prótese. Como comercializá-los se é preciso testá-los previamente e como testá-los quando a legislação dificulta essa operação?

Resta esperar que as instituições que também vivem dos levantamentos que precisam de ser feitos nas suas áreas de interesse façam também a sua parte e não deixem tudo a cargo dos investigadores que lhes pertencem. Se tal não acontecer, os investigadores veem-se obrigados a consumir grande parte do seu tempo com essas burocracias. Ademais, sabe-se que o *timing* para a realização de um trabalho científico, estou a pensar, por exemplo, numa tese de doutoramento, não se compadece com a perda de tempo com essas diligências administrativas.

*Entre 1993 e 2000, a Senhora Professora integrou três delegações na área da Educação, na Rússia, na Alemanha e em Cuba. Que impacto tiveram estas experiências no trabalho de investigação que veio a desenvolver depois e no modo de encarar a própria tarefa da educação, enquanto professora?*

Essas deslocações organizadas pelo *People to People Ambassador Program* foram o exemplo da forma como se devia conhecer o nosso planeta. Viajar por viajar, ir a congressos por ir a congressos, dar uma aula por dar uma aula ou proferir uma palestra por proferir uma palestra, aqui, ali ou além, não faz o meu estilo. Em tudo na vida sou “gourmet”, não sou “gourmande”. Já o dizia uma amiga minha francesa. Gosto de saborear o que faço, não gosto de devorar. E essa atitude condiz bem com a definição de Psicolinguística. Importa ir à raiz dos factos. É indubitável que leva o seu tempo, mas também impede a dispersão na horizontal na ânsia de abarcar muitos factos. Sei, contudo, que é o que está na moda e o que assegura mais umas páginas de *curriculum*. O “como” interessará menos. Importará mais o “o quê”. Só me interrogo como podem fazer investigação esses académicos que passam o tempo a viajar. Têm provavelmente quem investigue por eles. São uns sortudos. Acontece que o que os outros investigam não pode ser idêntico àquilo que é investigado pelo próprio.

O Programa em causa descobriu-me e lá integrei as três delegações. Tenho na ideia que sempre fui a única estrangeira. Os restantes elementos eram americanos. Todas as delegações tinham em vista a educação (“education”) e foi assim possível visitar escolas dos

diversos graus de ensino e presenciar os métodos usados em sala de aula. Também fomos recebidos em faculdades e em universidades. Na viagem a Cuba, visitámos igualmente um hospital. Ainda tenho bem presente o cheiro a creolina que recendia de todos os lados. Não se podia dizer que a desinfeção do local era descuidada.

Fui à Rússia e à República Checa em 1993. Na Rússia, fomos a escolas e universidades em Moscovo e em São Petersburgo. Na República Checa, fomos a Praga, à Universidade que me levou em pensamento até ao Círculo Linguístico de Praga. A escolha destas cidades foi perfeita. Quando chegámos a Praga vindos de São Petersburgo, todos sentimos, sem que tivéssemos combinado nada de antemão, que tínhamos viajado 100 anos no tempo. A visita à Rússia foi para mim muito intensa a todos os níveis. Teve tanto de enriquecedora no plano cultural e profissional como de matéria para reflexão. Muito do que vi me deprimiu e me fez criar um respeito especial pelo povo russo, um povo que senti ser e sempre ter sido muito forte na adversidade. De regresso a casa, dei comigo a dizer que não voltaria à Rússia e que até para o sítio onde se nascia era preciso ter sorte. Finalmente, quebrei o juramento e vinte anos depois ia de novo a Moscovo, a convite da organização local do *Congresso Internacional da ISAPL*, sociedade de que sou atualmente membro honorário. Esta viagem não teve nada a ver com a primeira. Revi Moscovo como turista e senti que se estava a transformar numa cidade com todas as marcas da ocidentalização. Nesta segunda passagem por Moscovo, pude, contudo, viver um momento único. Um dos professores da universidade que acolheram o congresso trouxe um valor superacrescentado a um lanche que foi oferecido aos membros do comité científico da sociedade no último dia do evento ao tocar e cantar canções populares russas. Com efeito, ao mesmo tempo que nos brindava com essa sessão musical, ia comentando e, dessa forma, relatando aspetos da História do povo russo. Não pude deixar de me comover ao sentir nas canções que ia ouvindo o que eu tinha captado do povo russo vinte anos antes. Tentei traduzir-lhes em palavras o que ia no meu pensamento emocionado e vi-lhes nos olhos agradecidos uma humidade de lágrima censurada.

Em 1994, cinco anos depois da queda do muro, fui a Berlim integrada numa outra delegação de educação organizada pelo mesmo Programa. Berlim já era uma cidade minha conhecida, na medida em que lá tinha estado em 1987. Nessa altura, era, contudo, uma cidade fraturada, tanto geograficamente como do ponto de vista psicológico e afetivo. No momento da escolha de idas a escolas, ofereci-me imediatamente para visitar uma que estivesse situada na parte da cidade que cinco anos antes pertencera a Berlim oriental. Não podia ter escolhido

melhor. Ainda pude presenciar uma professora de ensino médio a dar uma aula de línguas com um cronómetro. Na Rússia, no ano precedente, numa escola de crianças, tinha visto uma bola a servir as funções do cronómetro.

Em 2000, fui com outra delegação de educação a Cuba. O ano era importante para os americanos porque só então passou a ser possível visitarem Cuba livremente. Havia, contudo, ainda um senão. Não podiam viajar diretamente dos Estados Unidos para Havana. Tinham de ir via Nassau, nas Bahamas. Encontrei-me com a delegação em Nassau e no dia seguinte seguimos rumo a Havana num avião russo que já estava há muito a pedir descanso, mas que continuava a fazer teimosamente aquela ponte aérea até quando o patrão lhe deferisse o pedido de reforma. Foi uma viagem de estudo, mas também de surpresas estranhas. Aterrei no aeroporto de Nassau e, obedecendo às instruções fornecidas, segui num táxi para o hotel onde se encontrava a delegação. Tudo isto se passou no mês de dezembro. Cheguei ao fim do dia a Nassau num voo que tinha saído já de noite de Miami e, depois de cumpridas as formalidades, apanhei um táxi/limousine descomunal, era o que havia, conduzido por um motorista de cor, autóctone das Bahamas. Confesso que nunca me tinha sentido tão ridícula e minúscula no interior de um carro e agradei o facto de ser de todos desconhecida. Estava uma temperatura própria das Caraíbas, mas estávamos nas vésperas do nosso Natal. Como se não bastasse o excêntrico da limousine, quando cheguei ao hotel deparei com uma árvore de Natal monumental e a música ambiente que se ouvia era nem mais nem menos o bem conhecido *Jingle Bells*. Como era possível tudo aquilo debaixo de uma temperatura tropical? Era possível e a viagem só estava no seu começo.

As escolas, infantários, creches e outras instituições associadas à saúde pública que tive a oportunidade de visitar em território cubano revelaram-se muito condicionadas pelo regime. Mostraram-nos provavelmente o melhor que tinham e mesmo assim sempre considerei que a sorte deles residia em não terem invernos frios. Foi uma experiência enriquecedora numa ótica que nada teve a ver com a que me guiou na ida à Rússia. É bom saber que a música lhes está no sangue e que isso os deve ajudar nos momentos mais difíceis. Trouxe de Cuba a imagem mental das palmeiras balanceadas pelo sopro, esperando não estar equivocada, dos ventos alísios, de que ouvi falar nas remotas aulas de Geografia.

Esqueci-me de dizer que o dito avião à espera de reforma largava das bagageiras umas ondas de vapor que eles diziam ser ar condicionado. Tudo muito estranho. Além disso, as costas das poltronas baixavam em direção ao assento, qual livro que se fecha. Não adiantava

nada endireitar as costas quando estas não são fixas. Como apanhámos um forte temporal no regresso, pouco tempo após a saída de Havana, qualquer um pode imaginar os gritos dos passageiros na cabine ao mesmo tempo que os narizes batiam nos regaços e o sumo dos copos saltava até onde podia. O pobre do avião lá nos trouxe a todos nas condições possíveis até Nassau e cada um seguiu depois o seu caminho de regresso a casa.

Não tinham esse fim, mas serviram também estas delegações para aprofundar o meu conhecimento do que é ser americano.

*Lembramo-nos também de que, numa das suas aulas, a Senhora Professora nos contou que passou algum tempo em Macau por motivos profissionais. Poderia contar-nos um pouco mais sobre esse momento e sobre o contexto linguístico que lá encontrou, nomeadamente no que diz respeito à interação português/cantonês?*

A minha alusão em aula a Macau foi mais no âmbito do que os franceses e os ingleses designam por “anecdote” do que de outra ordem. As histórias de vida que relatei com origem nesse território tiveram apenas como finalidade cimentar os conhecimentos que estava a transmitir. Uma delas foi relatada quando aludi, a respeito do conceito de mente multicompetente, ao pouco que se sabe acerca da forma como as línguas que aprendemos podem emergir em certos contextos, à semelhança de uma mola que se solta, sem que se vislumbre uma explicação para isso. A outra “anecdote” serviu para ilustrar, fazendo apelo aos conceitos básicos e aos conceitos científicos – uma temática tão do meu interesse -, uma resposta muito polémica de um prestigiado linguista a uma questão que lhe foi colocada no fim da conferência plenária que tinha proferido num anfiteatro do então edifício da Universidade de Macau, de dimensões muito idênticas a muitas salas de espetáculos que comportam não só plateia, mas também balcões. Esse famoso especialista, esperemos que não por ignorância, socorre-se, para grande espanto de todos e não menor indignação dos organizadores do evento, de um conceito básico e não de um conceito científico, como seria de esperar de um académico, para responder a uma pergunta que lhe foi colocada acerca do ensino-aprendizagem do português, língua estrangeira, tendo em conta as suas variedades. Na verdade, essas histórias de vida tiveram a ver com a minha breve estada em Macau, mas as associações que fiz podiam ter sido feitas em qualquer outro ponto da Terra se as condições tivessem sido propícias. Fico-me, pois, por aqui em relação ao que partilhei em aula porque tudo tem o seu momento.

Vá onde for, eu quero aprender também para a vida. Assim, deixo muitas vezes as minhas lentes de especialista em casa ou na mala, porque quero estar atenta a outras realidades na minha qualidade de pessoa. Viajei até Macau porque foi o sítio escolhido para acolher o *III SIMELP*. Aproveitei a iniciativa, dado que estou muito ligada afetivamente a esse simpósio, porquanto também me interrogava acerca do que teria levado os nossos antepassados até essa região da China. Não é cidade/região que queira voltar a visitar. Acredito que tenham sido razões de ordem financeira que motivaram a emigração de muitos portugueses, sobretudo qualificados, para essas paragens. O clima é tão pouco amigável, para usar de um eufemismo recheado de diplomacia, que os meus ossos começaram imediatamente a avisar a hospedeira. Para mais, foi um aviso que persistiu durante algum tempo e que me deixou um pouco inquieta.

Os choques térmicos impediram-me de assistir a muitas sessões do simpósio, mas ainda consegui, coberta de casacos, ver um documentário sobre o patuá macaense. Foi interessante, mas não foi nada que me tivesse deixado apaixonada pelo tema. Isto para tentar responder à parte final da pergunta que me formularam. Dito de outra maneira, fui a Macau disfarçada de um ser humano comum, que nunca deixa a curiosidade em casa.

Nesta oportunidade, posso dizer que vi uma coisa que me deixou deslumbrada, embora não seja, de modo algum, uma pessoa deslumbrada. Estavam a restaurar uma das casas coloniais e os andaimes eram em bambu. Fiquei embasbacada. Andaimes em bambu. Parei para ver melhor. Vim então a saber, porque não me calava com a descoberta, que os andaimes eram feitos com esse material por causa dos furacões, um fenómeno da Natureza não raro naquelas latitudes. Efetivamente as canas de bambu, ao acompanharem o movimento do vento, não quebram. Que delícia! Disso, sim, trouxe umas fotografias.

Outra curiosidade. A ida a Macau coincidiu com uma crise de ciática que me fez questionar como faria nos aeroportos de Barajas e de Pequim. Estes como outros aeroportos foram desenhados para aeronaves e não para seres humanos, e muito menos para passageiros com ciáticas. Não simpatizo nada com aquelas ligações entre terminais. Quando cheguei ao aeroporto Francisco Sá Carneiro, disseram-me que a minha mala não podia ser despachada diretamente para Macau. Tinha de levantar a mala em Pequim e voltar a fazer *check-in*, posto que estavam em causa companhias aéreas diferentes. Algum dia!?! Pedi assistência na viagem e fui, na ida como na vinda, em cadeira de rodas. Foi uma experiência gostosa porque fizeram tudo por mim. Para lá estive cerca de trinta e seis horas sem dormir. Quando caí na cama, via

tudo à volta com a falta de sono. Todavia, como não durmo nos aviões, pude seguir no ecrãzinho o trajeto do voo entre Madrid e Pequim. Até hoje, foi a viagem que melhor me mostrou como os voos seguem uma rota em consonância com uma geometria esférica. Gostei, mas não fiquei cliente.

*Com base nas publicações mais recentes da Senhora Professora, verificamos que a escrita é um tema de análise recorrente e, na medida do possível, separável da leitura. Pelo contrário, no panorama geral psico e neurolinguístico encontramos tipicamente uma junção das atividades de leitura e escrita, sendo a primeira quase sempre mais analisada do que a segunda. Por isso, porque é que a Senhora Professora decidiu “remar contra a corrente” e focar-se na escrita? E que dificuldades é que um estudo da escrita encontra, em comparação com o que se passa na leitura?*

Existe uma grande cumplicidade entre escrita e leitura, razão pela qual qualquer dissociação que se opere ganha contornos de uma artificialidade só aceitável no plano da investigação. A realidade é outra. Ambos os processos verbais correspondem às duas faces da mesma moeda. A imagem já está gasta, mas permanece pertinente.

A importância que passei a dar à escrita adveio do que investi no estudo sobre o envelhecimento, também com vista a preparar o Programa de Estudos Universitários para Seniores da Universidade do Porto. Deparei então com um estudo interessantíssimo relacionado com a evolução da doença de Alzheimer num número considerável de freiras: o conhecido “Nun Study”. Verificaram os autores deste estudo que a qualidade de escrita das freiras, em matéria de densidade de ideias e de complexidade sintática/gramatical, à entrada na congregação, quando tinham cerca de vinte anos, apresentava uma correlação positiva com a qualidade das autobiografias escritas cerca de sessenta anos depois, quando tinham uma idade que se situava à volta dos 90 anos.

A constatação de que uma baixa densidade de ideias e uma baixa complexidade gramatical patentes nas autobiografias escritas em fases mais precoces da vida estava associada a resultados baixos em testes cognitivos mais tarde na vida fez-me pensar que, sabendo eu disso e lecionando estudantes em idades próximas da das freiras quando escreveram as suas primeiras autobiografias, se tornava um imperativo pôr os estudantes a escreverem e a refletirem sobre o seu processo de escrita, reformulando sempre que considerassem ser esse o melhor caminho para melhorarem a forma de traduzir as suas ideias.

Interiorizei esta aproximação dos estudantes à escrita como uma missão. Entendia que se trabalhassem a sua escrita podiam estar a trabalhar para a sua qualidade de vida quando fossem longevos.

Uma escrita melhora com a prática, posto que se trata de uma arte que assenta numa observação cuidada da sua feitura, respaldada naturalmente numa leitura que permita detetar o que terá de vir a ser aprimorado. A ser assim, aprender a escrever criticamente significa aprender a ler criticamente, numa conjugação dos processos descendente e ascendente nela investidos que vise tirar o maior benefício dessa interação.

Os procedimentos implementados para o estudo destes dois processos, desde que estejam bem desenhados e amadurecidos, poderão equivaler-se no plano do que exigem do investigador. Estejam os objetivos do estudo bem traçados e os passos bem delineados que os dados que vierem a ser obtidos conduzirão certamente a conclusões cheias de virtualidades. A escolha dos participantes também será importante porque nem todos têm o mesmo posicionamento face a tarefas que lhes requeiram doses não despidas de trabalho e algum esforço de autoconhecimento.

*Nos últimos tempos, a escrita, nomeadamente a escrita académica tem sido objeto de estudo da Senhora Professora. Enquanto processo e produto psicolinguístico, o que é que a Senhora Professora nos poderá dizer acerca da escrita? E em que medida é que a escrita académica se distingue de outros tipos de escrita (produção literária, por exemplo)?*

A escrita é porventura o processo verbal mais exigente no plano neuropsicolinguístico e, portanto, mais enriquecedor a todos os níveis. Transmitir aos estudantes que a escrita, enquanto processo recursivo, começa a apelar a essa recursividade antes mesmo da sua real concretização configura-se uma mensagem que eles necessitam de assimilar de uma forma muito categórica. A escrita faz apelo, tanto como a leitura, ao ato de criar, mas transcende-a ao ser, para além disso, um ato destinado a originar. E o originar insta a que quem escreve proceda a uma tarefa de “word finding” com exigências acrescentadas relativamente a uma tarefa de “word recall”, mesmo que esta última solicite a criação de algo parcialmente presente por via gráfica. A escrita, independentemente do tipo que vier a encarnar, é um exercício que requer, nesse ato de originar aduzido, uma força criativa. Não se coaduna a escrita/redação/composição com um hábito, uma mecânica. Essa fase constitui o arranque e não é dessa fase que o ser humano necessita para pôr à prova a sua capacidade de mexer com

a linguagem e dotá-la de uma dinâmica que, quantas vezes, acaba por dirigir o seu agente para caminhos antes não imaginados. Enfim, temos na escrita a linguagem em toda a sua plenitude de potencialidades. Uma escrita clara é o retrato de uma mente bem organizada e de uma capacidade de manipular o material verbal com a perícia de um prestidigitador. Assentes em bases comuns, a escrita académica serve fins que não a literária, podendo naturalmente coexistir na mesma pessoa. Trata-se assim de registos distintos, sem que se pense que o facto de a académica se apoiar normalmente num “template” fica à partida impedida de dar oportunidade a quem escreve de fazer valer as suas capacidades de escrita. Diria que se verifica o contrário. O “template” pode colocar antes um desafio. Pode solicitar (ou será que é coagir?) a quem escreva que o respeite, não deixando, porém, de nele deixar de forma continuada a sua impressão digital. Convirá ter em conta que a escrita académica prescinde de uma linguagem que seja de índole impressionista por todas as razões que bem sabemos. Que faz ela, afinal? Ela disciplina quem escreve. Não será essa uma exigência da escrita académica que favorece psicolinguisticamente quem escreve, contribuindo para nele se consubstanciar uma imagem mais completa do processo da escrita?

*Sabemos que, desde 2006, tem trabalhado no sentido de integrar a população sénior na universidade, num projeto que coordena com muita dedicação. Poderia falar-nos um pouco sobre esse projeto e sobre os motivos que levaram à sua criação?*

Em 2006, teve início a primeira edição do programa. Estava a prepará-lo há muito tempo, mas o definitivo arranque para sua concretização deu-se em 2004. O meu interesse pelos mais velhos, designadamente pela sua linguagem, remonta ao fim dos anos 80 do século passado. A Professora Andrée Girolami-Boulinier lançou em Paris grupos de linguagem para idosos que se encontravam em instituições e, com facilidade, agarrei o gosto pelo género de trabalho que esta Senhora sabiamente desenvolvia.

No que respeita a programas educativos, tenho de fazer remontar o meu interesse por essa área a 1999, quando fui a um congresso sobre Programas Universitários para Maiores (PUM), organizado pela Universidade de Granada. A partir daí, passei a ter um contacto mais próximo com os Professores André Lemieux, da Universidade do Quebeque em Montreal, e Mariano Sánchez Martínez, da Universidade de Granada, ambos palestrantes nesse congresso. Foi com muito agrado e proveito que, depois desse evento, li escritos dos dois sobre a

Gerontagogia, uma abordagem educativa que, na sua abrangência disciplinar, vinha ao encontro de muito do que tinha assimilado ao longo do meu percurso enquanto académica.

A fim de criar o nosso programa, visitei universidades espanholas em que existiam PUMs e cheguei a ir ao Canadá, um país que possui uma longa tradição de programas para a terceira idade. A minha primeira ideia era a de criar uma pós-graduação em Gerontagogia. Seria uma boa forma de preparar os agentes educativos que colaboram nas Universidades de Terceira Idade. Essa ideia nunca foi, porém, concretizável. Uma andorinha sozinha não faz a primavera. Depois de variadas tentativas prévias abortadas, nasceu finalmente, pela minha mão, o PEUS na UP. Tratava-se do primeiro programa do género nas universidades portuguesas.

Em resposta a uma das perguntas formuladas, aludia o facto de as instituições serem as pessoas que as integram, sobretudo as equipas que as dirigem, uma vez que ninguém fala dos anónimos, esses colaboradores que todos os dias dão o seu melhor para que qualquer instituição se mantenha em funcionamento e, conseqüentemente, viva. Não admira, pois, que tenha experienciado alguns momentos de sobressalto no decurso dos 14 anos de existência do programa. Vamos ver o que acontecerá depois da jubilação. Sempre registei negativamente que ao PEUS – um programa a que nunca quis chamar Universidade Sénior porque queria que nele fosse visto pelo público em geral uma oferta complementar e não concorrente à muita já existente fora dos muros da universidade – nunca tivesse sido consagrado, no mesmo grau de paridade, a atenção que a UP tem dado com tanto carinho à Universidade Júnior. Rejeito que a idade seja tratada desta forma, uma vez que a Missão de uma universidade tem de ser, por natureza, mais ampla.

Como sou uma mulher que lida com documentos, entendi que a origem do Programa merecia um registo escrito. Pois bem, desse empenho resultou o livro *Da aprendizagem ao longo da vida...*, que foi publicado em 2008 pela FLUP. Não podia ter tido melhor ideia. Outro documento que se revela um bom testemunho do que investi neste projeto é a publicação que marcou os 10 anos do PEUS, organizada por dois estudantes (das primeiras edições do PEUS) e por mim.

Tenho sentido por parte de vários alunos que frequentam o Programa um retorno muito positivo e só o facto de saber que tornei as existências desses seres humanos menos desinteressantes me deixa satisfeita e com a sensação de missão cumprida. Os testemunhos que recheiam o livro que assinala os 10 anos do PEUS falam por si no atinente ao que

representa este programa para quem o frequentou ou frequenta. Esta foi e gostaria que continuasse a ser, se a FLUP assim o entender, uma das missões na UP, embora sinta que estou a ser utópica, relativamente ao futuro, se tiver em conta o balanço entre os ganhos e as perdas ao longo do meu percurso sempre discreto na instituição que me albergou. A escrita nos estudantes, pelos motivos apontados no devido momento, foi outra iniciativa que chamei a mim como missão.

*Além de investigadora e psicolinguista, a Senhora Professora é também docente na Universidade do Porto. O que é que nos pode dizer dessa função? Isto é, o que é que retira de uma vida dedicada à partilha de conhecimento com os estudantes? Tem gostado de ser professora? E em relação aos estudantes, que ensinamentos espera ter passado?*

No balanço que possa fazer, no presente momento, do que foi a minha passagem pela UP destacaria sem problema a docência. Ser professor é seguramente uma profissão muito nobre, quando encarnada com a seriedade que merece. A relação com os mais novos é muito enriquecedora e refrescante. À semelhança do que se passa na sociedade, a sala de aula também é povoada por uma grande diversidade de perfis. Deparam-se assim os professores com alunos menos interessados/vocacionados/assíduos, mas também com alunos muito empenhados, aqueles que, com as suas dúvidas e perguntas, animam as aulas e conseguem dessa maneira fazer com que o professor enverede por caminhos que contribuem para que esses instantes letivos sejam verdadeiras aulas de nível universitário. Será, nessas ocasiões, que o professor melhor revela o seu percurso de investigador e pode dar uma outra luminosidade à matéria.

A relação professor-aluno tem de ser saudável para que a empatia se estabeleça. Com os estudantes, como se designam agora, aprendi um pouco de tudo. Uma aluna até já me quis adotar. Quis-me adotar como avó. Imaginem como me senti jovem nessa ocasião. Lembrei-me desta “anecdote”, mas outras também seriam dignas de relato pelo que contribuíram para o ambiente que se espera que exista em aula. As aulas são espaços de trabalho, mas podem sem qualquer prejuízo ser pontuados com um ou outro instante de relaxamento. Cabe ao professor saber gerir os dois andamentos. Como se pode verificar, até na sala de aula me foi prestimosa a experiência clínica angariada.

*Em Portugal, os cursos de licenciatura e mestrado em Ciências da Linguagem têm tipicamente uma oferta curricular apenas voltada para a Psicolinguística e para questões de aquisição/aprendizagem de línguas. Não há muita incidência em áreas como a Neurolinguística ou a Psicologia Cognitiva. A Senhora Professora considera que a falta de formação nessas áreas pode inibir, ou dificultar, a decisão de um estudante de enveredar por um caminho de investigação na área da Psicolinguística? Como é que os cursos em Ciências da Linguagem poderiam integrar a formação nestas áreas?*

A resposta a esta pergunta não é muito fácil. Se a oferta em Portugal, no domínio das Ciências da Linguagem, só contempla a Psicolinguística e questões de aquisição/aprendizagem de línguas, teremos de saber qual a abordagem que é adotada nessas ofertas. Na verdade, está tudo condicionado à massa crítica existente, à rota científica seguida por essa massa crítica e à impossibilidade de não conceder espaço a áreas que podem ser vistas de fora para dentro como inevitáveis. A leitura que faço do plano de estudos do curso de Ciências da Linguagem que melhor conheço conduz-me a pensar que existe um enfoque muito centrado na Linguística, “linguisticocêntrico” seria o termo se existisse. Diz-me a experiência que unidades curriculares que joguem com interfaces disciplinares serão sempre remetidas para o estatuto de afins, não gozando nunca do estatuto consagrado às UCs do foro exclusivo da Linguística. Não vejo, por isso, pelo menos para já, hipóteses de as unidades curriculares que constam nesta pergunta poderem vir a ser contempladas em planos de estudo com o histórico que conhecemos. É bem provável que algumas pinceladas relativas à Neurolinguística e à Psicologia Cognitiva possam ser fornecidas por docentes que tenham formação nessas áreas em unidades curriculares com programas que a isso se prestem, à semelhança do que eu já tenho vindo a fazer nas que lecionei. Um cenário que me assusta e que pode muito bem vir a existir consiste em ver certas unidades curriculares interdisciplinares serem lecionadas de modo aligeirado por docentes sem uma formação verdadeiramente condizente com o que nelas se espera a nível universitário, sob pena de os estudantes verem goradas as suas expectativas quando as frequentarem. A este respeito, as instituições têm de usar de muita prudência e exigência se não quiserem que a sua imagem corra riscos.

Os estudantes que pretendam enveredar por áreas/cursos com pendor interdisciplinar em torno da linguagem poderão ter de chegar à conclusão que essa oferta provavelmente não existe nos planos de estudo que o nosso mercado disponibiliza, apesar de estarmos a entrar na

terceira década do século XXI. Por muito estranha que possa ser a minha resposta, só posso sugerir que cada um complemente o seu saber não importa onde e de preferência junto de individualidades que possuam formações sólidas, jamais junto de “curiosos”. Em virtude da sua pertinência e atualidade no que concerne ao que acaba de ser exposto, regresso ao vocábulo desconfinamento, que tomei de empréstimo ao léxico da pandemia que nos tomou de assalto e que ainda aí está à espera de um medicamento ou de uma vacina para a combater e nos proteger, porquanto parece haver estudantes que se sentem atraídos por essa via no plano disciplinar.

*A Senhora Professora dedicou a sua vida profissional à Universidade, à Ciência e à Psicolinguística. Ocupou-se rigorosamente e extensivamente da disciplina e do que a envolve. Por isso, gostaríamos de perguntar o que é que a Psicolinguística deu à Senhora Professora? Quais são as grandes lições que retira do estudo dessa disciplina?*

Julgo que, de uma ou de outra forma, já respondi um pouco a esta pergunta. A Psicolinguística conferiu-me abertura de espírito e uma capacidade de olhar para a realidade em geral, e não só para a que se encontra mais associada à linguagem, com mais objetividade/distância. Não sei, porém, dizer se essa abertura já existia em mim e condicionou a minha aproximação a essa Ciência. Dessa aproximação retiro como mais fecundo o facto de me permitir jogar com o desconfinamento e com o distanciamento, à la COVID-19, em qualquer contexto. Resta saber se essa conjugação de desconfinamento e de distanciamento aplicada à minha especialidade jogou ou não a meu favor.

*Tendo em conta o vasto conhecimento e experiência da Senhora Professora, não poderíamos deixar de perguntar quais os conselhos que daria a um/uma jovem estudante interessado/a em imergir na Psicolinguística. E quais os desafios que a própria disciplina deverá enfrentar num futuro recente?*

Um jovem que se interesse por uma área plural que não exista no cardápio das instituições que tenha por perto terá de optar por começar por uma ponta, passe-se o coloquialismo. A partir dessa formação de base, resta procurar a complementaridade dessa formação dentro ou fora de muros. E voltamos ao desconfinamento, neste caso geográfico. Atualmente a aldeia sempre é mais global do que quando eu iniciei o meu trajeto académico. E rompi, à minha maneira, com o confinamento.

Os desafios são muitos. A Professora Tatiana Slama-Cazacu via na Psicolinguística uma “multidisciplinarily connected science”. Importa, por isso, retirar dessa Ciência meios que permitam explicar, uma vez que se trata de uma ciência explicativa, o que se passa com todos os intervenientes nas mais variadas tarefas hoje executadas ou que venham a realizar-se que requeiram o processamento da linguagem. É bem provável que, com o incessante avanço do conhecimento, o distanciamento em relação à linguagem e o desconfinamento de áreas singulares façam com que se sinta a necessidade de aumentar as interfaces e assim também, voltando à imagem da Matrioska, o número de bonecas/disciplinas que esta alberga. Haja abertura de espírito porque a Ciência essa é aberta, por natureza.

*Sabemos que a Senhora Professora se jubilará em breve. Nesse sentido, gostaria de partilhar connosco quais os projetos, caso eles existam, que planeia iniciar ou dar continuidade nesta nova fase que se avizinha?*

A jubilação poderá ser motor de muitas decisões. Motivou, por exemplo, esta entrevista. Não a teria dado, por certo, noutras circunstâncias. Tenho planos, sim, mas gostaria de não os partilhar nesta oportunidade. Ficará para um próximo encontro.

Obrigada por terem vindo ao meu encontro e espero que tenham um futuro brilhante à vossa frente. Felicidades.

# O USO E TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS EUROPEU DO *PRESENT PERFECT* EM *HARRY POTTER E A PEDRA FILOSOFAL*

Flávio Lima<sup>1</sup>

[lisomaf1@gmail.com](mailto:lisomaf1@gmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Joel Santiago<sup>2</sup>

[dravensantiago16@gmail.com](mailto:dravensantiago16@gmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Rui Mendes Lopes<sup>3</sup>

[rui Lopes20.12@hotmail.com](mailto:rui Lopes20.12@hotmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Sofia Pinho-Silva<sup>4</sup>

[sofiapinhosilva@gmail.com](mailto:sofiapinhosilva@gmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O objetivo principal do presente trabalho é analisar os usos do *Present Perfect* no 1.º e 17.º capítulos de *Harry Potter and the Philosopher's Stone*, de J. K. Rowling, e respetiva tradução para Português Europeu (PE), de modo a estabelecer um padrão de tradução deste tempo verbal. Para tal, foi feito um levantamento das formas verbais no *Present Perfect*, bem como das construções em PE que lhes correspondem, e uma subsequente análise das leituras semânticas das situações representadas por esses tempos verbais. Verificou-se a utilização recorrente do *Present Perfect* com valor resultativo, que na versão em Português é traduzido para o Pretérito Perfeito com valor semântico terminativo.

PALAVRAS-CHAVE. Tradução, Semântica, Tempo, Aspeto, *Present Perfect*.

---

<sup>1</sup> 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem.

<sup>2</sup> 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem.

<sup>3</sup> 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem.

<sup>4</sup> 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem.

**ABSTRACT.** The main purpose of this study is to analyze the Present Perfect's occurrences in the 1<sup>st</sup> and 17<sup>th</sup> chapters of *Harry Potter and the Philosopher's Stone*, by J. K. Rowling, and its respective translation to European Portuguese (EP), in order to establish a translation pattern of this verbal tense. To achieve this, we collected all the verbs forms using the Present Perfect, as well as their European Portuguese counterparts, and then proceeded to analyze the semantic reading of the situations represented by those verbal tenses. It was found that there is a recurring usage of the Present Perfect with resultative semantic values and of the *Pretérito Perfeito* with terminative semantic values, in the Portuguese version.

**KEYWORDS.** Translation, Semantics, Tense, Aspect, Present Perfect.

## **1. Introdução**

No presente trabalho, relativo ao uso e tradução do *Present Perfect*, especificamente em *Harry Potter and the Philosopher's Stone*, de J. K. Rowling, pretendemos perceber a que tempos em Português Europeu (PE) corresponde o *Present Perfect*. A hipótese inicial é de não haver uma correspondência direta e absoluta entre todos os usos do *Present Perfect* e um único tempo verbal em Português. Para a testar, analisaremos as formas verbais no *Present Perfect* e respetiva tradução nos 1.º e 17.º capítulos da referida obra, pretendendo perceber se há algum padrão de tradução. O *corpus* do trabalho inclui 31 usos do *Present Perfect* (e 31 traduções em PE). Num segundo momento, realizaremos uma análise das leituras semânticas dos usos do *Present Perfect*, procurando determinar se essas se mantêm na versão portuguesa. Os suportes teóricos do trabalho são Ferreira (2010), que segue a proposta de Huddleston & Pullum (2002), e Oliveira & Leal (2012).

Levando em conta os objetivos principais deste trabalho, estruturamos o artigo da seguinte forma: na secção 2, revemos algumas noções básicas sobre os valores temporais e aspetuais dos tempos verbais relevantes; na secção 3, apresentamos a análise quantitativa e qualitativa dos dados; e na secção 4 expomos as conclusões da análise.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1. Usos do *Present Perfect***

De acordo com Ferreira (2010), segundo um grande número de autores – dos quais são destacados McCawley (1971), Comrie (1976), Binnick (1991) e Huddleston & Pullum (2002) –, o *Present Perfect* tem quatro usos distintos: o *Present Perfect* de valor continuativo; de valor experiencial; de valor resultativo; e de passado recente. Estes quatro usos, que são

formas de estabelecer uma relação entre passado e presente, tentam “descrever as relações temporais que se poderão estabelecer entre os tempos de eventualidade, de referência e de fala” (Ferreira 2010: 67).

Começando pelo *Present Perfect* continuativo, este descreve uma situação que teve início no passado, perdura no presente e é esperado que continue no futuro. Atentemos nos seguintes exemplos<sup>5</sup>:

- (1) Tom has worked in Gaia for three weeks.
- (2) Hachiko has waited for his owner ever since he left for work.

Como podemos constatar nestes dois exemplos, em (1) Tom começou a trabalhar há três semanas em Gaia, continua a fazê-lo no momento da enunciação e tudo indica que o fará no tempo que seguirá; na frase (2), também se percebe que Hachiko espera pelo seu dono desde que este partiu, continua a fazê-lo no momento que esta frase é dita e continuará a esperar no futuro. Note-se que, uma vez que esta leitura é uma leitura continuativa, são necessários adverbiais introduzidos por ‘for’ ou ‘since’.

Passando agora para o *Present Perfect* experiencial, este distingue-se do continuativo “na medida em que a eventualidade (...) não se estende até ao presente...” (Ferreira 2010: 69):

- (3) Sarah has been to Florence.
- (4) I have read Harry Potter three times.
- (5) Catherine has been to Portugal since Brexit.

Numa frase como (3), é possível constatar que existe uma fronteira inicial no passado e uma final no momento de enunciação, dentro da qual, num subintervalo não definido, a situação tomou lugar. São também consideradas situações de *Present Perfect* experiencial aquelas que ocorrem de forma repetida no passado, como em (4), e aquelas com um início bem especificado, como em (5). Neste exemplo, Catherine terá estado no nosso país pelo menos uma vez desde que o Brexit foi democraticamente aprovado. É possível dizer que o “*Present Perfect* experiencial reconhece-se frequentemente pela ocorrência de adverbiais de frequência” (Ferreira 2010: 70), sejam eles realizados (4) ou subentendidos (3) e (5).

---

<sup>5</sup> Os exemplos apresentados que não indicam fonte bibliográfica são de autoria própria.

O terceiro uso do *Present Perfect* é o *Present Perfect* resultativo. Este *Perfect* aponta para o “resultado de uma eventualidade localizada na esfera do passado e indica que esse efeito ainda se mantém no presente” (Ferreira 2010: 71), uso ilustrado pelo exemplo (6):

(6) She has damaged her phone.

O exemplo (6) mostra que a eventualidade que ocorreu no passado (o facto de ter danificado o seu telemóvel) ainda se verifica no momento da enunciação, através do estado (danificado), contingente com a referida eventualidade.

Os autores Huddleston & Pullum (2002) “referem ainda uma circunstância de ‘nil results’ incluída no PP resultativo”, ou seja, com uma tentativa que se julgue falhada de obter o resultado que era pretendido. Pode-se continuar a dizer que o *Present Perfect* “focaliza uma consequência”, apesar de, neste caso em particular, ser a consequência de uma eventualidade falhada:

(7) “I’ve tried to phone her, but she’s not answering.” (Huddleston & Pullum (2002)  
(*apud* Ferreira 2010: 73))

Por último, o *Present Perfect* de passado recente (ou como lhe chamou Moens (1987: 74), o “Perfect of hot news”) caracteriza-se pela considerável proximidade temporal que existe entre o momento em que ocorre a eventualidade e o presente (momento de enunciação), como por exemplo num enunciado como o seguinte:

(8) The Hogwarts acceptance letter has just arrived.

Apesar de alguns autores, como Quirk, Greenbaum, Leech & Svartvik (1985), considerarem os casos de *Present Perfect* de passado recente aqueles que ocorrem com adverbiais como “just” ou “recently”, os mesmos assumem a hipótese de estes adverbiais poderem não serem realizados e assim serem depreendidos por contextos pragmáticos, dando o exemplo (9):

(9) “Has the postman left any letters?”

Neste caso, tendo em conta que “é do conhecimento comum que o correio é distribuído diariamente, a resposta nunca poderia ir para além de um dia” (Ferreira 2010: 75).

## **2.2. Tempos verbais usados na tradução para PE**

Segundo Oliveira (2013: 509) existem duas formas de flexionar os verbos: “as [...] veiculadas não só pelas formas verbais simples, mas também pelos tempos compostos, construídos com o auxiliar *ter*, e por outras perífrases verbais de natureza temporal (como *estar a* + verbo pleno e *ir* + verbo pleno)...” – ou seja, as formas finitas do verbo e as formas não finitas (particípio passado, infinitivo e gerúndio).

Esta secção será então dedicada a descrever os tempos verbais que serão relevantes no nosso trabalho.

### **2.2.1. Formas Finitas**

#### **2.2.1.1. Pretérito Perfeito do Indicativo**

Começando pelo tempo verbal mais utilizado nas traduções do *Present Perfect* para Português Europeu da obra em análise, o Pretérito Perfeito do Indicativo é usado para descrever situações que ocorreram num determinado tempo no passado e que estão totalmente terminadas, como é o caso do exemplo da frase (10):

(10) O João pediu a namorada em casamento.

No entanto, este tempo verbal pode também dar-nos conta de uma situação que aconteceu de forma repetida no passado, sendo sempre possível inferir que estamos a falar de uma eventualidade ou de uma mudança de estado já terminado no momento da enunciação. Exemplo disto é uma frase como a (11):

(11) O Bruno jogou futebol durante os últimos 5 meses.

#### **2.2.1.2. Pretérito Perfeito Composto do Indicativo**

O Pretérito Perfeito Composto do Indicativo é formado pelo verbo auxiliar *ter* no presente do indicativo e pelo particípio do verbo principal. Descreve eventualidades que ocorrem repetidamente no passado, mas que se estendem até ao presente e cuja ocorrência no futuro é possível de ser prevista, como ilustram os exemplos seguintes:

(12) O Bernardo tem ido ao ginásio de segunda-feira a sexta-feira.

(13) O grupo I de trabalho de Métodos e Técnicas de Pesquisa tem-se encontrado todas as semanas na FLUP.

Contudo, esta particularidade só se verifica se o verbo auxiliar se encontrar no modo Indicativo, uma vez que se este se encontrar no Conjuntivo “a leitura altera-se, embora a anterioridade se verifique em relação a um ponto de perspetiva temporal (passado, presente ou futuro) consoante os casos” (Oliveira 2003: 142).

(14) “Não me espanta que o Manuel tenha visitado a avó.” (Oliveira 2003: 142)

Como se pode depreender pelo exemplo em (14), o evento (a visita) aconteceu numa indeterminada altura do passado, o que faz com que o Pretérito Perfeito Composto deixe de ter uma leitura iterativa.

Existem ainda outras situações em que o Pretérito Perfeito Composto deixa de ter leitura iterativa. Atentemos nos seguintes exemplos:

(15) Quando a Ana chegar a casa, já o Rui a tem visitado. (Oliveira 2003: 142)

(16) Sempre que a Ana chega a casa da Maria, já o Rui a tem visitado.  
(Oliveira 2003: 143)

(17) O Rúben tem estado desocupado estes meses.

Com estes exemplos, é possível perceber que em (15) “o ponto de perspetiva temporal é o futuro, estabelecido pela oração temporal” e a situação representada pelo Pretérito Perfeito Composto ocorre antes do intervalo de tempo descrito pela referida oração temporal (Oliveira 2003: 143). Em (16), temos a apresentação de uma situação habitual transmitida pela locução conjuncional “sempre que”. Em (17), a iteratividade perde-se, pois a situação em questão é um estado.

### **2.2.1.3. Pretérito Imperfeito do Indicativo**

Enunciados cujos verbos estejam no Pretérito Imperfeito do Indicativo referem-se a situações ocorridas no passado, representadas como não estando totalmente finalizadas, como em (18):

(18) O Rui estava doente ontem. (Oliveira 2003: 140)

Neste exemplo, “o Imperfeito fornece uma informação temporal de passado, não atribuindo qualquer limite ao estado, que é por natureza não delimitado. Por isso é possível afirmar que ‘ontem estava doente e hoje ainda está’” (Oliveira 2003: 140).

Contudo, o Imperfeito - citando Oliveira (2003: 140) – “sendo um tempo do passado, tem também associados efeitos aspetuais consideráveis na medida em que, por ser um tempo alargado, torna simultaneamente possível transformar eventos télicos<sup>6</sup> em predicados atélicos<sup>7</sup> (...) havendo até a possibilidade de os transformar em estados (habituais ou outros)”, como comprova o seguinte exemplo:

(19) O Rui lia o livro quando a Maria chegou. (Oliveira, 2003: 140)

Neste caso, a situação descrita pelo Pretérito Imperfeito, um evento télico na base, é transformado num evento atélico.

#### **2.2.1.4. Presente do Indicativo**

O Presente do Indicativo pode ser usado para descrever uma situação que ocorre no momento da enunciação, podendo também indicar uma situação habitual ou um estado permanente.

Segundo Oliveira (2003: 144), o Presente do Indicativo “do ponto de vista aspetual (...) apresenta a interessante característica de só ser um tempo presente, (...) com estados”, como se pode ver em (20):

(20) O João mora em Lisboa.

Com eventos observam-se alterações aspetuais, como ilustra o seguinte exemplo:

(21) A Maria nada.

Como podemos verificar neste exemplo, a leitura que mais sobressai é a habitual, uma vez que depreendemos que se trata de uma ocorrência que se repete um número indeterminado de vezes num intervalo de tempo também ele indeterminado (mas inclui o tempo de enunciação).

---

<sup>6</sup> Entendem-se por télicas as situações que têm um fim intrínseco, como “ler um livro”, “ganhar a corrida”.

<sup>7</sup> Por outro lado, são situações atélicas aquelas que não tendem para um fim, como por exemplo “nadar”, “trabalhar”, “morar”.

### 2.2.2. Formas não finitas: Particípio Passado, Infinitivo Composto e Gerúndio Composto

O Particípio Passado, que pode assumir formas regulares e irregulares, representa uma eventualidade como já terminada, como ilustra (22):

(22) Feito o trabalho, podemos descansar.

O Infinitivo Composto remete também ele para uma situação terminada anterior a um dado intervalo de tempo. Veja-se a título exemplificativo (23):

(23) A Tatiana ficou bastante triste por ter sido despedida.

Quanto ao Gerúndio Composto, de acordo com Leal (2001: 79), “pode perspectivar as situações tanto do ponto de vista de um processo preparatório como de um estado consequente”, localizando-se antes de um dado intervalo de tempo. Assim, por exemplo, em (24), a situação representada na oração gerundiva é anterior à situação descrita pela oração principal.

(24) “Tendo colocado a pasta na mesa, o conferencista cumprimentou o presidente.” (Leal 2001: 79)

## 3. O Estudo

### 3.1. Descrição do *corpus* e metodologia

Foi tomado como *corpus* dois capítulos do livro de *Harry Potter and the Philosopher's Stone*, de J. K. Rowling, em inglês e em PE. De seguida, foi feita uma recolha de todos os casos contendo o *Present Perfect* e sua respetiva tradução, num total de 31 ocorrências. Dessa recolha foram excluídos os casos contendo verbos modais. Posteriormente, foram analisados a frequência dos tempos verbais e os valores semânticos dos tempos verbais numa perspetiva contrastiva entre as duas línguas em questão.

### 3.2. Resultados da análise do *corpus*

Como já foi referido, o *corpus* deste trabalho inclui 31 ocorrências do *Present Perfect* com diferentes valores semânticos, como se pode ver na tabela 1.

Valor semântico do PP	Frequência relativa	Frequência absoluta
Resultativo	45,2%	14
Continuativo	29%	9
Experiencial	22,6%	7
Passado recente	3,2%	1

**Tabela 1.** Frequência relativa e absoluta dos valores semânticos do *Present Perfect* usados em Inglês.

Não sendo nenhum de nós falante nativo da língua inglesa, procurámos identificar as características de cada valor semântico associado ao *Present Perfect* e das respetivas traduções, deixando em aberto algumas situações ambíguas. Tomamos especial atenção à distinção entre valor resultativo e experiencial. Estes têm em comum o facto de serem associados a situações ocorridas no passado e que não se prolongam até ao presente. A diferença reside no estado das coisas no presente, que pode (resultativo) ou não (experiencial) ser afetado pela respetiva situação que ocorreu no passado. Se for possível estabelecer uma relação de causalidade entre a situação passada e o estado presente, consideramos estar perante um valor semântico resultativo.

O *Present Perfect* aparece, em quase metade dos casos (47%), com valor resultativo. Quando o *Present Perfect* adquire valor resultativo, como acontece em (25), esta relação temporal manifesta-se através de uma causa (passado) e consequência (presente).

(25) “As for the Stone, it has been destroyed.”

Por sua vez, quando o uso do *Present Perfect* é associado a um valor continuativo, o que acontece em 30% dos casos, a relação temporal é outra. Aqui, é estabelecida uma continuidade de um estado, cujo início se situa na esfera do passado, no presente ainda se mantém, e inclusive se poderá manter no futuro. O exemplo (26) ilustra esta leitura, sendo que, no contexto da obra, está implícito um adverbial “since”, necessário à construção deste valor.

(26) “They have been extremely worried.”

Em 20% dos casos, o *Present Perfect* apresenta um valor experiencial. Nestes casos, o *Present Perfect* não estabelece uma relação entre passado e presente, ao contrário do que

acontece nos casos em que adquire valor resultativo e continuativo, como foi indicado acima. Verifica-se, sim, a existência de uma fronteira temporal, dentro da qual o evento ou estado decorreu, sendo que a fronteira inicial pode ser explícita ou subentendida e a fronteira final está sempre antes do momento de enunciação (27). Por esta razão, o *Present Perfect* adquire valor experiencial apenas quando se reporta a situações terminadas.

(27) “I've met him and I'm calling him by his name”

Há também um caso (28), em que o *Present Perfect* adquire valor de passado recente, mas o seu uso nestes capítulos é demasiado residual para ser extensivamente comentado. Apesar de não estar graficamente realizado na frase, subentende-se a existência do adverbial *just*: "I've just won the House Cup for Gryffindor". Este exemplo pode, mediante uma diferente interpretação do contexto no que diz respeito à recência do acontecimento, ser interpretado como tendo valor resultativo.

(28) “I - I've won the House Cup for Gryffindor.”

Relativamente à tradução do *Present Perfect* para o PE, a tabela 2 apresenta a frequência de cada tempo verbal ou processo linguístico usado.

Construções usadas na tradução em PE	Frequência relativa	Frequência absoluta
Pretérito perfeito do indicativo	61,3%	19
Pretérito perfeito composto do indicativo	16,1%	5
Nominalização	6,5%	2
Gerúndio composto	3,2%	1
Infinitivo composto	3,2%	1
Particípio passado	3,2%	1
Presente do indicativo	3,2%	1
Pretérito imperfeito do indicativo	3,2%	1

**Tabela 2.** Frequência relativa e absoluta dos tempos verbais usados em PE.

A observação da tabela 2 permite-nos verificar que os tempos Pretérito Perfeito do Indicativo e Pretérito Perfeito Composto do Indicativo são os mais utilizados para traduzir o *Present Perfect*. O Pretérito Perfeito do Indicativo (cf. (29)), inclusivamente, perfaz mais de metade da amostra (61,3%). O Pretérito Perfeito Composto do Indicativo (cf. (30)), por sua vez, corresponde a 16,1% da amostra. Os restantes tempos e construções verbais têm um uso residual.

- (29) a) “Quero dizer, ele não desapareceu, pois não?”  
b) “I mean, he hasn't gone, has he?”
- (30) a) “Hã... Petúnia, minha querida... não tens sabido nada da tua irmã nos últimos tempos, pois não?”  
b) “Er - Petunia, dear - you haven't heard from your sister lately, have you?”

No que toca ao valor semântico, verifica-se que as traduções adquirem, na sua maioria, valor terminativo. Isto pode ser explicado pelo grande número de utilizações do Pretérito Perfeito do Indicativo na tradução para PE, tempo associado a situações terminadas.

- (31) a) “Alegremo-nos porque o Quem-Nós-Sabemos desapareceu finalmente do mapa!”  
b) “Rejoice, for You-Know-Who has gone at last!”

São também de destacar, ainda que com bastante menos ocorrências em relação ao valor terminativo, os valores continuativo e iterativo. Na leitura continuativa, ilustrada pelo exemplo (30), ao contrário do terminativo, a situação tem início no passado e continua até ao presente.

A leitura iterativa implica a repetição de uma situação num intervalo de tempo que se inicia algures no passado e se estende até ao momento de enunciação, como em (32). É de notar que este exemplo, extraído do contexto da obra, poderia também ser lido como terminativo. Assim, apesar de termos optado por classificar este exemplo como manifestação de uma leitura iterativa, deixamos a porta aberta a uma leitura alternativa devido à sua ambiguidade.

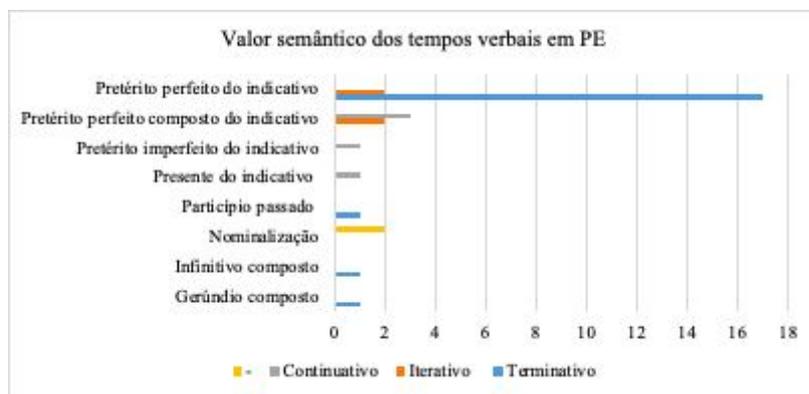
- (32) a) “(...) milhares destas aves foram vistas a voarem em todas as direcções desde o nascer do Sol.”  
b) “there have been hundreds of sightings of these birds flying in every direction since sunrise.”

Na tabela 3 são postos em evidência a frequência dos valores semânticos associados às várias traduções do *Present Perfect*.

Valor semântico da tradução em PE	Frequência relativa	Frequência absoluta
Terminativo	64,5%	20
Continuativo	16,1%	5
Iterativo	12,9%	4
_8	6,5%	2

**Tabela 3.** Frequência relativa e absoluta dos valores semânticos dos tempos verbais em Português.

O gráfico seguinte estabelece as relações entre os tempos verbais usados nas traduções e o valor semântico que estas traduções adquirem. Para estabelecer um padrão entre o valor semântico e os tempos verbais usados na tradução, apresentamos o gráfico 1.



**Gráfico 1.** Frequência absoluta dos valores semânticos dos tempos verbais usados na tradução em PE.

Ao estabelecer correspondências entre tempo e valor semântico, podemos definir alguns padrões. É, no entanto, importante ter em mente o reduzido volume de dados sobre os quais a nossa análise incide.

<sup>8</sup> Note-se que não associámos nenhuma leitura semântica às traduções que recorriam à nominalização e, por esse motivo, usamos (-).

O Pretérito Perfeito do Indicativo apresenta-se, em quase 90% das suas ocorrências, com o valor terminativo. Nas 2 ocorrências em que este mesmo tempo adquire valor iterativo, tal acontece sempre através de uma delimitação temporal imposta por expressões como “durante as últimas semanas” (33):

- (33) a) “O sangue de unicórnio fortaleceu-me durante as últimas semanas...”  
b) “Unicorn blood has strengthened me, these past weeks ...”

Verificámos que os usos do Presente do Indicativo, Pretérito Perfeito Composto do Indicativo e Pretérito Imperfeito do Indicativo nunca adquirem valor terminativo.

Quanto ao Pretérito Perfeito Composto do Indicativo, tal como é defendido em Oliveira & Leal (2012), este apenas adquire valor iterativo quando a situação é eventiva e o ponto de perspetiva temporal é o momento da enunciação, ou, sendo uma situação estativa, seja referente a um determinado estado que se repete várias vezes. Dos 5 casos que encontramos do Pretérito Perfeito Composto, apenas 2 adquirem valor iterativo (exemplo (34)), visto que 3 são situações estativas em que não há repetição do estado, mas sim um prolongamento do mesmo (o que, por conseguinte, as torna continuativas ao invés de iterativas) (exemplo (35)).

- (34) a) “Ele tem-se visto obrigado a ser muito duro comigo.”  
b) “He has had to be very hard on me.”  
(35) a) “Têm estado extremamente preocupados.”  
b) “They have been extremely worried.”

Em (34), depreende-se que tenham existido várias instâncias em que *Voldemort* se viu obrigado a ser duro com o seu súbdito. É esta repetição que confere à frase o seu carácter iterativo. Já no caso de (35), apesar de a situação em questão se manter no presente, é uma situação estativa que se prolonga ao longo do tempo, pelo que adquire valor continuativo. Não há várias instâncias em que o estado de preocupação se repete, existindo sim um estado contínuo de preocupação.

Se olharmos para as formas verbais Gerúndio Composto, Particípio Passado e Infinitivo Composto, apesar de só termos um exemplo de cada, estas têm exclusivamente valor terminativo. O Particípio Passado, que é também parte integral do Gerúndio Composto,

remete-nos para uma situação que já foi finalizada. Estas formas verbais estão, assim, tipicamente, associadas a um valor terminativo de uma situação anterior a outra como em (36).

- (36) a) “Como eu estava a dizer, mesmo tendo o Quem-Nós-Sabemos desaparecido...”  
b) “As I say, even if You-Know-Who has gone –“

O único uso do Infinitivo Composto na tradução tem um valor terminativo (“Apesar de o ter desiludido muitas vezes”).

Em dois casos, o *Present Perfect* é traduzido para português através de uma nominalização como em (37):

- (37) a) “Sabe o que dizem por aí sobre o motivo do seu desaparecimento?”  
b) “(...) About why he's disappeared?”

De modo a perceber a relação e correspondência entre os valores semânticos da versão original e da tradução, elaborámos o gráfico 2, que analisamos adiante.



**Gráfico 2.** Comparação da frequência absoluta das ocorrências dos valores semânticos dos tempos verbais em Inglês e em PE.

Ao compararmos as leituras temporo-aspetuais das construções verbais na versão original em inglês com a tradução portuguesa, conseguimos também tirar algumas conclusões. Quando na versão original o *Present Perfect* apresenta um valor resultativo, a tradução em português adquire sempre um valor terminativo. Vejam-se a título exemplificativo as frases de (38):

- (38) a) “And finally, bird-watchers everywhere have reported...”  
b) “E, por fim, os observadores de pássaros comunicaram-nos...”

Não poderia ser de outra forma, visto que o valor resultativo implica um resultado ou consequência de algo que aconteceu no passado e, no presente já está terminado, característica comum ao valor semântico terminativo em português.

Os usos do *Present Perfect* com valor experiencial, por sua vez, são traduzidos na maioria das vezes com um valor terminativo (cf. 39).

- (39) a) “My dear Professor, I've never seen a cat sit so stiffly.”  
b) “Minha cara professora, nunca vi uma gata sentada de uma forma tão rígida!”

Uma possível explicação para este fenómeno é que, como o valor experiencial implica apenas que algo tenha sido concluído no passado, não fazendo referência ao número de vezes que aconteceu, o valor terminativo é o que melhor se adequa na tradução.

O *Present Perfect* de valor continuativo diz respeito a algo que começou no passado, continua no presente e se prevê que continue no futuro. Como tal, deve ser traduzido por valores que impliquem eventos ou estados que se mantêm ou repetem ao longo do tempo (cf. 40), caso contrário, a expressão mudará de significado.

- (40) a) “Unicorn blood has strengthened me, these past weeks.”  
b) “O sangue de unicórnio fortaleceu-me durante as últimas semanas...”

Por fim, temos apenas um uso do *Present Perfect* de passado recente, que corresponde ao valor terminativo com o auxiliar aspetual “acabar de” (cf. 41):

- (41) a) “I - I've won the House Cup for Gryffindor.”  
b) “Acabei de ganhar a taça para os Gryffindor.”

O número reduzido de exemplos não nos permite tirar conclusões definitivas, mas podemos inferir que o *Present Perfect* com este valor dificilmente poderia ser traduzido de forma a adquirir valor continuativo, uma vez que diz respeito a uma situação passada e, necessariamente, terminada, mesmo que referente a um tempo próximo (recente).

Caso eliminássemos os três “outliers” (um *Present Perfect* com valor de passado recente, outro com valor continuativo traduzidos através de uma construção com valor

terminativo e um com valor experiencial traduzido através de uma construção com valor continuativo), a correspondência entre valores semânticos na versão original e na tradução poderia ser direta: valores resultativos (na versão original) são traduzidos sistematicamente através de construções terminativas; valores experienciais também são traduzidos usando construções com valor terminativo; valores continuativos são traduzidos com recurso a construções com valor iterativo ou continuativo. Desta forma, os valores associados a uma versão corresponderiam sempre a 1 ou 2 valores na outra.

No entanto, eliminar os supostos *outliers* da nossa amostra (já reduzida) corresponde a sacrificar uma porção não negligenciável dos dados experimentais e, portanto, dar azo a conclusões precipitadas.

#### **4. Conclusão**

Este estudo foi motivado pela procura da resposta à questão “Será que há um padrão de tradução do *Present Perfect* para PE?”. A nossa hipótese inicial nesta investigação era que a tradução do *Present Perfect* do inglês para o português não podia ser realizada usando um único tempo verbal. Para tal, recolhemos e analisamos comparativamente os dados, constituídos por 31 ocorrências do *Present Perfect* na versão inglesa, e 31 traduções para Português Europeu. Tentamos estabelecer padrões através da observação do comportamento quantitativo e qualitativo dos tempos verbais, bem como das leituras semânticas dos mesmos.

A nossa análise permitiu chegar a alguns resultados, que passamos a enumerar. Na maior parte dos casos, o *Present Perfect*, veicula um valor resultativo, que não deixa de ser terminativo e, assim, é traduzido através da construção verbal que melhor traduz esse valor terminativo (frequentemente o Pretérito Perfeito do Indicativo, mas em alguns casos residuais aparece traduzida pelo Gerúndio Composto, Infinitivo Composto e Particípio Passado). No entanto, quando o *Present Perfect* é acompanhado de certas expressões ou construções que implicam uma situação inacabada ou que realçam a repetição da situação, então passam a ser usadas construções, em português, que expressem um valor semântico que exprima continuidade ou iteração (valor semântico continuativo ou iterativo).

Podemos inferir, com esta análise, que os valores temporo-aspetais dos tempos verbais são obtidos composicionalmente dependendo, nomeadamente do tipo aspetual das predicções e de outras informações fornecidas, por exemplo, por adverbiais temporais.

Notamos também, de imediato, que há um valor semântico que predomina na tradução do *Present Perfect*: o valor terminativo. Além disto, conseguimos observar que situações com valor resultativo tendem a ser traduzidos por tempos verbais com valor terminativo; situações com valor experiencial por tempos verbais com valor terminativo (exceção feita aquando são acompanhados de expressões temporais); situações com valor continuativo por tempos verbais com valor de continuidade (diferentes do terminativo). A razão para tal é que o português possui formas distintas para a tradução das ideias expressas em inglês. Assim, a nossa hipótese confirma-se. É de salientar, todavia, os resultados deste estudo necessitam de uma amostra maior do que a que foi feita, de forma a serem confirmados.

## Referências

- Ferreira, F. 2010. *O ensino do "Present Perfect" a alunos falantes nativos do português europeu*. Tese de Doutoramento em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Leal, A. 2001. *O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e Aspeto. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte & I. H. Faria, (Eds.). *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 129-178). Lisboa: Caminho.
- Oliveira, F.; Leal, A. 2012. Sobre a iteração do pretérito perfeito composto em português europeu. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* 7: 65-88.
- Rowling, J.K. 1997. *Harry Potter and the Philosopher's Stone*. London: Bloomsbury Publishing.
- Rowling, J.K. 1999. *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. Lisboa: Editorial Presença.

# O MODO NAS ORAÇÕES RELATIVAS RESTRITIVAS

Ana Filipa Fonseca<sup>9</sup>

[anafilipul@hotmail.com](mailto:anafilipul@hotmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

**RESUMO.** As orações relativas restritivas restringem a extensão de uma determinada expressão nominal antecedente ao atribuir uma qualidade específica a essa expressão que modificam. Elas podem ocorrer tanto no modo Indicativo como no Conjuntivo, dependendo de vários fatores como a leitura semântica pretendida, por exemplo. Os principais objetivos deste trabalho são: verificar a frequência do uso dos dois modos a partir de um *corpus* e caracterizar as diferentes leituras resultantes da alternância de modos. A análise feita permitiu constatar que o modo Indicativo é o modo que predomina na construção de orações relativas restritivas e que, na maioria das vezes, ele não permite alternância, ao contrário do que acontece com o modo Conjuntivo. Também se verificou que, normalmente, quando existe alternância, ela gera, como consequência, uma leitura semântica distinta, sendo que ao Indicativo estão associadas descrições definidas com leitura referencial e ao Conjuntivo descrições indefinidas com leitura não específica.

**PALAVRAS-CHAVE.** Orações Relativas Restritivas, Modo Indicativo, Modo Conjuntivo, Leituras Semânticas.

**ABSTRACT.** Restrictive relative clauses restrict the extension of a given nominal expression by assigning a specific quality to that expression they modify. They can occur in both Indicative and Subjunctive moods, depending on factors such as the semantic reading intended, for example. The main goals are to verify the usage of the two moods from a *corpus* and to characterize the different readings resulting from switching moods. The analysis made it possible to verify that the Indicative mood is the predominant way in the construction of restrictive relative clauses and that, in most cases, it does not allow alternation, unlike what happens with Subjunctive mood. It has also been found that, normally, when there is alternation, it generates, as a consequence, a distinct semantic reading, as the Indicative is associated with definite descriptions with specific reading while the Subjunctive is associated with non-definite descriptions with non-specific reading.

**KEYWORDS.** Restrictive Relative Clauses, Indicative Mood, Subjunctive Mood, Semantic Readings.

---

<sup>9</sup> Estudante do 3.º ano da Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

## 1. Introdução

As orações relativas restritivas permitem identificar qual a entidade que está a ser referida pela expressão nominal por elas modificada, uma vez que contribuem para a construção do referente, restringindo a extensão do conceito expresso pelo nome que a oração modifica. Estas orações aceitam os dois modos, Indicativo e Conjuntivo, dependendo não só do contexto, mas também da leitura semântica pretendida, sendo, inclusivamente, possível a alternância de modos em alguns casos particulares. Contudo, o uso dos modos nas orações relativas é um tema que levanta alguma discussão, pois a expressão do modo, em geral, é ainda considerada por vários especialistas como sendo uma área complexa (Marques 1995: 1).

O principal objetivo deste trabalho é determinar a frequência dos modos usados nas orações relativas restritivas, a partir de um *corpus* de registo escrito, a fim de, posteriormente, caracterizar as diferentes leituras semânticas resultantes da alternância de modos, analisando os contextos que se verifiquem ser de uso preferencial referente a cada um deles. Para sermos mais precisos, iremos ter em atenção apenas o modo Indicativo e o modo Conjuntivo.

Este trabalho encontra-se organizado em diferentes secções. A primeira secção diz respeito ao enquadramento teórico e encontra-se dividida em duas partes. Na primeira serão abordadas algumas noções breves sobre as orações relativas restritivas, enquanto na segunda abordaremos aspetos relativos ao modo, aprofundando mais os modos Indicativo e Conjuntivo. Tendo sido tratadas as questões teóricas fundamentais, explicaremos como foi recolhido e, depois, tratado o *corpus*. Serão, então, observadas as orações restritivas que constituem esse *corpus*, mais concretamente o modo nelas apresentado e os verbos que as antecedem, a fim de se encontrar, ou não, um padrão no que diz respeito ao modo utilizado em determinado contexto. De seguida, será estabelecida uma relação entre cada um dos modos, os seus contextos de uso e as leituras semânticas a eles associadas, constatando, por fim, se é ou não possível a alternância de modos e em que circunstância esta pode ocorrer. Para finalizar, apresentaremos algumas considerações finais.

## 2. Enquadramento teórico

### 2.1. Breves noções sobre orações relativas restritivas

As orações relativas restritivas pertencem a uma subcategoria de orações subordinadas designada orações adjetivas, que, como podemos perceber através desta mesma denominação, permitem atribuir, no decorrer do discurso, uma qualificação a uma ou mais entidades referidas nesse mesmo discurso (Peres & Mória 2003: 273).

Dentro das orações relativas, encontramos outra subdivisão, já que, num lado, temos as orações relativas apositivas e, noutro, as orações relativas restritivas. Segundo Veloso (2013: 2067), esta subdivisão tem por base a relação que as orações relativas estabelecem com o antecedente, sendo que ela tem implicações em características prosódicas, sintáticas e semânticas distintas:

«As orações relativas podem estar integradas em construções relativas que constituem um só grupo sintático prosódico. Nestes casos, não existe qualquer rutura, sintática ou melódica, entre o antecedente e a oração relativa. Ou seja, neste tipo de estrutura as orações relativas pertencem ao mesmo sintagma nominal que o nome modificado e são modificadores desse nome (...).

Em alternativa, as orações relativas podem formar um grupo sintático e prosódico autónomo, que se destaca do restante material (precedente) do sintagma nominal complexo. Essa independência prosódica e sintática é convencionalmente representada na escrita através do ladeamento por vírgulas, travessões ou parênteses.»

Veloso (2013: 2067)

Como foi referido anteriormente, e continuando no seguimento da abordagem citada (cf. Veloso 2013: 2067-2069), existem, de igual modo, diferenças semânticas. No primeiro caso, que diz respeito ao que ocorre com as orações relativas restritivas, a oração relativa introduz uma informação que restringe o conjunto denotado pelo nome e respetivos complementos ou modificadores, se os tiver, pressupondo-se a existência de entidades ou objetos que não correspondem à característica ou qualidade que é atribuída pela oração relativa, ou seja, a oração relativa tem a função de modificador restritivo do nome. No segundo caso, isto é, nas orações relativas apositivas, a oração relativa não contribui para a identificação do referente, pois o sintagma nominal que antecede a oração relativa é um sintagma autónomo com valor referencial próprio, sendo que, desta forma, a oração relativa não tem outra função a não ser a de introduzir um comentário, isto é, uma propriedade adicional de um referente previamente identificado, assumindo a oração a função de modificador apositivo do nome.

De acordo com Veloso (2013), a natureza do antecedente também diverge consoante o tipo de oração relativa em causa, uma vez que, nas orações relativas restritivas, o antecedente é somente o grupo nominal modificado pela oração, sendo excluído o seu especificador, enquanto, nas orações relativas apositivas, o antecedente inclui o especificador do grupo nominal modificado pela oração, sendo um sintagma nominal autónomo, completo e plenamente referencial.

Vejamos dois exemplos de Veloso (2013: 2068):

- (1) a. Os gatos da minha vizinha que vêm cá a casa não gostam de bife.
- b. Os gatos da minha vizinha, que vêm cá a casa, não gostam de bife.

Em (1a) temos uma oração relativa restritiva, enquanto em (1b) temos uma oração relativa apositiva. Analisando os dois exemplos tendo por base tudo o que já foi referido, verificamos que, efetivamente, no exemplo (1a), “Os gatos da minha vizinha que vêm cá a casa” constitui um único sintagma nominal do qual faz parte o modificador “que vêm cá a casa”, sendo que este está a restringir o conjunto de entidades a que se refere a expressão nominal “Os gatos da minha vizinha”. Pressupõe-se, então, a existência de outros gatos da vizinha que não vão a casa do enunciador. Relativamente ao exemplo (1b), a oração “que vêm cá a casa”, embora tenha o papel de modificador de nome, encontra-se, de facto, isolado por vírgulas, não pertencendo ao sintagma nominal “Os gatos da minha vizinha”, pois este sintagma é plenamente referencial e, portanto, autónomo. Assim, “que vêm cá a casa” funciona, neste caso, como um mero comentário adicional que não contribui para a identificação das entidades referidas pelo sintagma nominal ao qual essa oração relativa está vinculada.

As expressões nominais relativizadas podem ser definidas ou indefinidas (Oliveira 2003). Trata-se de expressões nominais definidas as que são individualizadas pelo locutor e pelo interlocutor, isto é, as que designam um objeto ou conjunto de objetos perfeitamente identificados no universo de referência. Por oposição, as expressões nominais indefinidas referem um objeto ou conjunto de objetos não identificados, ou seja, o interlocutor não conhece qual das entidades singulares ou plurais possíveis no discurso considerado é aquela à qual o locutor se refere.

As primeiras podem ter uma leitura referencial, se as expressões selecionarem, como refere Oliveira (2003: 223), sobre o conjunto definido intensionalmente pela propriedade “ser

X”, a parte singular única e determinada que constitui o referente do discurso, sendo que nesse caso pressupõe-se a existência do objeto ou objetos designados, ou uma leitura atributiva, se as expressões definirem intensionalmente um dado conjunto, indicando que, se esse conjunto não for vazio, o discurso tem como referente o objeto ou indivíduo que satisfaça as propriedades expressas pela descrição definida. Nesta última é possível negar a existência do objeto a que a expressão nominal se refere, uma vez que não está envolvida a pressuposição de existência, ao contrário do que ocorre na leitura referencial.

No que diz respeito às expressões nominais indefinidas, também existe a possibilidade de duas leituras distintas: a leitura específica e a leitura não específica. Seguindo a abordagem de Oliveira (2003), estamos perante um caso de leitura específica se o discurso estabelecer como referente uma parte não identificada do conjunto considerado, a partir do conjunto-base X, e perante leitura não específica se a expressão for utilizada apenas intensionalmente e, como tal, não estabelecer nenhum referente.

As orações relativas restritivas não podem ocorrer como modificadores de frase. Além disso, não devem modificar expressões com referência única, tais como nomes próprios ou pronomes pessoais.

No entanto, não é uma condição indispensável para a formação de orações relativas restritivas a realização lexical de um antecedente (Peres & Mória 2003: 277). Aliás, quando uma oração relativa restritiva tem essa particularidade de não apresentar um nome que sirva de antecedente ao pronome relativo, recebe a designação de oração relativa sem antecedente.

Quanto à constituição de uma oração relativa, é importante referir a presença do constituinte relativo, normalmente uma expressão sem significado específico característico, ou seja, desprovida de um valor semântico próprio, que é colocado tipicamente junto ao sintagma nominal que ele, de certa forma, retoma e que lhe dá valor semântico (cf. Peres & Mória 2003: 278-279). Esse constituinte encontra-se, portanto, logo no início da oração relativa.

O pronome relativo mais usado é, provavelmente, o pronome com forma mais neutra, o “que”. Este pode ser assim descrito por se tratar de um especificador puro, sem qualquer componente nominal, que é o mesmo que dizer que o “que” é um pronome semanticamente subespecificado, isto é, ele pode ser combinado com antecedentes quer com valores positivos quer com valores negativos para um determinado traço semântico, não sendo especificado para nenhum valor em particular (cf. Veloso 2013:2077). Por outras palavras, “que” pode ter

como antecedente uma expressão nominal que represente, por exemplo, um objeto, um animal ou uma pessoa, sem, portanto, qualquer tipo de restrição.

Contudo, existem outros constituintes relativos, tais como “o qual”, “quem”, “quanto”, “onde” e “cujo”, que, como têm propriedades diferentes, introduzem orações relativas com características semânticas e sintáticas distintas. O pronome “que” pode ter, em orações relativas restritivas, a função de sujeito e de complemento direto, ao contrário do pronome “quem”, que, partilhando com o seu antecedente o traço inerente [+humano], apenas pode ter as funções de complemento indireto, complemento oblíquo e complemento (possessivo) de nome; ou de “o qual”, que só em orações relativas apositivas é que se encontra associado a essas funções sintáticas. Já “quanto” tem a especificidade de ter um valor intrínseco de quantidade e, portanto, o seu antecedente não é propriamente um grupo nominal, mas antes a quantificação do sintagma nominal a que a oração relativa está vinculada, e “onde”, devido ao facto de possuir o valor semântico particular associado ao traço [+lugar], isto é, ser semanticamente locativo, tem como requisito ser precedido por um antecedente que denote um lugar. Por fim, o determinante relativo “cujo” flexiona em género e número e marca o genitivo. Na verdade, “cujo” tem duas funções simultâneas: a retoma do antecedente nominal que tem o papel de possuidor e o veicular uma interpretação definida no constituinte relativo, sendo que esta codificação da definitude tem reflexos morfológicos que resultam na referida flexão em género e em número (cf. Veloso 2013: 2097). Trata-se de um pronome relativo semanticamente equivalente a um pronome possessivo genitivo de 3.<sup>a</sup> pessoa (Veloso 2013: 2081-2104).

## **2.2. Breves noções sobre modo**

O Modo é, assim como o Tempo, um dos sistemas em função dos quais varia a flexão verbal em português. Encontra-se associado à modalidade, que é definida por Marques (2013: 673) como «a atitude que o enunciador ou (no caso de uma frase complexa) a entidade referida pelo sujeito da oração principal expressa relativamente ao estado de coisas descrito», ou seja, trata-se da gramaticalização de atitudes ou crenças dos falantes relativamente à situação específica a que se referem no seu discurso. Vejamos alguns exemplos de Marques (2013: 673):

- (2) a. Paulo acredita que acaba o trabalho a tempo.
- b. É provável que amanhã chova.

Em (2a), a atitude de crença é expressa através da forma verbal “acredita”, que lexicalmente já tem um significado que compreende, de facto, uma atitude de crença e essa crença é dita relativamente à informação presente na oração completiva. Em (2b), a crença do enunciador é expressa através do adjetivo “provável”, que indica uma crença média, ou seja, mais fraca, sem completa certeza.

Para além da atitude de crença (designada modalidade epistémica) que os exemplos referidos anteriormente ilustram, existem outras atitudes que podem ser linguisticamente expressas, às quais estão associadas modalidades, tal como se pode verificar nos exemplos de Marques (2013: 674) transcritos abaixo: uma atitude de obrigação (modalidade deôntica) exemplificada em (3a); uma atitude de desejo (modalidade desiderativa), como acontece em (3b); no exemplo (3c) temos a ilustração de uma atitude de avaliação, normalmente negativa, (designada modalidade avaliativa); ou, ainda, uma atitude de receio, como mostra o exemplo (3d), que, por vezes, é incluída na modalidade desiderativa:

- (3) a. A lei exige que todos os cidadãos sejam recenseados.
- b. Era bom que amanhã não chovesse.
- c. É pena que o edifício tenha sido destruído.
- d. O Paulo tem medo de que haja um acidente.

Em português temos vários modos: o modo Indicativo, o modo Conjuntivo, o modo Imperativo, o modo Condicional, o modo Infinitivo e, nalguns casos, também se considera o Futuro como sendo um modo. Contudo, como, para esta investigação, interessam exclusivamente o Indicativo e o Conjuntivo, apenas estes serão descritos, primeiro com uma caracterização geral e, depois, abordando, mais especificamente, o uso destes dois modos nas orações relativas restritivas, que são as estruturas que vão ser estudadas neste trabalho.

### **2.2.1. Os modos Indicativo e Conjuntivo**

O modo Indicativo é, provavelmente, o modo que mais usamos em português: ele ocorre nos vários tipos de frase, sejam elas frases simples, orações principais ou orações subordinadas (Oliveira 2003: 259; Marques 2013: 674-675). É o modo associado ao real e, portanto, como é dito em Marques (2013: 675), todas as frases de tipo declarativo neste modo são interpretadas como sendo verdades (para alguém). Isto acontece por se tratar de um modo

neutro, isto é, um modo que pode ser selecionado para todos os contextos que não justifiquem a presença de um modo marcado (cf. Marques 1995: 5). De acordo com Marques (1995: 5), «o conjuntivo e o indicativo funcionam como modos complementares, sendo um selecionado para os contextos de que o outro esteja excluído (...)».

O modo Conjuntivo ocorre, na maioria das vezes, em orações subordinadas, apesar de poder ocorrer, também, nalgumas frases simples e nalgumas orações principais. Ele relaciona-se com vários valores modais (Marques 1995: 110; Marques 2013: 674) e não apenas com um, já que, como é defendido por Marques (1995:110), se pode encontrar em orações imperativas (modalidade deôntica); em orações introduzidas por “oxalá” que, geralmente, indicam desejo; em orações completivas com predicados epistémicos que expressam uma crença fraca (“duvidar” ou “ser possível”) e com predicados não epistémicos que expressam valores como o de obrigação, de permissão (“ordenar”, “permitir”), de desejo (“querer”, “desejar”), entre outros; ou em orações subordinadas adverbiais que são apresentadas como falsas ou que podem ser verdadeiras ou falsas (cf. Marques 2013: 679-681).

No entanto, como refere Marques (2013: 679-680), existe ainda um grupo de predicados epistémicos que tanto admitem o Indicativo como o Conjuntivo, como é o caso de verbos como “acreditar”, “admitir”, “imaginar”, entre outros, e de nomes como “hipótese”, “ideia” ou “suspeita”, que implicam interpretações diferentes.

Relativamente à sua ocorrência em orações relativas restritivas, como refere Marques (2013: 684-685), a principal distinção que condiciona a ocorrência de um ou de outro modo nas orações relativas restritivas reside, fundamentalmente, na interpretação e na capacidade de referência do próprio sintagma nominal. Assim, usa-se o Conjuntivo e não o Indicativo: (i) se o “sintagma relativizado não é referencial e se se nega a existência das entidades por ele descritas” (cf. 4a.); (ii) se o sintagma relativizado não for referencial e se admitir que as entidades por ele descritas possam ou não existir (4b) ou (iii) se o falante assumir que as entidades descritas pelo sintagma nominal relativizado existem, mas não as identifica (4c):

- (4) a. O Paulo não descobriu um livro que *trate* desse assunto.
- b. O João quer conhecer uma rapariga que *seja* perfeita.
- c. Ele tem quem o *ajude*. (Marques 2013: 685)

Marques (1995: 10) defende que o modo Conjuntivo só pode ocorrer se as orações relativas restritivas estiverem num contexto opaco, ou seja, no caso de o sintagma nominal relativizado poder ter leitura não específica, uma vez que, nesses contextos, as expressões são utilizadas com valor intensional.

Por sua vez, o modo Indicativo é selecionado em contextos transparentes gerados, por exemplo, por verbos como “descobrir” (5a) e “haver” (5b). Porém, se a frase matriz for negativa, o Conjuntivo já é admitido, como se pode observar em (5c) e (5d):

- (5) a. O Paulo descobriu um livro que trata / \*trate desse assunto.
- b. Há um livro que trata / \*trate desse assunto.
- c. O Paulo não descobriu um livro que trate desse assunto.
- d. Não há um livro que trate desse assunto.

Marques (1995: 10)

Assim, o Indicativo é utilizado nas orações relativas restritivas em que os sintagmas nominais permitem deduzir a existência da entidade em causa ou a crença, por parte de alguém, nessa existência, enquanto o Conjuntivo ocorre nas orações relativas restritivas cujos sintagmas nominais modificados não dão essa informação (Marques 1995: 150).

### 3. O Estudo

#### 3.1. *Corpus*

O *corpus* recolhido para este projeto é constituído por 93 orações relativas restritivas encontradas em textos de carácter jornalístico, recolhidas através da base de dados do CETEMPúblico da Linguateca<sup>10</sup>. Essas orações foram selecionadas aleatoriamente, tendo somente como condições serem orações relativas restritivas e serem introduzidas pelos seguintes constituintes relativos: “que”, “cujo” e “onde”. Assim, o *corpus* inclui 31 (33,33%) orações relativas introduzidas por “que”, 31 (33,33%) por “cujo” e 31 (33,33%) por “onde”.

Optamos por estas palavras relativas para selecionarmos o *corpus* deste trabalho, primeiramente devido ao facto de serem todas de classes diferentes, pois “que” é um pronome

---

<sup>10</sup> A recolha foi feita em <https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/> com as seguintes fórmulas de pesquisa: [pos="N.\*"] [] {0,3} [lema="que" & pos="SPEC\_rel.\*"] [] {0,3} [pos="V.\*"], para as orações relativas restritivas introduzidas pelo pronome relativo “que”; [pos="N.\*"] [] {0,3} [lema="cujo" & pos="DET\_rel.\*"] [] {0,3} [pos="V.\*"], para as orações relativas restritivas introduzidas por “cujo” e [pos="N.\*"] [] {0,3} [lema="onde" & pos="ADV\_rel.\*"] [] {0,3} [pos="V.\*"] para orações relativas restritivas introduzidas por “onde”.

relativo – aliás, é o pronome relativo mais utilizado –, “cujo” é um determinante relativo e, por fim, “onde” pertence à classe dos advérbios, e também porque, como tal, introduzem orações relativas com características semânticas e sintáticas distintas, como explicado na secção 2.1.

### **3.2. Metodologia da análise do *corpus***

Para a análise do *corpus* em questão, seguimos uma série de procedimentos cuja referência consideramos relevante.

Inicialmente, colocámos em evidência o verbo da frase superior e o tempo verbal em que este se encontrava, ou seja, o tempo verbal da situação da frase superior, a fim de se observar se se verificava alguma tendência particular com algum verbo ou tempo verbal específico.

O procedimento que se seguiu foi caracterizar as expressões nominais antecedentes, isto é, as expressões nominais modificadas pelas orações relativas restritivas, em expressões definidas ou indefinidas. Para isso, consideramos a sua leitura sem a oração relativa restritiva.

Posteriormente, verificámos os modos utilizados nas orações relativas restritivas e a leitura semântica que se tinha dos sintagmas nominais com as orações relativas restritivas nos contextos em causa. Ou seja, no caso das descrições nominais definidas, verificamos se tinham leitura referencial ou atributiva e, no caso das descrições nominais indefinidas, se tinham leitura específica ou não específica. Depois, analisámos a possibilidade de haver alternância de modos, ou seja, se, num dado contexto, uma oração relativa restritiva cujo verbo estivesse no modo Indicativo podia, ou não, ter antes o verbo no modo Conjuntivo e vice-versa. Havendo, realmente, hipótese de alternância, conferimos se se mantinha ou não a mesma leitura semântica.

Por fim, após as fases descritas e tendo em consideração todos os dados analisados, procedemos à análise e à problematização dos resultados obtidos. Desta forma, conseguimos verificar uma determinada tendência no que diz respeito ao modo utilizado nas orações relativas restritivas, bem como relativamente às leituras semânticas associadas.

### **3.3. Descrição dos resultados**

Com a finalidade de, futuramente, compreendermos melhor possíveis tendências associadas a determinados tempos verbais, procedemos primeiramente a uma contagem do número de ocorrências dos tempos verbais das frases superiores do nosso *corpus*.

No conjunto de 93 frases complexas com orações relativas restritivas, o Presente do Indicativo é o tempo que mais se destaca, com 31 ocorrências, correspondente a 33,33% do nosso *corpus*. É sabida a enorme importância deste tempo verbal no português, podendo ser usado para se referir, por exemplo, ao passado, ao próprio presente e ainda ao futuro. Além disso, como o *corpus* é constituído por frases retiradas de textos escritos de carácter jornalístico, tal como em estudos como Silvano (2002) e Barbosa (2018), também nos dados deste estudo o uso do Presente pretende dar maior atualidade à informação relatada na notícia ou reportagem, criando um maior impacto nos leitores.

De seguida, surge o Infinitivo, com 23 ocorrências (24,73%), que aparece dependente de outros verbos ou nomes que introduzem orações completivas infinitivas.

Em terceiro, com um número igualmente considerável de ocorrências (21, que corresponde a 22,58% da totalidade dos dados que constituem o *corpus*), está o Pretérito Perfeito do Indicativo. Este tempo é utilizado para narrar situações que ocorrem no passado antes do momento de enunciação. E, por isso, é um tempo bastante frequente em contextos jornalísticos, apesar de ser menos aplicado do que o Presente.

Podemos observar, nos quadros que se seguem, os resultados quantitativos da análise do *corpus*, que serão discutidos posteriormente:

Tempo verbal da situação da frase superior	N.º de ocorrências	Percentagens (%)
Presente do Indicativo	31	33,33
Infinitivo	23	24,73
Pretérito Perfeito do Indicativo	21	22,58
Futuro	7	7,53

Pretérito Imperfeito do Indicativo	3	3,23
Presente Progressivo do Indicativo	2	2,15
Gerúndio	1	1,08
Infinitivo Perfeito	1	1,08
Presente do Conjuntivo	1	1,08
Pretérito Imperfeito do Conjuntivo (Passivo)	1	1,08
Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo	1	1,08
Pretérito Perfeito Composto do Indicativo	1	1,08
Total	93	100

**QUADRO A.** Frequência dos tempos verbais das frases superiores do *corpus*.

Como se pode observar nos quadros B e C, as orações relativas introduzidas pelos constituintes “que” e “onde” ocorrem mais frequentemente com tempos do Indicativo da esfera do presente na frase superior (38,71% e 51,61%, respetivamente), enquanto as encabeçadas por “cujo” combinam-se mais com tempos do Indicativo da esfera do passado (29,03%) e, sobretudo, com tempos no modo Infinitivo (41,96%).

Constituinte relativo	Tempo e modo da frase superior		
	Indicativo	Gerúndio	%

	Presente	%	Passado	%	Futuro	%		
Que	12	38,71	10	32,26	1	3,23	-	-
Cujo	5	16,13	9	29,03	3	9,68	1	3,23
Onde	16	51,61	7	22,58	3	9,68	-	-

**QUADRO B.** Frequência dos tempos verbais das frases superiores do *corpus*, agrupados por esferas temporais tendo em conta o constituinte relativo – modo Indicativo e Gerúndio.

Constituinte relativo	Tempo e modo da frase superior							
	Conjuntivo						Infinitivo	%
	Presente	%	Passado	%	Futuro	%		
Que	-	-	-	-	-	-	8	25,81
Cujo	-	-	-	-	-	-	13	41,96
Onde	1	3,23	1	3,23	-	-	3	9,68

**QUADRO C.** Frequência dos tempos verbais das frases superiores do *corpus*, agrupados por esferas temporais tendo em conta o constituinte relativo – modo Conjuntivo e Infinitivo.

O quadro D sistematiza os resultados da análise relativamente ao modo nas orações relativas.

Constituinte relativo	Modo da oração relativa			
	Indicativo	%	Conjuntivo	%
Que	27	87,10	4	12,90

Cujo	23	74,19	8	25,81
Onde	27	87,10	4	12,90

**QUADRO D.** Frequência dos modos das orações relativas tendo em conta o constituinte relativo.

As orações relativas restritivas de modo Indicativo são mais frequentes com os constituintes relativos “que” e “onde” (correspondem a cerca de 87,10% do total das 31 frases analisadas para cada constituinte relativo, para ambos os constituintes). O constituinte relativo “cujo” denota uma menor discrepância na utilização dos modos da oração relativa, quando comparado com os outros dois, pois cerca de 74,19% das frases (23 das 31 frases) encontram-se construídas com o modo Indicativo. Ainda assim, observa-se que há uma predominância bastante significativa do modo Indicativo.

O quadro E reúne os resultados da análise do tipo de expressão nominal que antecede a oração relativa e sua distribuição pelo constituinte relativo e pelo modo da oração relativa.

Constituinte relativo	Modo							
	Indicativo				Conjuntivo			
	Antecedente							
	Expressão nominal definida	%	Expressão nominal indefinida	%	Expressão nominal definida	%	Expressão nominal indefinida	%
Que	16	59,26	11	40,74	2	50,00	2	50,00
Cujo	9	39,13	14	60,87	3	37,5	5	62,50
Onde	11	40,74	16	59,26	1	25,00	3	75,00

**QUADRO E.** Frequência do tipo de expressão nominal que antecede a oração relativa tendo em conta o constituinte relativo e os modos das frases superiores.

Com “que”, a maioria das frases cuja oração relativa se encontra no modo Indicativo (cerca de 59,26%) é antecedida por uma expressão nominal definida. As frases cuja oração relativa se encontra no modo Indicativo, relativamente aos constituintes relativos “cujo” e “onde”, são precedidas, na sua maioria, por expressões nominais indefinidas (cerca de 60,87% e 59,26%, respetivamente).

Com respeito às frases cuja oração relativa se encontra no modo Conjuntivo, os constituintes “cujo” e “onde”, tal como indicado para as frases cujas orações relativas foram construídas com o modo Indicativo, são, na sua maioria, antecedidas por expressões nominais indefinidas (cerca de 62,50% e 75,00%, respetivamente). Já a análise das frases cuja oração relativa é introduzida pelo constituinte “que” e construída no modo Conjuntivo revelou que 50,00% dessas orações tinham como antecedente uma expressão nominal definida e os outros 50,00% eram antecedidos por expressões nominais indefinidas.

Nos quadros F e G agrupámos os resultados da análise das leituras semânticas das orações relativas antecedidas por uma expressão nominal definida e das orações relativas antecedidas por uma expressão nominal indefinida, respetivamente.

Constituinte relativo	Modo							
	Indicativo				Conjuntivo			
	Leitura semânticas das expressões nominais (antecedente + oração)							
	Expressão nominal definida (antecedente)							
	Leitura referencial	%	Leitura atributiva	%	Leitura referencial	%	Leitura atributiva	%
Que	16	88,89	-		1* <sup>11</sup>	5,56	1	5,56
Cujo	9	75,00	-		-	-	3	25,00

<sup>11</sup> O uso do asterisco serve para indicar a possibilidade de duas leituras distintas numa mesma frase.

Onde	11	91,67	-		-	-	1	8,33
------	----	-------	---	--	---	---	---	------

**QUADRO F.** Resultados quantitativos das leituras semânticas das orações relativas antecedidas por uma expressão nominal definida.

Constituinte relativo	Modo							
	Indicativo				Conjuntivo			
	Leitura semânticas das expressões nominais (antecedente + oração)							
	Expressão nominal indefinida (antecedente)							
	Leitura específica	%	Leitura não específica	%	Leitura específica	%	Leitura não específica	%
Que	11	64,62	-		-	-	2	15,38
Cujo	14	73,68	-		-	-	5	26,32
Onde	16	84,21	-		-	-	3	15,79

**QUADRO G.** Resultados quantitativos das leituras semânticas das orações relativas antecedidas por uma expressão nominal indefinida.

Os três constituintes relativos que introduzem as frases do nosso *corpus* apresentaram um comportamento semelhante relativamente às leituras semânticas dos antecedentes que são expressões nominais definidas. Todas as frases cujas orações relativas restritivas estavam construídas com o modo Indicativo tiveram leitura referencial. Isto é, 88,75% das orações relativas introduzidas por “que”, 75,00% das orações relativas introduzidas pelo constituinte relativo “cujo” e 91,67% das frases cujas orações relativas restritivas eram introduzidas por “onde”.

Já no modo Conjuntivo, à exceção do caso particular de uma oração relativa introduzida pelo constituinte “que”, que será analisada na próxima secção, todos os

antecedentes constituídos por expressões nominais definidas tiveram leitura atributiva, independentemente do constituinte relativo que introduzia a oração relativa restritiva. Por outras palavras, uma (5,56%) das 18 frases cujas orações relativas, para além de serem introduzidas pelo constituinte relativo “que”, têm ainda como antecedente uma expressão nominal definida tem leitura atributiva e está construída com o modo Conjuntivo. De igual modo, 3 (25,00%) das 12 frases cujas orações relativas têm em comum uma expressão nominal definida como antecedente e são introduzidas por “cujo” e, igualmente, 1 (8,33%) das 12 frases constituídas por orações relativas restritivas que são antecedidas por uma expressão nominal definida e introduzidas pelo constituinte relativo “onde” evidenciaram leitura atributiva.

No que diz respeito às leituras semânticas dos antecedentes que são expressões nominais indefinidas, os três constituintes relativos evidenciaram um comportamento semelhante entre si. No modo Indicativo, os referidos antecedentes tiveram todos leitura específica, o que corresponde, em termos quantitativos, a 11 frases (64,62%) das 13 com orações relativas introduzidas por “que” que têm como antecedente uma expressão nominal indefinida, 14 frases (73,68%) das 19 com orações relativas introduzidas por “cujo” com antecedentes que são expressões nominais indefinidas e, por fim, 16 frases (84,21%) do total de 19 com orações relativas introduzidas por “onde” cujos antecedentes são expressões nominais indefinidas.

Relativamente ao Conjuntivo, verificámos, por oposição, apenas leituras não específicas para as restantes frases que constituem o nosso *corpus* e cujas orações relativas são antecedidas por expressões nominais indefinidas. Ou seja, tiveram leitura não específica 2 (15,38%) das 13 frases com orações relativas restritivas introduzidas por “que” e antecedidas por expressões nominais indefinidas, 5 (26,32%) das 19 frases com orações relativas introduzidas por “cujo” que tinham como antecedente expressões nominais indefinidas e 3 (15,79%) das 19 frases com orações relativas restritivas introduzidas por “onde” e antecedidas por expressões nominais indefinidas.

Os quadros H e I sistematizam os resultados da análise quanto à verificação da possibilidade de se realizar, ou não, alternância de modos nas orações relativas no modo Indicativo e no modo Conjuntivo, respetivamente.

Constituinte	Modo da oração relativa
--------------	-------------------------

relativo	Indicativo					
	Alternância com o Conjuntivo					
	Sim				Não	%
	Leitura igual	%	Leitura diferente	%		
Que	-	-	4	14,81	23	85,19
Cujo	-	-	6	26,09	17	73,91
Onde	-	-	9	33,33	18	66,67

**QUADRO H.** Possibilidade de alternância de modos nas orações relativas no modo Indicativo.

Constituinte relativo	Modo da oração relativa					
	Conjuntivo					
	Alternância com o Indicativo					
	Sim				Não	%
Leitura igual	%	Leitura diferente	%			
Que	1* <sup>12</sup>	25,00	3	75,00	-	-
Cujo			8	100,00	-	-

<sup>12</sup> O uso do asterisco serve para indicar a possibilidade de duas leituras distintas numa mesma frase.

Onde	-	-	2	50,00	2	50,00
------	---	---	---	-------	---	-------

**QUADRO I.** Possibilidade de alternância de modos nas orações relativas no modo Conjuntivo.

O modo Indicativo é o modo menos suscetível à possibilidade de alternância: nos três constituintes a maioria das frases cujas orações relativas restritivas se encontravam no modo Indicativo não permite alternância de modo ((85,19%) relativamente ao constituinte relativo “que”, 73,91% no que diz respeito ao constituinte relativo “cujo” e, por fim, 66,67% das frases que têm a oração relativa introduzida por “onde”).

“Onde” é o constituinte relativo mais predisposto à alternância do modo Indicativo para o Conjuntivo, como vimos pelas percentagens apresentadas no tópico anterior.

O modo Conjuntivo mostrou-se muito mais suscetível à alternância de modo: com o constituinte relativo “que”, as 4 frases cujas orações relativas estavam no modo Conjuntivo permitem alternância de modo; com “cujo”, as 8 frases (100%) permitem alternância de modo; e com o constituinte relativo “onde”, a nível de alternância de modo nas orações relativas restritivas construídas com o Conjuntivo, o resultado foi bastante bipartido para podermos elaborar uma conclusão clara, já que 2 (50,00%) permitem alternância e 2 (50,00%) não.

De referir ainda que, em orações cuja frase superior se encontra no Pretérito Perfeito, as relativas restritivas são construídas com o modo Indicativo, não sendo permitida a alternância de modo.

### **3.4. Análise dos resultados obtidos com base no constituinte relativo**

Para facilitar o exercício de discussão dos resultados obtidos, começamos por verificar os resultados com base no constituinte relativo que introduz as orações relativas restritivas, “que”, “cujo” e “onde”. Para além disso, restringiremos a discussão aos dados que ocorrem nas frases superiores com os três tempos verbais mais frequentes, ou seja, os dados com o Presente do Indicativo, o Pretérito Perfeito do Indicativo e o Futuro do Indicativo, assim como com o Infinitivo. Estes tempos verbais e o Infinitivo revelam uma ocorrência significativa, permitindo tirar algumas conclusões relevantes. Deixamos, assim, os restantes dados para uma análise futura mais aprofundada.

Para além disso, teremos também em consideração a natureza do antecedente, isto é, se é uma expressão nominal definida ou indefinida, a fim de verificarmos se, efetivamente, há uma relação entre a natureza do sintagma nominal relativizado e o modo utilizado na oração relativa restritiva.

### 3.4.1. Com o constituinte relativo “que”

Das 31 frases cujas orações relativas restritivas são introduzidas por este constituinte, constatamos que 11 (35,48%) têm como tempo verbal da frase superior o Presente do Indicativo, sendo que dessas 11, 2 (18,18%) têm como antecedente uma expressão nominal definida, 9 (81,82%) têm como antecedente uma expressão nominal indefinida e, de igual modo, 9 (81,82%) têm a oração relativa restritiva construída no modo Indicativo com uma leitura específica ou referencial, consoante a expressão nominal que antecede a oração relativa. Apenas uma (11,11%) dessas 9 permite alternância de modos. Os exemplos que se seguem servem de ilustração para tudo o que foi referido, exatamente pela mesma ordem em que foi mencionado:

- (6) a. par=ext223603-des-96a-1: Neste capítulo, o Boavista tem investido menos, mas já *estão* em curso **as obras** que vão alterar profundamente o Estádio do Bessa e a sua zona envolvente, com um complexo imobiliário de qualidade que irá financiar a renovação do campo de jogo.
- b. par=ext844375-clt-92a-1: Há **um labirinto** que suga as gentes de fé, um jardim que voa, um cadáver que sonha...
- c. par=ext1367725-nd-95a-2: Assim, desde Maio do ano passado, à frente da « antena » de Moscovo *está* uma mulher *casada* com **um militar** que fala perfeitamente russo e cujos informes são altamente apreciados.
- d. par=ext1437749-soc-98b-1: Um diploma do Governo Regional da Madeira, aprovado no plenário do executivo realizado a 7 de Setembro na Expo e ainda não divulgado, *aponta* para **um regime de gestão das escolas** que difere das orientações legais definidas pelo Governo da República.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Nos exemplos, iremos marcar a expressão nominal antecedente da oração relativa a negrito, a forma verbal da frase superior a itálico e a oração relativa com sublinhado.

- (7) a. \*Neste capítulo, o Boavista tem investido menos, mas já *estão* em curso **as obras que vão alterar profundamente o Estádio do Bessa e a sua zona envolvente**, com um complexo imobiliário de qualidade que irá financiar a renovação do campo de jogo.
- b. \**Há um labirinto que sugue as gentes de fé*, um jardim que voa, um cadáver que sonha...
- c. \*Assim, desde Maio do ano passado, à frente da « antena » de Moscovo *está* uma mulher *casada* com **um militar que fale perfeitamente russo** e cujos informes são altamente apreciados.
- d. Um diploma do Governo Regional da Madeira, aprovado no plenário do executivo realizado a 7 de Setembro na Expo e ainda não divulgado, *aponta* para **um regime de gestão das escolas que difira das orientações legais definidas pelo Governo da República**.

Neste último caso, é possível alternar o modo Indicativo pelo modo Conjuntivo por não existir nenhum elemento linguístico que indique a existência desse «regime de gestão das escolas», ou que obrigue o sintagma nominal relativizado a ter uma leitura referencial. Ao efetuarmos a alternância de modo na oração restritiva, passamos a ter uma leitura não específica, como é habitual com o modo Conjuntivo.

Com respeito às duas frases que empregam o constituinte relativo “que” e cuja oração relativa restritiva é construída com o modo Conjuntivo, uma ocorre tendo como antecedente uma expressão nominal indefinida e outra ocorre tendo como antecedente uma expressão definida. A frase que ocorre com a expressão nominal indefinida (cf. exemplo (8)) tem leitura não específica, mas permite alternância de modo, sendo que essa alternância tem como consequência uma leitura semântica distinta (a leitura específica, neste caso). Já a frase que ocorre com a expressão nominal definida (ver exemplo (9)) exige particular atenção no que diz respeito às leituras semânticas, como explicaremos de seguida:

- (8) a. par=ext1363571-soc-94a-1: Trata-se de um projecto da vereadora do ambiente, Isaura Reis, que *defende* a criação de **um circuito de recolha selectiva de plásticos que permita aliviar o aterro sanitário da cidade e contribuir para a preservação ambiental**.
- b. Trata-se de um projecto da vereador do ambiente, Isaura Reis, que *defende* a criação **de um circuito de recolha seletiva de plásticos que permite aliviar o aterro sanitário da cidade e contribuir para a preservação ambiental**.
- (9) a. par=ext1124351-soc-95a-2: Não acredito nelas, não *é o modelo que eu defenda* nem é o modelo constitucional português.

Salientamos esta última frase por se tratar de um caso bastante específico. Como podemos observar, temos uma expressão nominal com um determinante artigo definido que funciona como especificador (“o modelo”) e o verbo “defender” na oração relativa restritiva no modo Conjuntivo, o que parece causar algum conflito ou mesmo agramaticalidade. As duas formas menos marcadas deste exemplo seriam as seguintes:

- (10) a. Não acredito nelas, não é **um modelo** que eu defenda nem é o modelo constitucional português.  
b. Não acredito nelas, não é **o modelo** que eu defendo nem é o modelo constitucional português.

Relativamente às orações relativas restritivas introduzidas por “que” cujo tempo verbal da situação da frase superior é o Pretérito Perfeito, contamos 9 frases (29,03%), todas elas com orações relativas restritivas construídas com o modo Indicativo com leituras semânticas referenciais (e específica no caso da frase cujo antecedente é uma expressão nominal indefinida). Nestes exemplos, há 8 frases (88,89%) em que os antecedentes das orações relativas são expressões nominais definidas e apenas uma (11,11%) em que o antecedente da oração relativa é uma expressão nominal indefinida.

A alternância de modos é impossível em todos os exemplos, independentemente do tipo de antecedente da oração relativa, como é visível em (12):

- (11) a. par=ext1242272-clt-92b-1: Mas, afinal, não foi o escritor do final do século passado que *escreveu o romance* que está [na] origem da série.  
b. par=ext458655-des-97b-1: Os três primeiros golos da Lazio tiveram um fio condutor: as assistências de Mancini, **um jogador espectacular** que há três épocas marcou pela Sampdoria um golo que *ajudara* a eliminar o FC Porto.
- (12) a. \*Mas, afinal, não foi o escritor do final do século passado que *escreveu o romance* que esteja/estivesse na origem da série.  
b. \*Os três primeiros golos da Lazio tiveram um fio condutor: as assistências de Mancini, **um jogador espectacular** que há três épocas marcou pela Sampdoria um golo que *ajudasse* a eliminar o FC Porto.

Com respeito a frases cujas orações relativas restritivas sejam introduzidas pelo constituinte relativo “que” e cujo tempo verbal da situação superior seja o Futuro do Indicativo, temos uma só ocorrência que se encontra transcrita no exemplo (13). Essa frase tem uma expressão definida como antecedente (“o troço”), sendo que a leitura semântica da descrição definida (já com a oração relativa) é a referencial, inviabilizando a alternância de modo, como podemos constatar em (14):

(13) a. par=ext962946-soc-97b-1: Sem a presença de membros do Governo, *será* hoje de manhã *aberto* ao tráfego **o troço do Itinerário Complementar 1 (IC1) que liga Bombarral a Torres Vedras.**

(14) a. \*Sem a presença de membros do Governo, *será* hoje de manhã *aberto* ao tráfego o troço do Itinerário Complementar 1 (IC1) que *ligue/ligar/tiver ligado* Bombarral a Torres Vedras.

Por fim, contamos 8 frases (25,81%) nas quais, para além das orações relativas restritivas serem introduzidas pelo constituinte relativo “que”, ocorre o Infinitivo na frase superior. Nestas 8 frases, 6 orações relativas restritivas (75,00%) encontram-se no modo Indicativo e têm uma leitura referencial. Neste grupo, 7 (87,50%) frases ocorrem com expressões nominais definidas e somente uma (12,50%) ocorre tendo uma expressão nominal indefinida como antecedente. Duas (25,00%) ocorrem no modo Conjuntivo com leitura atributiva ou referencial, consoante o caso, uma vez que uma das frases tem como antecedente uma expressão nominal definida e outra tem como antecedente uma expressão nominal indefinida.

Quanto à alternância de modo, as que ocorrem no Indicativo e que permitem alternância com o modo Conjuntivo são 2 (33,33%). Já as que ocorrem com o Conjuntivo permitem a alternância com o Indicativo. Segue, de seguida, um exemplo de cada uma das situações referidas:

(15) a. <p>: de outros, como a discriminação racial, correspondem a uma necessidade, essa sim concreta, de *harmonizar* a lei **à sociedade que serve**, a eliminação de crimes, como a denegação de justiça e o abandono de cônjuge ou menor em perigo.

b. par=ext975982-nd-94a-2: Para se perceber o porquê de tamanha generosidade por parte da Novell, deve notar-se que, apesar de ter adquirido a Digital Research (DR), o principal concorrente da Microsoft em sistemas operativos, a Novell continua a deter uma ínfima quota

deste mercado, devido **ao apertado controlo** que a Microsoft detém sobre os fabricantes de computadores.

c. par=ext1497123-soc-93b-1: A outro nível, o autarca alerta para o perigo de se continuar a urbanizar para além da cota 700, em termos de ocupação, o que acarretaria para o município infra-estruturas caríssimas, sendo preferível *desenvolver* **uma política habitacional** que evite essa situação.

d. par=ext1485368-soc-94b-2: Simone Veil, a ministra da Saúde que lançou a iniciativa da cimeira, não tentou sequer esconder que a declaração, ao contrário de uma convenção, não tem um «estatuto jurídico que permita exercer sanções, ou mesmo *excluir o país* que não o respeite».

(16) a. de outros, como a discriminação racial, correspondem a uma necessidade, essa sim concreta, de *harmonizar* a lei **à sociedade** que sirva, a eliminação de crimes, como a denegação de justiça e o abandono de cônjuge ou menor em perigo.

b. \*Para se perceber o porquê de tamanha generosidade por parte da Novell, deve notar-se que, apesar de ter adquirido a Digital Research (DR), o principal concorrente da Microsoft em sistemas operativos, a Novell continua a deter uma ínfima quota deste mercado, devido **ao apertado controlo** que a Microsoft detenha sobre os fabricantes de computadores.

c. A outro nível, o autarca alerta para o perigo de se continuar a urbanizar para além da cota 700, em termos de ocupação, o que acarretaria para o município infra-estruturas caríssimas, sendo preferível *desenvolver* **uma política habitacional** que evita essa situação

d. Simone Veil, a ministra da Saúde que lançou a iniciativa da cimeira, não tentou sequer esconder que a declaração, ao contrário de uma convenção, não tem um «estatuto jurídico que permita exercer sanções, ou mesmo *excluir o país* que não o respeita».

Como se pode observar, em (15a) temos uma construção infinitiva seguida de uma expressão nominal definida (“a sociedade”) que é modificada por uma oração relativa restritiva na qual ocorre o modo Indicativo. Neste caso, a alternância de modo não resulta agramatical, como podemos ver em (16a), sendo que existe, com essa alternância, uma leitura semântica distinta, pois com o Indicativo o sintagma nominal tem uma leitura referencial, enquanto que com o Conjuntivo não.

Em (15b) também temos uma oração relativa restritiva construída com o Indicativo cujo antecedente é uma expressão nominal definida (“o apertado controlo”). No entanto, neste caso, a alternância de modo resulta agramatical, como é visível em (16b), uma vez que é visto

como sendo factual (e, portanto, inegável) que a Digital Research (DR) tenha sido adquirida pela Novell e que, apesar disso, esta «continua a deter uma ínfima quota deste mercado», sendo o principal motivo disso o controlo que a Microsoft detém. Ou seja, é impossível negar ou criar alguma dúvida acerca da existência do dito controlo da Microsoft, pois este é o motivo apontado para o que é referido anteriormente, isto é, para o facto de a Novell continuar a deter uma ínfima quota do mercado.

Com respeito ao exemplo (15c), estamos perante uma oração relativa restritiva construída já com o Conjuntivo e antecedida por uma expressão nominal indefinida (“uma política habitacional”). Esta frase permite alternância de modo, tendo essa alternância consequências na leitura semântica, uma vez que com o modo Conjuntivo a leitura é não específica, ou seja, a existência dessa política habitacional é apenas uma hipótese que pode, inclusive, nunca se concretizar – pode não haver uma política habitacional capaz de evitar a referida situação –, no entanto, sendo a oração relativa restritiva construída com o Indicativo, como ocorre em (16c), a leitura semântica torna-se específica e, com isso, interpreta-se que existe, de facto, uma política habitacional com essa característica não se tratando apenas de uma ideia. O sintagma nominal (antecedente + oração relativa) já teria uma leitura referencial, isto é, já aponta para a existência de um objeto concreto (uma política habitacional, neste caso).

Por último, em (15d) verificamos a existência de uma oração relativa restritiva construída com o modo Conjuntivo, apesar de o antecedente ser do mesmo tipo dos casos anteriores, ou seja, uma expressão nominal definida (“o país”). Neste caso, todo o sintagma nominal (antecedente + oração relativa) tem uma leitura não específica devido ao modo utilizado na oração relativa restritiva, sendo possível, no entanto, a alternância com o Indicativo, como é observável em (16d), que tem como consequência o facto de a leitura semântica se tornar específica. Isto é, com a oração relativa restritiva construída com o Conjuntivo, prevalece uma leitura intensional, não passando de uma ideia ou hipótese que pode nem se tornar realidade (pode não existir nenhum país que desrespeite o estatuto em causa), enquanto que, se a mesma oração relativa for construída com o Indicativo, já indica, apenas através da utilização deste modo, que, efetivamente, existe, pelo menos, um país com a característica presente na oração relativa (neste caso, de não respeitar o estatuto), ou que, não existindo, o falante acredita e tem, para si, como sendo verdade que exista.

### 3.4.2. Com o constituinte relativo “cujo” e suas variações

Com o constituinte relativo “cujo” e suas variações, o tempo verbal que predomina nas frases superiores é o Infinitivo. São 13 frases (41,94%), das quais 7 (53,85%) contêm orações relativas restritivas construídas com o modo Indicativo, sendo possível a alternância de modos em 3 delas (42,86%), e 6 (46,15%) com o modo Conjuntivo, sendo possível a alternância de modos em todas. Deste conjunto de 13 frases, 6 (46,15%) ocorrem com uma expressão nominal definida como antecedente e 7 (53,85%) com uma expressão nominal indefinida. Seguem alguns exemplos, em (17), para ilustrar cada uma das situações mencionadas:

(17) a. par=ext859628-soc-98b-1: Os autarcas -- presidente, secretário e tesoureiro, todos eleitos nas listas do PS -- são acusados de, entre 1989 e 1993, *reterem*, para proveito próprio ou de terceiros, **verbas da autarquia cuja quantia é superior a sete mil contos**.

b. par=ext403871-opi-96b-2: Não posso, por isso, *condenar as mulheres cuja gravidez resultou de uma violação*, as que correm risco de vida e as que sabem que os fetos que transportam sofrem de malformações irreversíveis.

c. par=ext854605-eco-91a-1: **As transacções de valores mobiliários não cotados cuja realização seja efectuada no final das sessões de Bolsa**, nas chamadas « transacções especiais », podem *formar* duas cotações.

d. par=ext13719-clt-96b-1: «Porto Santo», de Vicente Jorge Silva, «Rios de Portugal», de João Matos Silva, «A Última Saga», de Francisco Manso, e «Vasco da Gama», de Luc Cuyvers foram as produções apoiadas pela Expo 98, num contributo que visa *promover* a produção **de trabalhos cuja temática esteja de alguma forma relacionada com os oceanos**.

(18) a. \*Os autarcas -- presidente, secretário e tesoureiro, todos eleitos nas listas do PS -- são acusados de, entre 1989 e 1993, *reterem*, para proveito próprio ou de terceiros, **verbas da autarquia cuja quantia seja superior a sete mil contos**.

b. Não posso, por isso, *condenar as mulheres cuja gravidez resulte de uma violação*, as que correm risco de vida e as que sabem que os fetos que transportam sofrem de malformações irreversíveis.

c. **As transacções de valores mobiliários não cotados cuja realização é efectuada no final das sessões de Bolsa**, nas chamadas « transacções especiais », podem *formar* duas cotações.

d. «Porto Santo», de Vicente Jorge Silva, «Rios de Portugal», de João Matos Silva, «A Última Saga», de Francisco Manso, e «Vasco da Gama», de Luc Cuyvers foram as produções apoiadas pela Expo 98, num contributo que visa *promover* a produção de trabalhos cuja temática está de alguma forma relacionada com os oceanos.

Em (17a), temos uma oração relativa construída com o modo Indicativo, que tem como antecedente uma expressão indefinida (“verbas da autarquia”). A alternância de modo resulta impossível neste caso, como podemos constatar em (18a), uma vez que é um facto a existência das referidas verbas, bem como o valor que lhe é atribuído, sendo impossível dar à descrição indefinida uma leitura não específica e, por conseguinte, um sentido intensional.

Em (17b) verificamos também o uso do modo Indicativo na oração relativa restritiva, só que, neste caso, para além de que, contrariamente ao anterior, o antecedente é uma expressão definida (“as mulheres”), é possível construir, no mesmo contexto, a mesma oração relativa restritiva utilizando não o modo Indicativo, mas o Conjuntivo (cf. (18b)), existindo, como consequência uma leitura distinta da descrição definida, isto é, uma leitura atributiva.

O exemplo (17c), por seu turno, mostra uma oração relativa restritiva construída no modo Conjuntivo que tem como antecedente uma expressão definida (“as transações de valores mobiliários não cotados”). A leitura semântica atribuída a este sintagma nominal modificado pela oração relativa é a atributiva. Neste caso, a alternância resulta gramatical, como se pode ver em (18c), gerando uma leitura referencial da descrição definida.

Finalmente, (17d) exemplifica uma oração relativa restritiva construída também com o modo Conjuntivo e cujo antecedente é uma expressão indefinida (“trabalhos”). Neste caso, a alternância de modo é possível, havendo diferenças a nível de interpretação. Isto é, com a oração relativa restritiva construída no Indicativo, interpretamos que existem, de facto, trabalhos com a característica de terem como temática algo relacionado com os oceanos.

Em seguida, temos, com o Pretérito Perfeito do Indicativo como tempo verbal da situação superior, 8 frases (25,81%), das quais 6 (75,00%) são antecidas por uma expressão nominal indefinida (como se demonstra em (19a)) e 2 (25,00%) são antecidas por uma expressão nominal definida (como a exemplificada em (19b)). Neste grupo, todas as relativas restritivas estão construídas com o modo Indicativo e não existe qualquer possibilidade de alternância, como podemos observar nos exemplos (20a) e (20b):

- (19) a. par=ext795208-pol-94b-1: Falando de Santana Lopes, *houve um convite cuja formulação irritou tanto o secretário de Estado da Cultura que lhe deu pretexto (ou vice-versa?) para bloquear a transferência dos fundos de obras e de colecções prometidas ao futuro Museu Nacional de Arte Moderna.*

b. par=ext422626-soc-97b-1: Quem se *esqueceu do famoso Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo de meados dos anos oitenta* cujos resultados se compadeciam mal com números elevados de abandono?

(20) a. \*Falando de Santana Lopes, *houve um convite* cuja formulação irrite/irritasse tanto o secretário de Estado da Cultura que lhe deu pretexto (ou vice-versa?) para bloquear a transferência dos fundos de obras e de colecções prometidas ao futuro Museu Nacional de Arte Moderna.

b. \*Quem se *esqueceu do famoso Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo de meados dos anos oitenta* cujos resultados se compadeçam/compadecessem mal com números elevados de abandono?

No primeiro exemplo, temos como antecedente uma expressão indefinida (“um convite”), enquanto que no segundo temos uma expressão definida (“o famoso Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo de meados dos anos oitenta”). No entanto, apesar desta diferença, os restantes parâmetros analisados têm os mesmos resultados: a oração relativa é construída com o modo Indicativo e não há possibilidade de alternância de modos, como é visível em (20a) e em (20b), respetivamente. Neste caso, tal como acontece com as relativas introduzidas pelo pronome “que”, parece ser o tempo verbal da frase superior e o seu uso numa frase declarativa que criam restrições ao uso do modo Conjuntivo. A única diferença entre os dois exemplos reside no tipo de leitura semântica: em (19a) a descrição indefinida representada pelo sintagma nominal “um convite” e pela oração relativa que se lhe segue tem uma leitura específica, e em (19b) a descrição definida construída com o sintagma nominal a negrito e a oração relativa sublinhada recebe uma leitura referencial.

Em seguida, temos 4 casos (12,90%) cujo tempo verbal da frase superior é o Presente do Indicativo. Todos são constituídos por orações relativas construídas com o modo Indicativo. No entanto, 2 deles (50,00%) ocorrem tendo como antecedente uma expressão nominal indefinida e os outros 2 (50,00%) ocorrem com uma expressão nominal definida como antecedente. Vejamos dois exemplos: um em que o antecedente é uma expressão nominal indefinida (21a) e outro em que o antecedente da oração relativa restritiva é uma expressão nominal definida (21b).

(21) a. par=ext679499-soc-98a-2: Em frente da porta, *concentra-se uma pequena multidão de jovens de ambos os sexos* cuja média etária deverá rondar os 20 anos.

b. par=ext1358469-soc-93b-1: **O lanço** cuja renovação agora se termina *corresponde* à primeira auto-estrada portuguesa, inaugurada em 1944.

(22) a. \*Em frente da porta, *concentra-se* **uma pequena multidão de jovens de ambos os sexos** cuja média etária deva/devesse rondar os 20 anos.

b. \***O lanço** cuja renovação agora se termine *corresponde* à primeira auto-estrada portuguesa, inaugurada em 1944.

No primeiro exemplo temos como antecedente uma expressão indefinida (“uma pequena multidão de jovens de ambos os sexos”), sendo que a descrição (antecedente + oração relativa) tem leitura específica. A alternância de modo é impossível neste caso, como mostra o exemplo (22a), uma vez que o Futuro do Indicativo, que é, aqui, o tempo verbal da oração relativa, tem um valor modal epistémico que não existe no Conjuntivo.

Já a segunda frase, como referido, tem como antecedente uma expressão nominal definida (“o lanço”) e, por conseguinte, apresenta uma leitura referencial. Contudo, como observado em (22b), também neste caso a alternância de modo resulta agramatical, sendo bloqueada pelo Presente da frase superior.

Por fim, com o constituinte relativo “cujo” (ou com as suas variações) e com a frase superior no Futuro temos 3 frases (9,68%), 2 (66,67%) cujas orações relativas restritivas estão construídas com o modo Indicativo e têm como antecedente uma expressão nominal definida e 1 (33,33%) com a oração relativa no Conjuntivo e com uma expressão nominal definida como antecedente. As 3 frases permitem alternância de modo. Seguem-se, em (23) e (24), dois exemplos e respetivas alternâncias, um correspondente a uma frase que exemplifica as que têm a oração relativa restritiva no modo Indicativo e outra que é a transcrição do único caso em que a oração relativa restritiva está construída com o modo Conjuntivo:

(23) a. par=ext197704-soc-96a-1: **Os estabelecimentos** cujas conclusões do estudo apontem para o cumprimento das regras vigentes *serão premiados* com certificados.

b. par=ext906036-clt-soc-95a-1: Nessa altura, o NT já *terá evoluído* para um sistema operativo completamente orientado por **objectos** cuja interface gráfica será idêntica à do Windows95.

(24) a. Os estabelecimentos cujas conclusões do estudo apontam para o cumprimento das regras vigentes *serão premiados* com certificados.

b. Nessa altura, o NT já *terá evoluído* para um sistema operativo completamente orientado por objectos cuja interface gráfica seja idêntica à do Windows95.

### 3.4.3. Com o constituinte relativo “onde”

Assim como ocorre com o constituinte relativo “que”, também com “onde” o tempo verbal que mais se salienta nas situações superiores recolhidas no *corpus* é o Presente do Indicativo, com 15 ocorrências (48,39%). Dessas 15 ocorrências, todas constituídas por orações relativas restritivas construídas com o modo Indicativo, 8 (53,33%) têm como antecedente uma expressão nominal indefinida e 7 (46,67%) uma expressão nominal definida. Apenas 4 (26,67%) frases deste conjunto permitem alternância de modo. Apresentamos, de seguida, alguns exemplos que evidenciam o que foi dito e os respetivos testes de alternância de modo:

(25) a. par=ext19414-soc-96b-1: *é o primeiro passo num sector que a autarquia de Serpa considera prioritário, mesmo sabendo «que é uma área da competência do Governo e onde continua a subsistir um grande divórcio em relação a esta problemática», observou João Oliveira.*

b. par=ext74823-soc-96b-1: *Itália, Reino Unido e diversos países do leste europeu **são os restantes estados onde o fenómeno foi assinalado.***

c. par=ext95656-soc-96b-2: *O despacho de arquivamento do caso em análise desvaloriza o número de acidentes registados nesta porção do IP5 com o argumento estatístico de que **existem outras vias de circulação automóvel onde se produz « maior número de acidentes ».***

d. par=ext88089-des-96b-1: *. Aos 29 anos, o corredor italiano da Saeco / Levira **é sempre candidato a ganhar qualquer etapa ou prémio nas provas onde participa.***

(26) a. *\*é o primeiro passo num sector que a autarquia de Serpa considera prioritário, mesmo sabendo «que é uma área da competência do Governo e onde continue a subsistir um grande divórcio em relação a esta problemática», observou João Oliveira.*

b. *\*Itália, Reino Unido e diversos países do leste europeu **são os restantes estados onde o fenómeno fosse assinalado.***

c. *O despacho de arquivamento do caso em análise desvaloriza o número de acidentes registados nesta porção do IP5 com o argumento estatístico de que **existem outras vias de circulação automóvel onde se produza « maior número de acidentes ».***

d. *Aos 29 anos, o corredor italiano da Saeco / Levira **é sempre candidato a ganhar qualquer etapa ou prémio nas provas onde participe.***

Com o Pretérito Perfeito do Indicativo como tempo verbal da frase superior, temos 3 casos (9,68%), todos eles com a oração relativa construída no modo Indicativo, sem possibilidade de alternância de modo e com uma expressão nominal indefinida como antecedente da oração relativa, conforme ilustrado no exemplo seguinte:

(27) a. par=ext23725-soc-98a-1: «O Vale das Flores *transformou-se numa floresta de betão armado onde se meteu tudo, da escola ao hipermercado*», criticou José Gama para defender não só a realização de um amplo debate mas também a necessidade de que ele seja «devidamente divulgado».

(28) a. \*«O Vale das Flores *transformou-se numa floresta de betão armado onde se metesse tudo, da escola ao hipermercado*», criticou José Gama para defender não só a realização de um amplo debate mas também a necessidade de que ele seja «devidamente divulgado».

Relativamente a frases com o Futuro como tempo verbal da situação superior e cujas orações relativas são introduzidas pelo constituinte relativo “onde”, temos também 3 casos (9,68%): uma frase (33,33%) cuja oração é antecedida por uma expressão nominal definida e construída com o modo Conjuntivo; outra que, apesar de a oração relativa também ser introduzida por uma expressão nominal definida, tem a oração relativa construída com o Indicativo; e, por fim, uma frase cuja oração relativa restritiva tem como antecedente uma expressão nominal indefinida e está construída com o modo Indicativo. Destas 3 frases, transcritas em (29), as duas primeiras (66,67%) permitem alternância e a última não, como se pode constatar no exemplo (30).

(29) a. par=ext1056620-eco-94b-2: A A. Silva & Silva publicou ontem um anúncio no Boletim de Cotação avisando os accionistas, que têm as suas acções depositadas, de que a entrega dos novos títulos resultantes do último aumento de capital *far-se-á por crédito nas contas dos intermediários financeiros onde os valores se encontrem depositados*.

b. par=ext243032-nd-92a-2: O Governo argentino designou uma comissão, chefiada por Mario Burkon, ex-embaixador argentino na Polónia, que *visitará as regiões do Leste europeu onde residem potenciais emigrantes*.

c. par=ext224851-clt-93a-1: «Dentro de quatro ou cinco anos *existirá um poço onde cairemos todos*», diz uma das personagens de «Quando Passarem Cinco Anos».

- (30) a. A A. Silva & Silva publicou ontem um anúncio no Boletim de Cotação avisando os accionistas, que têm as suas acções depositadas, de que a entrega dos novos títulos resultantes do último aumento de capital *far-se-á* por crédito nas contas dos intermediários financeiros onde os valores se encontram depositados
- b. O Governo argentino designou uma comissão, chefiada por Mario Burkon, ex-embaiador argentino na Polónia, que *visitará* as regiões do Leste europeu onde residam potenciais emigrantes.
- c. \*«Dentro de quatro ou cinco anos *existirá* um poço onde caíamos todos», diz uma das personagens de «Quando Passarem Cinco Anos».

Por fim, temos 3 frases (9,68%) com o Infinitivo como tempo verbal da frase superior cujas orações relativas são introduzidas pelo constituinte relativo “onde”. Dessas 3 frases, transcritas no exemplo (31), 2 (66,67%) correspondem a orações relativas restritivas construídas com o modo Indicativo, mas nas quais a alternância de modo é possível, e apenas uma (33,33%) diz respeito a uma oração relativa restritiva construída com o modo Conjuntivo, na qual a alternância de modo resulta agramatical (como se pode verificar em (32)). As 3 orações relativas em questão têm como antecedente uma expressão nominal indefinida.

- (31) a. par=ext204369-eco-94a-1: Manuel Ricciardi confirmou a intenção de não retirar o projecto de Lisboa e Carlos Oliveira terá transmitido a mensagem de que, a partir do momento em que a BVP aceitou *integrar* **uma comissão instaladora** onde pontificavam a maioria dos bancos portugueses para avançar com o projecto MEFO -- Mercado Especial de Futuros e Opções, a ABVP não tinha condições para tomar tal decisão, uma vez que o projecto tinha deixado de lhe pertencer em exclusivo.
- b. par=ext213478-clt-soc-94b-2: Vários « workshops » e demonstrações paralelas à conferência, inseridos numa apresentação dos projectos do programa europeu AIM (Advanced Informatics in Medicine), permitiram *descortinar* **áreas de intervenção médica** onde a telemática se mostra já relevante.
- c. par=ext98789-soc-91b-2: Responsabilizando o Governo pelas «eventuais rupturas do sistema que venham a ocorrer» no caso dos requisitos por si exigidos não serem satisfeitos, o SMMP afirma, na moção aprovada com apenas uma abstenção, *ser* fundamental, «na busca de soluções de consenso alargado sobre a reforma global do aparelho judiciário, a criação de **uma mesa-redonda permanente** onde tenham assento representantes do SMMP, da

Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, da Ordem dos Advogados, das Faculdades de Direito e do Governo».

- (32) a. Manuel Ricciardi confirmou a intenção de não retirar o projecto de Lisboa e Carlos Oliveira terá transmitido a mensagem de que, a partir do momento em que a BVP aceitou *integrar uma comissão instaladora onde pontificassem a maioria dos bancos portugueses* para avançar com o projecto MEFO -- Mercado Especial de Futuros e Opções, a ABVP não tinha condições para tomar tal decisão, uma vez que o projecto tinha deixado de lhe pertencer em exclusivo.
- b. Vários « workshops » e demonstrações paralelas à conferência, inseridos numa apresentação dos projectos do programa europeu AIM (Advanced Informatics in Medicine) , permitiram *descortinar áreas de intervenção médica onde a telemática se mostre já relevante*.
- c. Responsabilizando o Governo pelas «eventuais rupturas do sistema que venham a ocorrer» no caso dos requisitos por si exigidos não serem satisfeitos, o SMMP afirma, na moção aprovada com apenas uma abstenção, *ser fundamental, «na busca de soluções de consenso alargado sobre a reforma global do aparelho judiciário, a criação de uma mesa-redonda permanente onde \*têm assento representantes do SMMP, da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, da Ordem dos Advogados, das Faculdades de Direito e do Governo».*

#### 4. Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho foi realizar uma análise semântica das orações relativas restritivas de forma a determinar a frequência dos modos utilizados nas orações relativas restritivas e as diferentes leituras semânticas que podem ter. Para isso, recolhemos um *corpus* escrito de carácter jornalístico, sendo que, para restringirmos os dados que fariam parte desse *corpus*, optamos apenas por três constituintes relativos pertencentes a classes de palavras distintas (“que”, “cujo” e “onde”).

As frases recolhidas foram, então, analisadas segundo determinados parâmetros, nomeadamente, o tempo da forma verbal da frase superior, a natureza do antecedente da oração relativa (sintagma nominal definido ou indefinido), o modo da oração relativa, a leitura semântica obtida e a possibilidade de alternância de modos, sendo que, caso esta fosse possível, a leitura semântica era caracterizada, de modo a observarmos se a leitura se mantinha a mesma ou não.

Após a realização desta investigação e consequente análise, conseguimos chegar a algumas conclusões relevantes que consideramos importante sistematizar.

Num primeiro momento, foi comprovada a predominância do modo Indicativo, como modo mais utilizado na construção das orações relativas restritivas, pois, das 93 frases que constituem o *corpus*, 77 (82,80%) são compostas por orações relativas restritivas construídas com o modo Indicativo. Isto atesta o que foi referido no enquadramento teórico sobre o facto de o modo Indicativo ser um modo neutro e, como tal, utilizado em diversos contextos, nomeadamente quando não é justificada a presença de um modo marcado (Marques 1995: 5).

Relativamente à natureza do antecedente, verificámos que existe uma preponderância, para as expressões nominais indefinidas, independentemente do modo da oração relativa. Isto é, do total de 77 frases cujas orações relativas estão no modo Indicativo, 41 são antecedidas por uma expressão nominal indefinida – o que corresponde a 53,25% -, bem como das 16 frases que têm a oração relativa construída com o modo Conjuntivo, 10 (62,50%) são antecedidas por uma expressão nominal indefinida. Com efeito, isto demonstra que o Conjuntivo pode estar mais propenso a ocorrer em orações relativas que são antecedidas por uma expressão nominal indefinida, no entanto, tendo em conta a amplitude do nosso *corpus*, não podemos ter certezas e, por isso, esta afirmação é somente uma hipótese que esperamos ver atestada em estudos futuros.

Ainda no que à natureza dos antecedentes das orações relativas e aos modos utilizados nas mesmas concerne, consideramos relevante referir as leituras semânticas associadas a cada tipo de antecedente, bem como a cada um dos modos. Assim, com base na nossa análise, os três constituintes apresentaram um comportamento idêntico no que diz respeito às leituras das expressões nominais, uma vez que, nas frases em que a oração relativa restritiva era antecedida por uma expressão nominal definida e se encontrava no modo Indicativo, só observámos leituras referenciais. Para além disso, quando o modo utilizado nas orações relativas restritivas era o Conjuntivo, em vez do Indicativo, todas as frases evidenciaram leitura atributiva (à exceção do caso específico analisado em (10) que, como vimos, tem uma leitura ambígua).

Este comportamento geral e abrangente ocorre também quando os antecedentes das orações relativas restritivas são expressões nominais indefinidas. Contudo, nessas frases, quando as orações relativas são construídas com o modo Indicativo, verificam-se apenas

leituras específicas e, quando são construídas com o Conjuntivo, somente se observam leituras não específicas.

Resumindo: independentemente da natureza do antecedente, quando a oração relativa restritiva está no modo Indicativo, a leitura possível é a que pressupõe a existência do objeto designado, seja ele devidamente identificado, como acontece no caso do antecedente se tratar de uma expressão definida, ou não; quando a oração relativa restritiva está no Conjuntivo, a leitura possível não implica qualquer pressuposição de existência. Este facto, que comprovámos, vai precisamente ao encontro do que foi mencionado no enquadramento teórico, baseado em Marques (2013: 684-685), pois, efetivamente, a escolha do modo acarreta consequências na interpretação e na capacidade de referência do sintagma nominal em causa.

Na análise realizada, constatamos um comportamento padrão relativo ao Pretérito Perfeito do modo Indicativo. Acontece que, em exemplos cujo tempo verbal da frase superior seja o Pretérito Perfeito, a oração relativa restritiva só é construída com o modo Indicativo, não sendo possível a alternância de modos e tendo apenas leitura referencial. Isto ocorre devido a especificidades concretas deste tempo verbal: o Pretérito Perfeito diz respeito a situações ocorridas no passado que já terminaram antes do momento de enunciação e, se, portanto, já é algo que ocorreu, não é algo do plano das hipóteses. Assim, o Pretérito Perfeito do Indicativo é um tempo verbal bastante restritivo no que diz respeito ao modo utilizado na construção de orações relativas restritivas nas frases em que ocorra.

Em oposição ao Pretérito Perfeito do Indicativo temos o Infinitivo, que, pelo que pudemos observar, apesar de haver uma ligeira discrepância, pois o modo Indicativo ocorre com maior frequência (bastante acentuada nos dados que dizem respeito ao constituinte relativo “que”), é mais equilibrado na distribuição dos modos utilizados na construção das orações relativas restritivas, permitindo, inclusive, de modo igualmente equitativo, alternância de modo em alguns exemplos.

Relativamente a distinções entre os três constituintes relativos analisados, comprovamos que o “que” e o “onde” parecem ocorrer com maior predisposição em frases cujo tempo verbal da situação superior seja o Presente do Indicativo, ao contrário do constituinte relativo “cujo”, que mostra uma tendência maior associada ao Infinitivo e ao Pretérito Perfeito do Indicativo, pois, com o constituinte relativo “que”, 38,71% das 31 frases, ou seja, 12 frases, têm como tempo da frase superior o Presente do Indicativo e, com o constituinte relativo “onde”, essa percentagem aumenta para 51,61%, correspondendo a 16

frases do total de 31, enquanto que, com o constituinte relativo “cujo”, há 13 casos (41,96%), do total de 31, nos quais o tempo da frase superior é o Infinitivo. Além disso, com respeito ao modo da oração relativa, os três constituintes relativos exibiram maior destaque no modo Indicativo, uma vez que 27 (87,10%) das 31 frases associadas aos constituintes “que” e “onde” correspondem a frases cujas orações relativas restritivas estão construídas com o Indicativo, e o mesmo acontece com 23 (74,19%) das 31 frases cujas orações relativas restritivas são introduzidas por “cujo”.

É relevante ainda referir que a maioria das frases do *corpus* recolhido não aceita alternância de modo (apenas 33 frases, correspondente a 35,48% do *corpus*, a aceitam), o que comprova aquilo que foi referido no enquadramento teórico, nomeadamente que um modo ocorre em situações em que o outro modo é excluído, ou seja, o modo Indicativo e o modo Conjuntivo, são, efetivamente, modos complementares, sendo que, sempre que essa alternância é possível, verifica-se que a leitura semântica muda (sendo apenas exceção a frase que acarreta alguma ambiguidade pela sua própria construção e que já foi devidamente analisada em (10)). Assim, efetivamente, cada um dos modos está, normalmente, associado a uma leitura semântica particular.

Ainda assim, constatamos que o modo Conjuntivo tem uma maior predisposição para a alternância de modo do que o modo Indicativo, pois a grande maioria das frases cujas orações relativas estão construídas com o Indicativo (58 (74,46%) das 78 frases do nosso *corpus* cujas orações relativas estão no Indicativo) não permite alternância de modo, ao contrário do que ocorre com o Conjuntivo, onde apenas 2 casos do total de 16 frases cujas orações relativas estão no modo Conjuntivo (isto é, 12,50%) não permitem alternância de modo.

Como temos consciência das limitações do nosso trabalho, relacionadas com o facto de termos de selecionar um *corpus* com um número não muito elevado de dados, bem como com o limite de tempo, de espaço e também de aprofundamento teórico de algumas questões, consideramos importante apontar para investigações futuras um estudo mais aprofundado e alargado, com outros constituintes relativos, por exemplo, dos modos nas orações relativas restritivas não só com um *corpus* escrito de carácter jornalístico, mas também com dados retirados da oralidade para verificar se as ocorrências seriam, ou não, semelhantes.

## Referências

- Barbosa, J. C. 2018. Leituras semânticas do presente do indicativo em notícias de rádio (oral) e notícias de jornais online (escrito). *eling<sup>UP</sup>: Revista eletrônica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto* 7(2): 23-32.
- Marques, R. 1995. *Sobre os valores dos modos conjuntivo e indicativo em português. Dissertação de mestrado*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Marques, R. 2013. Modo. In E. Raposo, M. Nascimento, M. Mota, L. Segura, A. Mendes, (Eds.). *Gramática do Português* (pp. 673-693). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, F. 2003. Modalidade e Modo. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, (Eds.). *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 245-272). Lisboa: Caminho.
- Peres, J. A.; Mória, T. 2003. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Silvano, P. 2002. *Sobre a semântica da sequência de tempos em Português Europeu: análise das relações temporais em frases complexas com completivas em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Veloso, R. 2013. Subordinação relativa. In E. Raposo, M. Nascimento, M. Mota, L. Segura, A. Mendes, (Eds.). *Gramática do Português* (pp. 2063-2133). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

# ATOS DE CRÍTICA E DE AMEAÇA NO DISCURSO NAS REDES DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO UMA PERSPETIVA SOCIOLINGUÍSTICA E PRAGMÁTICA

Eloísa Bastos<sup>14</sup>

[up201707717@letras.up.pt](mailto:up201707717@letras.up.pt)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

**RESUMO.** A linguagem é uma faculdade inerente ao ser humano, pelo que a sua análise e descrição científica são de extrema importância. Porém, o ser humano não existe isolado, existe numa sociedade com a qual comunica através da linguagem e com a qual estabelece relações complexas. Com o presente estudo procuramos analisar a forma como se materializam os atos descorteses e em que medida afetam a comunicação de um órgão tão importante como é o de um chefe de Estado. A nossa análise partirá de um *corpus* constituído por publicações no Twitter e vídeos do Youtube que ilustram o comportamento verbal de Jair Bolsonaro.

**PALAVRAS-CHAVE.** Sociolinguística, Pragmática, Atos de Fala, Descortesia, *Face Threatening Acts*.

**ABSTRACT.** Language is an inherent faculty of the human being, so its analysis and scientific description are of utmost importance. However, humans do not exist in isolation, they live in a society with which they communicate through language and with which they establish complex relationships. In the present study we seek to analyze how impolite acts materialize and to what extent they affect the communication of such an important figure as a head of state. Our analysis will be based on a corpus consisting of Twitter publications and Youtube videos that illustrate Jair Bolsonaro's verbal behavior.

**KEYWORDS.** Sociolinguistics, Pragmatics, Speech Acts, Discourtesy, Face Threatening Acts.

## 1. Introdução

---

<sup>14</sup> 3.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante de Linguística.

Os campos da sociolinguística e da pragmática são praticamente indissociáveis no que diz respeito à análise das interações verbais, descrevendo regras pelas quais essas interações são regidas. Uma condição social de poder irá afetar o comportamento do locutor numa situação de comunicação, mais ainda se falarmos do presidente de um país. A posição hierárquica alta que detém sobre os seus interlocutores ditará um desvio comportamental em virtude do seu objetivo: convencer o eleitorado das suas capacidades governamentais e de que é a pessoa indicada para governar o país. Ora, de um presidente, entre outras coisas, esperamos empatia e cordialidade.

Todavia, apesar de existir este conjunto de pressupostos em relação ao comportamento de um chefe de Estado, cada vez mais vemos surgir governantes cujo discurso não vai ao encontro do que tipicamente é aceite e esperado pela sociedade.

Em função disso, iremos analisar o discurso do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, cujas comunicações, sejam orais ou escritas, se caracterizam pelo desvio que apresentam face ao expectável, não raras vezes surgindo sob a forma de críticas e ameaças, carregadas de agressividade.

Sustentaremos o nosso estudo numa base sociolinguística e pragmática, recorrendo à análise dos atos de fala e à teoria da cortesia e descortesia, de modo a verificar a existência de marcadores que intensifiquem os atos descorteses presentes no discurso de Jair Bolsonaro e a analisar a forma como se manifestam.

## **2. Enquadramento teórico**

Neste capítulo procederemos a uma exposição teórica dos elementos que consideramos essenciais para o desenvolvimento do nosso estudo.

Para o efeito apresentaremos três subcapítulos, nos quais faremos uma breve introdução acerca do género discursivo político, dos atos de fala e, de seguida, introduziremos as noções de cortesia e descortesia.

### **2.1. Género de discurso político**

Tendo em conta o pressuposto de que “qualquer texto se relaciona com um género, que reproduz de forma mais fiel ou mais livre” (Coutinho 2007: 639), relacionamos o discurso de Jair Bolsonaro com o género discursivo político. Apesar da sua maleabilidade, os géneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin 1986: 60) que se relacionam diretamente com os campos de atividade humana, podendo ser caracterizados de acordo com o contexto e o objetivo com que são produzidos. Segundo o mesmo autor, a descrição de um género deve considerar três componentes: conteúdo temático, construção composicional e estilo.

Muito sucintamente, dado que a descrição do género não é o foco do presente estudo, poderíamos descrever o discurso político como um género em que o enunciador detém uma posição social hierarquicamente superior à do(s) alocutário(s) e cuja produção tem por objetivo convencer ou persuadir o público-alvo do posicionamento do enunciador em relação ao conteúdo temático. Este, embora possa ser de cariz diversificado, dirá respeito a assuntos de interesse nacional e, em princípio, estará disposto de acordo com uma estrutura composicional e um estilo mais ou menos estabilizados. Espera-se, pois, que o género de discurso político, enquanto discurso público que é, seja estruturalmente claro e linguisticamente formal, ainda que de fácil compreensão, de forma a chegar a toda a população, independentemente da classe social.

## **2.2. Atos de fala**

Falar constitui, de acordo com Searle (1981), a realização de um ato. Esse ato é regido por um conjunto de regras e possui um determinado objetivo ilocutório, seja ele fazer uma asserção, uma promessa, um pedido, uma ameaça, uma declaração, etc. Por conseguinte, Searle distingue dois tipos de regras, *reguladoras* e *constitutivas*, sendo as últimas responsáveis por “criar ou definir novas formas de comportamento” (Searle 1983: 64). O autor avança ainda a hipótese de que os atos ilocutórios são realizados obedecendo a um conjunto dessas regras constitutivas.

A hipótese de Searle assenta na teoria dos atos ilocutórios proposta inicialmente por Austin em 1962. Austin propõe a existência de enunciados *constativos* e enunciados

*performativos*. Enquanto os primeiros correspondem a asserções, podendo ser analisados em termos de valor de verdade, os segundos não têm essa propriedade, já que a sua função não é descrever um dado estado de coisas, mas sim realizar uma ação que o altere (Austin 1983). Todavia, este tipo de enunciados pode ou não ser explícito, apresentando verbos performativos como “ordeno que” ou procedendo à sua omissão por forma a aumentar ou diminuir a força do enunciado. Esta noção de força ilocutória leva-nos de volta a Searle e relaciona-se com a noção de atenuação ou mitigação que veremos mais à frente. Para Searle (1979), um enunciado pode ter vários graus de força ou compromisso, ou seja, a força ilocutória de um ato difere dependendo da forma como esse ato é produzido. Vejam-se os enunciados (1) e (2), cuja força ilocutória é bem diferenciada. O primeiro enunciado, que representa uma ordem, tem uma força ilocutória claramente superior à do segundo, que consiste apenas em uma sugestão:

- (1) Ordeno-te que vás de férias.
- (2) Devias ir de férias.

Porém, numa situação real de interação verbal, o objetivo e a força ilocutória não são claramente identificáveis, dado que, de acordo com Grice (1983), na maior parte das situações, o que dizemos não tem uma correspondência direta com o que queremos dizer, isto é, com a intenção subjacente ao dito. Esta divergência entre a intenção e a forma ocorre muitas vezes por questões de cortesia e descortesia, tal como veremos na subsecção seguinte.

Searle (1979: 12-27) propõe a seguinte taxonomia de atos ilocutórios. Os atos ilocutórios propostos por Searle são:

- a) *Atos Assertivos*: o propósito é comprometer o locutor com a verdade da proposição, tornando possível classificar todos os atos assertivos em termos de valor de verdade. Assim, asserções, descrições, constatações, explicações e classificações, por exemplo, são atos classificados como *assertivos*;
- b) *Atos Diretivos*: o seu propósito consiste na tentativa de levar o interlocutor a realizar uma ação. Essas tentativas podem apresentar-se sob a forma de convites, avisos, pedidos, ordens, etc.;

c) *Atos Comissivos*: ao realizar um ato deste tipo, o locutor compromete-se com a execução de uma ação futura, por isso incluem-se nos *comissivos* enunciados que visem, por exemplo, fazer promessas, juramentos ou ameaças;

d) *Atos Expressivos*: expressam o estado psicológico do locutor em relação ao estado de coisas descrito no conteúdo proposicional do enunciado. Portanto, podem ser descritos como *expressivos* atos como agradecimentos, congratulações, desculpas, condolências ou boas-vindas, por exemplo;

e) *Atos Declarativos*: através tão-somente do êxito da sua execução, o locutor modifica ou cria um novo estado de coisas. Deste modo, os atos *declarativos* englobam atos como nomeações, casamentos, demissões, etc.

Além destas cinco tipologias, Searle propõe ainda uma sexta categoria que sobrepõe atos declarativos e atos assertivos.

f) *Declarações Assertivas*: ocorrem porque, em determinadas situações institucionais, o locutor não só determina os factos, como também carece de autoridade para os declarar. Searle (1981: 19) usa o exemplo “you are guilty”, que é uma asserção, todavia só pode ser pronunciado por alguém que tenha autoridade para o fazer como, por exemplo, um juiz num tribunal.

## **2.3. Cortesia e Descortesia**

### **2.3.1. Atenuação**

Como vimos no subcapítulo anterior, qualquer enunciado encerra em si uma determinada força ilocutória, que pode variar consoante a forma como é produzido. Mas a força ilocutória de um enunciado pode também variar de acordo com mecanismos de atenuação ou intensificação. Segundo Briz & Albelda (2013: 292), a atenuação é uma “atividade argumentativa (retórica) estratégica de minimização da força ilocutória e do papel dos participantes na enunciação” e, “sobretudo, uma estratégia de mitigação e reparação dos atos ameaçadores da imagem alheia e própria”. Assim, a atenuação funciona como um mecanismo de proteção da imagem que o Eu pretende transmitir e como forma de prevenção

e reparação de ameaças à imagem do Outro. Por conseguinte, a atenuação está diretamente relacionada com a questão da cortesia, sendo, segundo os autores, explicável por meio desta.

### **2.3.2. Faces**

Para falarmos de cortesia e descortesia, temos primeiramente de referir o conceito de *face*, descrito por Goffman (1982: 5) como uma imagem do Eu, um valor social positivo que o sujeito reclama para si próprio, desejando que essa imagem seja partilhada por todos os que o rodeiam.

Kerbrat-Orecchioni (1992), apoiada em Goffman (1973) e em Brown & Levinson (1978), descreve a existência de dois tipos de *face*, uma *face negativa* e uma *face positiva* (terminologia de Brown & Levinson). Entende-se por *face negativa* o território corporal, espacial ou temporal do indivíduo, isto é, as propriedades do seu domínio privado, materiais ou cognitivas, que pretende preservar e manter fora do alcance de terceiros. A *face positiva* é precisamente o oposto. Trata-se da representação de uma imagem positiva que o indivíduo constrói para partilhar com o mundo, na tentativa de a impor como verdadeira.

Posto isto, pode dizer-se que, durante uma interação, existe uma tentativa incessante por parte de locutor e interlocutor de exibir a *face positiva* e proteger a *face negativa*, uma espécie de jogo de gestão das *faces* (do inglês *face-work*). Para Goffman (1975), sempre que um indivíduo representa, são testadas as suas *faces* e as do seu interlocutor, sendo toda a interação verbal marcada por uma potencial ameaça às *faces*. O objetivo é, por isso, manter uma interação harmoniosa, já que o descrédito da imagem de um indivíduo tem consequências ao nível da personalidade, interação e estrutura social (Goffman 1975: 223).

### **2.3.3. Face flattering acts (FFAs) e Face threatening acts (FTAs)**

Brown & Levinson propõem a terminologia *Face Flattering Acts* (FFAs) e *Face Threatening Acts* (FTAs), usada também por Kerbrat-Orecchioni (1992), para descrever atos de valorização ou ameaça às *faces*. Os FFAs, ou anti-FTAs, segundo Brown & Levinson, atuam no sentido de valorizar a *face* positiva, através de elogios ou declarações emocionais positivas.

No outro extremo da dicotomia encontram-se os FTAs, que são descritos como atos potencialmente ameaçadores para cada uma das *faces* do locutor e do interlocutor, sendo, por isso, muitas vezes atenuados. De acordo com o apresentado em Kerbrat-Orecchioni (1992: 169-170), os FTAs podem ser:

- a. *Atos ameaçadores para a face negativa do locutor*: casos em que o locutor se propõe efetuar um ato passível de lesar o seu próprio território, como é o caso de ofertas ou promessas;
- b. *Atos ameaçadores para a face positiva do locutor*: atos negativos que o locutor pratica sobre si próprio, como desculpas, críticas ou acusações;
- c. *Atos ameaçadores para a face negativa do interlocutor*: correspondem à violação do território do interlocutor, sejam ameaças de natureza verbal ou não-verbal. No que diz respeito às ameaças de natureza verbal, correspondem não só a questões indiscretas, como a atos que limitem a liberdade do outro, coincidindo com os atos *diretivos* de Searle;
- d. *Atos ameaçadores para a face positiva do interlocutor*: atos que põem em causa a imagem positiva do outro, desacreditando-a, como é o caso de críticas, refutações, insultos, injúrias, etc.

#### **2.3.4. Descortesia na imagem pública**

Do anteriormente referido, retiramos que, numa interação verbal, é importante manter o equilíbrio respeitando as *faces* do locutor e do interlocutor. Todavia, falamos até aqui de fenómenos de *cortesia*. Por outro lado, Silva (2013) apresenta uma outra perspetiva, a da *descortesia*, que se aplica a situações comunicativas em que o locutor pretende valorizar a sua imagem em detrimento da imagem de terceiros. Para o autor, nestas circunstâncias, o mais importante é desacreditar a imagem do Outro, não através de uma atitude argumentativa, mas através do ataque pessoal. A descortesia materializa-se assim em ataques à *face* positiva e negativa do interlocutor com o objetivo de o “denegrir, desvalorizar” e “ofender” (Silva 2013: 102). Para o efeito, o locutor pode servir-se de cinco estratégias de *descortesia* propostas por Culpeper (1996) e reproduzidas em Silva (2013: 102):

- a. *Descortesia direta*: ataques diretos e evidentes à imagem do interlocutor;
- b. *Descortesia positiva*: ataques à imagem positiva do interlocutor;
- c. *Descortesia negativa*: ataques à imagem negativa do interlocutor;
- d. *Descortesia dissimulada*: ataques por meio de atos que aparentam ser corteses, mas que são justamente o oposto, como a ironia e o sarcasmo;
- e. *Não-cortesia*: “ausência de cortesia em situações em que esta é esperada”.

Desta forma, verifica-se que a *descortesia* desempenha um papel importante em interações que visem convencer a sociedade de uma superioridade do locutor sobre o interlocutor.

### **3. Constituição do *corpus* e metodologia**

Com o propósito de analisar o discurso de Jair Bolsonaro, constituímos um *corpus* composto por 17 publicações do próprio na sua conta do Twitter e por 18 vídeos publicados no Youtube. Os vídeos dizem respeito a situações de interação verbal, de cariz diverso, que vão desde documentos realizados pelo próprio ou por terceiros em situações pouco formais a vídeos de debates parlamentares, não sendo muitas vezes representativos de interações face a face, mas de comunicações públicas. Por forma a facilitar a nossa análise, procedemos à transcrição ortográfica não integral dos vídeos, transcrevendo apenas os excertos com valor crítico ou ameaçador.

Por questões de extensão, não consideramos, para o nosso *corpus* final, a totalidade das publicações e das transcrições realizadas, no entanto, incluiremos neste trabalho dois anexos com a totalidade dos levantamentos efetuados. Para o *corpus* final, selecionamos vinte enunciados a partir dos quais elaboramos o nosso estudo.

A análise do *corpus* fundamentar-se-á no enquadramento teórico apresentado, descrevendo os atos ilocutórios nele presentes e evidenciando os atos *descorteses*, bem como os mecanismos utilizados para a sua intensificação.

### **4. Análise do *corpus***

Neste capítulo, iremos proceder a uma análise descritiva do *corpus*. Para o efeito teremos em consideração aspetos maioritariamente relacionados com a *descortesia*, já que o nosso objetivo é verificar de que forma se apresentam os atos *descorteses* no discurso de Jair Bolsonaro. Procederemos a uma análise dos atos ilocutórios, verificando a (in)existência de estratégias de atenuação e/ou intensificação da força ilocutória, identificando as *faces* que estão a ser ameaçadas e a(s) estratégia(s) de *descortesia* utilizadas.

Apresentaremos, de seguida, os excertos selecionados e devida análise, agrupando-os pelos diferentes tipos de atos que identificamos. Note-se que alguns dos enunciados constituem dois tipos de atos, pelo que serão apresentados isoladamente.

### **Atos Expressivos**

(i) “*Ontem propôs combate às notícias falsas, hoje espalha mentiras descaradas a meu respeito. Quem está a favor do povo faz política com a verdade, não trabalha a serviço de um corrupto preso, nem faz parte da quadrilha que assaltou os brasileiros e colocou o país na lama.” (Anexo 1: Publicação 7)*

O enunciado (i) é exemplo de um ato *expressivo* de crítica, aplicável a ambas as frases. Na primeira, Bolsonaro critica o responsável pelas “mentiras descaradas” que são espalhadas a seu respeito, ato que não se coaduna com a proposta que esse indivíduo teria feito de combate às notícias falsas. Na segunda frase, qualifica de “corrupto preso” aquele que beneficia das políticas praticadas pelo alvo da sua primeira crítica, alertando para o comportamento que alguém que “está a favor do povo” não deve ter. Ambas as frases são exemplos de *descortesia positiva* e *descortesia direta*.

(ii) “*Quem espalha isso é mentiroso e irresponsável.*” (Anexo 1: Publicação 8)

A frase (ii) é representativa de um ato *expressivo* de crítica. Bolsonaro chama “mentiroso” e “irresponsável” a um interlocutor não identificado no discurso, mas reconhecível como o seu adversário político. Dessa forma, trata-se de um ato de *descortesia positiva* e *descortesia direta*.

(iii) “*Seus patifes da TV Globo! Seus patifes! Canalhas!*” (Anexo 2: Vídeo 1)

Em (iii) estamos perante um ato *expressivo* de crítica. Este é um enunciado em que Bolsonaro expressa o seu desagrado e a sua revolta em relação aos jornalistas da TV Globo, intensificando-a através de exclamações nas quais utiliza os nomes de polaridade negativa “patifes” e “canalhas”. Assim, verificamos a existência de estratégias de *descortesia direta e positiva*. Aqui há insulto direto.

(iv) “*Então esse jornalismo porco da Globo, Bonner, porco da Globo ‘tá certo, espero que acabe, que ‘cês tomem vergonha na cara.*” (Anexo 2: Vídeo 10)

O ato *expressivo* presente em (iv) apresenta um desejo relativamente a um comportamento que o locutor pretende ver alterado pelo interlocutor e que o beneficiará a ele e a toda a sociedade. O ato ilocutório é marcado pela construção verbal modal desiderativa “espero que” seguida do modo conjuntivo. Além disso, Bolsonaro apelida o jornalismo da TV Globo de “porco”, solicitando que acabem com ele e “tomem vergonha na cara”. Verifica-se um caso de *descortesia direta e descortesia positiva*.

(v) “*É esse o jornalismo que vocês fazem. Jornalismo podre! Um jornalismo podre da TV Globo! Podre! Canalha! Sem escrúpulo! Vocês não prestam! TV Globo, vocês não prestam!*” (Anexo 2: Vídeo 1)

O enunciado (v) corresponde a um ato *expressivo* com valor crítico intensificado através do uso de adjetivos e expressões de cariz insultuoso, como “podre”, “canalha”, “sem escrúpulo” e “vocês não prestam”. Na medida em que este género de crítica ameaça a imagem positiva dos interlocutores de forma direta, estamos perante *descortesia direta e descortesia positiva*.

(vi) “*Vocês, TV Globo, o tempo todo infernizam a minha vida porra.*” (Anexo 2: Vídeo 1)

O exemplo (vi) é um ato *expressivo* de lamento, em que o locutor expressa a sua indignação face à atitude da TV Globo, acusando-os de “infernizar” constantemente a sua vida, por forma a criticar a sua atitude. A finalização com a expressão “porra” serve o propósito de aumentar a força ilocutória do enunciado que é caracterizado pela presença de *descortesia direta e descortesia positiva*.

### **Atos Comissivos**

(vii) “Acabou essa mamata! Não tem dinheiro público pra vocês! Acabou a teta!” (Anexo 2: Vídeo 1)

O enunciado (vii) evidencia um caso de *descortesia direta e positiva*, através de um ato *comissivo* de ameaça. Bolsonaro ameaça o corte de subsidiação, pelo que podemos eventualmente considerar um certo valor declarativo, já que o presidente é a autoridade que pode declarar esse corte. Todavia, o contexto em que o faz não cumpre os requisitos para que se possa considerar a declaração de uma medida desse género. Neste caso, a força ilocutória do enunciado não é intensificada pelo uso de insultos, mas pelo uso de expressões linguísticas de registo familiar como “mamata” e “teta”.

(viii) “Caso ela não faça isso, eu me comprometo aqui em mandar um assessor meu junto à Fundação Casa, dar o endereço da deputada Benedita da Silva a esse **vagabundo** pra que ele vá praticar furtos lá na rua do bairro onde ela mora.” (Anexo 2: Vídeo 14)

Verificamos, no enunciado (viii) a presença de um ato *comissivo*, em que Bolsonaro introduz uma ameaça através da expressão condicional “caso ela não faça isso” para, de seguida, se comprometer a realizar uma ação futura que é intensificada pelo uso do verbo performativo “comprometer”, não deixando de criticar um suposto criminoso que apelida de “vagabundo”. Neste caso, verifica-se um caso de *descortesia negativa*, dado que o locutor produz uma ameaça à *face* negativa do seu interlocutor, envolvendo o seu território espacial.

(ix) “*Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre.*” (Anexo 2: Vídeo 18)

No exemplo (ix), estamos perante um caso de *descortesia direta e positiva*, concretizada através de um ato *comissivo* de ameaça. Bolsonaro ameaça “fuzilar” os elementos do Partido Trabalhador (PT), denominando-os, em seguida, de “petralhada aqui do Acre” como forma de manifestar o seu desprezo por eles (note-se o valor depreciativo do afixo).

### **Atos Assertivos**

(x) “*Pra mim qualquer crime premeditado seguido de morte merecia pena de morte.*” (Anexo 2: Vídeo 6)

Em (x), Bolsonaro, através de um ato *assertivo*, expressa a sua opinião em relação àqueles que praticam crimes premeditados seguidos de morte, dizendo que mereciam também pena de morte. Desta perspetiva, podemos perceber neste ato um certo cariz ameaçador, na medida em que é proferida por um órgão com poder institucional. Neste caso, são utilizadas estratégias de *descortesia positiva*.

(xi) “*Eu torturo os petralhas com a verdade.*” (Anexo 2: Vídeo 14)

Neste enunciado encontramos um ato *assertivo*, uma afirmação do locutor acerca de um ato por ele praticado. O próprio ato descrito, “tortura”, encerra em si uma forte conotação negativa, mais ainda se consideramos a descrição “petralhas”, que demonstra desprezo pelos indivíduos descritos no conteúdo proposicional. Este enunciado integra, por isso, estratégias de *descortesia direta e descortesia positiva*.

### **Atos diretivos**

(xii) “*Vai pra Cuba, Fidel Castro de saia.*” (Anexo 2: Vídeo 14)

Em (xii) temos um ato *diretivo*, em que é dada uma ordem direta a um sujeito identificado como “Fidel Castro de saia”. Desta forma, Bolsonaro estabelece uma relação entre o sujeito descrito no conteúdo proposicional e Fidel Castro, que por muitos, inclusive pelo próprio Bolsonaro, é apelidado de ditador. Esta ordem interfere com a face negativa do interlocutor, sendo representativa de *descortesia negativa*.

### **Atos comissivos e expressivos**

(xiii) “*Não responderei a **criminosos** que por ora estão soltos.*” (Anexo 1: Publicação 1)

O excerto apresentado em (xiii) evidencia uma estratégia de *descortesia direta* e de *descortesia positiva*, na medida em que executa, de forma direta, um ataque à imagem do interveniente, classificado como “criminoso”. Fá-lo através de um ato *comissivo*, já que se compromete, pelo uso do Futuro Simples, a “não lhe responder”, e de um ato *expressivo* utilizado para criticar e acusar o interlocutor de ser um criminoso cujos atos afetam não só o próprio enunciador, como a sociedade em geral; ao mesmo tempo, ameaça vir a prendê-los através da expressão “por ora estão soltos”.

(xiv) “*Eu tenho um compromisso: tirar o Brasil do buraco, apesar da imprensa **porca, nojenta, canalha e imoral** como é sistema Globo de rádio e televisão.*” (Anexo 2: Vídeo 1)

O enunciado (xiv) pode apresentar algumas dificuldades de classificação quanto à tipologia do ato que representa. Devido ao uso do nome “compromisso”, podemos classificar o enunciado como *comissivo*, no caso de estar, efetivamente, a ser assumido um compromisso através da sua enunciação. Contudo, a frase ilustra também uma crítica à TV Globo caracterizada pelos insultos “porca”, “nojenta”, “canalha” e “imoral”, razão pela qual podemos também definir o ato expresso pelo enunciado como *expressivo*.

Quanto às estratégias de *descortesia* utilizadas, verifica-se a ocorrência de *descortesia direta e positiva*.

(xv) *Esses marginais, vermelhos, serão banidos de nossa pátria. E, senhor Lula da Silva, (...) você vai apodrecer na cadeia.*” (Anexo 2: Vídeo 11)

O enunciado (xv) é um exemplo de uma ameaça direta ao seu interlocutor, concretizada sob a forma de um ato *expressivo* e de um ato *comissivo*. Bolsonaro começa por chamar “marginais” aos deputados do PT, usando o adjetivo “vermelhos” de forma depreciativa e englobando-os no conjunto de “marginais”. De seguida, ameaça que serão expulsos da pátria, para depois se referir diretamente a Lula da Silva, ameaçando-o de que “vai apodrecer na cadeia”. Estamos, por isso, perante estratégias de *descortesia direta e positiva*.

(xvi) *“Jamais ia estuprar você que você não merece. (...) Vagabunda.*” (Anexo 2: Vídeo 17)

Este enunciado inicia-se com o advérbio “jamais” seguido do verbo “ir” no Pretérito Imperfeito do Indicativo, utilizado para garantir que o locutor nunca irá realizar a ação descrita no conteúdo proposicional, consistindo, então, num ato *comissivo*. Essa garantia é utilizada não só para criticar, mas também para insultar a sua interlocutora, dizendo que “não merece” ser estuprada e que é uma “vagabunda”. Deste modo, o ato *comissivo* é seguido de um ato *expressivo* de insulto. A imagem positiva da interlocutora é atacada de forma direta, constituindo este enunciado um ato de *descortesia direta e descortesia positiva*.

### **Atos diretivos e expressivos**

(xvii) *“Não dê munição ao canalha, que momentaneamente está livre, mas carregado de culpa.”* (Anexo 1: Publicações 2 e 3)

Em (xvii), estamos perante um ato simultaneamente *diretivo* e *expressivo*, no qual a ordem dada ao interlocutor se relaciona com um terceiro indivíduo que é alvo de crítica por parte do locutor. Este serve-se das expressões “canalha” e “carregado de culpa” para demonstrar a sua desaprovação face aos atos desse indivíduo, apresentando essa “culpa” como justificação para a efemeridade da sua liberdade. Por essa razão, este enunciado revela-se um caso de *descortesia negativa* e *descortesia direta positiva*, já que interfere com a imagem negativa daquele que recebe a ordem, funcionando também como um ataque direto à imagem positiva do indivíduo que é alvo de crítica.

### **Atos assertivos e comissivos**

(xviii) “*A Folha de SP continua a fazer um jornalismo sujo e baixo nível. (...) Vão quebrar a cara!*” (Anexo 1: Publicação 9)

O enunciado em (xviii) é constituído por duas frases, sendo a primeira uma asserção avaliativa e a segunda uma ameaça. Estamos, por isso, perante dois tipos de atos, um *assertivo* e um *comissivo*, respetivamente. Todavia, no caso da primeira frase, devido ao valor crítico nela compreendido, podemos dizer que estamos perante um ato *assertivo* com valor *expressivo*. Bolsonaro qualifica o jornalismo da Folha de S. Paulo como “sujo” e “baixo nível”, apresentando essas características como justificativa para a ameaça presente na segunda frase, “vão quebrar a cara”. Verifica-se mais uma vez um caso de *descortesia positiva* e *descortesia direta*.

### **Atos assertivos e diretivos**

(xix) “*Violência se combate com violência e ponto final. Chega de mariquices!*” (Anexo 2: Vídeo 12)

As frases do enunciado (xix) correspondem a um ato *assertivo* e a um ato *diretivo*, respetivamente. A primeira diz respeito à opinião do locutor sobre o combate à violência,

deixando transparecer, através da expressão “e ponto final”, o seu desagrado e um certo tom de ameaça. De seguida, profere uma ordem com “chega de mariquices”, referindo-se à passividade com que, na sua opinião, se tratam os crimes violentos. Consequentemente, trata-se de um enunciado no qual se verifica *descortesia direta* e *descortesia negativa*.

### **Atos diretivos e comissivos**

(xx) “É só você não estuprar, não sequestrar, não praticar latrocínio, que tu não vai pra lá *porra*.” (Anexo 2: Vídeo 15)

O ato presente em (xx) é também classificável como *diretivo* (neste caso, de conselho), dado através da enumeração de um conjunto de comportamentos que não deverão ser praticados pelo interlocutor. Este conselho é seguido de um ato *comissivo* de promessa pelo qual o enunciador indica que o cumprimento dos seus conselhos permitirá ao interlocutor manter-se fora da cadeia. A força ilocutória deste último enunciado é intensificada pelo uso da expressão “porra”. Relativamente às estratégias de *descortesia*, verificamos tanto *descortesia direta* como *descortesia negativa* e *positiva*.

## **5. Discussão dos resultados**

Após a análise descritiva dos enunciados, desenvolvida no capítulo anterior, estamos neste momento em posição de discutir alguns dos resultados obtidos.

No que diz respeito aos atos descorteses, verificamos que, essencialmente, são praticados atos de *descortesia direta* e de *descortesia positiva*, tendo-se verificado apenas cinco ocorrências de *descortesia negativa*. Nessa medida, verificamos que os atos críticos e ameaçadores praticados pelo presidente são, na sua maioria, ataques diretos e evidentes à imagem positiva do interlocutor ou do sujeito descrito pelo conteúdo proposicional do enunciado.

Em relação à classificação dos atos ilocutórios, verificamos a presença de vários tipos de atos: por ordem de número de ocorrências, *expressivos*, *comissivos*, *assertivos* e *diretivos*.

Esta ordenação é válida para exemplos que apresentem apenas um tipo de ato ilocutório; no entanto, oito dos exemplos apresentados contêm dois atos em simultâneo, sendo metade deles ao mesmo tempo *comissivos* e *expressivos*, “hibridismo” que constitui uma crítica habitualmente associada à taxonomia de Searle. Uma explicação plausível relaciona-se com o tipo de exemplos que selecionamos, isto é, atos críticos, que normalmente são executados por meio de atos *expressivos*, e atos ameaçadores, que se incluem nos *comissivos*. É de notar que os enunciados dizem respeito não só ao período do seu mandato, mas também a períodos anteriores, nos quais é comum a existência de atos de promessa e comprometimento com o eleitorado, visando a construção de uma imagem positiva que apele ao voto. Todavia, esse apelo não é efetuado exatamente pelos meios a que estamos habituados. Silva (2013) refere que a *descortesia* é um traço de enorme importância num debate político, onde cada interlocutor tem intenção de atacar a imagem do outro. Porém, se falarmos de comunicações públicas, habitualmente vemos enunciados mais contidos no que à linguagem diz respeito, por se dirigirem não tanto a outros políticos, mas ao público-alvo cujo apoio se quer conquistar ou manter. Ainda assim, tal não se verifica nos excertos selecionados, já que todos eles correspondem a atos descorteses com um aumento significativo da força ilocutória, principalmente através de insultos, não apresentando fenómenos de atenuação. Pela nossa análise, verificamos que Jair Bolsonaro usa preferencialmente as expressões “canalha”, “podre”, “porco(a)” e “porra”.

## 6. Considerações finais

A análise levada a cabo mostra, antes de mais, que a classificação dos atos ilocutórios nem sempre é evidente quando se trata de atos de fala reais, uma vez que existe, na maior parte dos casos, uma discrepância entre o que efetivamente é dito e a intenção com que é dito. A análise do discurso de Bolsonaro deixa isso bem patente, devido à constante realização de atos “híbridos” que servem essencialmente o propósito de criticar e ameaçar. Aliás, como referimos anteriormente, uma das críticas que tipicamente vemos associada à taxonomia de Searle é justamente a de que, numa situação real de comunicação, os enunciados não se

restringem à interpretação literal do ato de fala, contribuindo a realização de inferências para a deteção da intenção comunicativa, que por sua vez pode visar mais do que um objetivo.

Os atos ilocutórios analisados refletem permanentes ameaças à imagem do Outro sem qualquer tipo de atenuação; aliás, na maior parte dos casos, o presidente usa até mecanismos de aumento da força ilocutória, como os insultos. Daí tiramos que a *face* positiva que constrói para si e tenta impor ao mundo é a imagem de alguém com um discurso direto e sem qualquer preocupação com o politicamente correto.

Mas que impacto terá este tipo de comportamento na sua imagem? Esta não é uma pergunta de fácil resposta. Vimos anteriormente que cada indivíduo tenta construir uma imagem positiva de si mesmo que vá ao encontro dos parâmetros pré-estipulados pela sociedade, sob pena de ver a sua própria imagem afetada. Assim, a dureza do discurso do atual presidente do Brasil pode apresentar-se como potencialmente ameaçadora não só para a imagem de terceiros, mas também para o próprio.

Destarte, esperamos de futuro poder alargar a análise a um *corpus* superior, que compreenda enunciados apenas da época do seu mandato. Gostaríamos de realizar essa análise após as eleições de 2022, com o objetivo de verificar se o seu comportamento linguístico continua a beneficiar a sua imagem junto da maioria dos eleitores.

## Referências

- Austin, J. L. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- Austin, J. L. 1983. Performativo-Constativo. In J. P. Lima (Org.). *Linguagem e Acção – da filosofia analítica à linguística pragmática* (pp. 41-58). Lisboa: Materiais Críticos.
- Bakhtin, M. 1986. *Speech genres and other late essays*. Austin: The University of Texas Press.
- Briz, A., Albelda, M. 2013. Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto en común (ES.POR.ATENUACIÓN). *Onomázein Revista semestral de lingüística, filología y traducción* 28: 288-319.

- Brown, P.; Levinson, S. 1978. Universals in language use: Politeness phenomena. In Goody, E. (Ed.). *Questions and politeness. Strategies in social interaction* (pp. 56-311). Cambridge: Cambridge University Press.
- Coutinho, A. 2007. Descrever géneros de texto: resistências e estratégias. In *V SIGET - Simpósio Internacional de Estudos de Géneros Textuais*. Tubarão - Santa Catarina.
- Culpeper, J. 1996. Towards an Anatomy of Impoliteness. *Journal of Pragmatics* 25(3): 349-367.
- Goffman, E. 1973. *La mise em scène de la vie quotidienne*. (2 vol.). Paris: Minuit.
- Goffman, E. 1975. *A representação do Eu na vida cotidiana*. (M. C. S. Raposo Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, E. 1982. *Interaction Ritual - Essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books.
- Grice, H. P. 1983. Querer dizer. In J. P., Lima (Org.). *Linguagem e Acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática* (pp. 86-105). Lisboa: Apáginastantas.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 1992. *Les interactions verbales*. (2 vol.). Paris: Armand Colin Éditeur.
- Pedro, E. R. 2005. Interacção verbal. In I. H. Faria (Org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa* (pp. 449-475). Lisboa: Caminho.
- Searle, J. R. 1979. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. 1981. *Os Actos de Fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem*. (C. Vogt Trad.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Searle, J. R. 1983. O que é um acto linguístico?. In J. P. Lima (Org.). *Linguagem e Acção – da filosofia analítica à linguística pragmática* (pp. 59-85). Lisboa: Apáginastantas.
- Silva, L. A. 2013. Descortesia e (des)construção da imagem pública. In D. Preti; M. Q. Leite (Orgs.). *Comunicação na fala e na escrita* (pp. 93-119). São Paulo: Humanitas.

## Anexos

### 1) Anexo 1: Publicações no Twitter

**Publicação 1:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 9 de nov

Não responderei a criminosos que por ora estão soltos. - Meu partido é o Brasil!

**Publicação 2:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 9 de nov

Iniciamos a poucos meses a nova fase de recuperação do Brasil e não é um processo rápido, mas avançamos com fatos. Não dê munição ao canalha, que momentaneamente está livre, mas carregado de culpa.

**Publicação 3:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 9 de nov

Amantes da liberdade e do bem, somos a maioria. Não podemos cometer erros. Sem um norte e um comando, mesmo a melhor tropa, se torna num bando que atira para todos os lados, inclusive nos amigos. Não dê munição ao canalha, que momentaneamente está livre, mas carregado de culpa.

**Publicação 4:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 5 de nov

Esses petistas foram delatados na Lava-Jato com seus respectivos codinomes: Rato/Montanha, Vampirão e Amante. - Agora entram na Justiça pelo fato de eu, como morador, ter acessado a secretária eletrônica do meu condomínio.

**Publicação 5:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 19 de out de 2018

Quão canalha e cara de pau alguém tem que ser pra se colocar como vítima de Fake News enquanto espalha aos quatro cantos que votei contra deficientes, que vou aumentar imposto pra pobre, acabar com bolsa-família, com licença maternidade, 13º salário e mais um monte de mentiras?

**Publicação 6:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 8 de out de 2018

O pau mandado de corrupto me propôs assinar "carta de compromisso contra mentiras na internet". O mesmo que está inventando que vou aumentar imposto de renda pra pobre. É um canalha! Desde o início propomos isenção a quem ganha até R\$ 5.000. O PT quer roubar até essa proposta.

**Publicação 7:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 9 de out de 2018

Jair M. Bolsonaro retweetou Fernando Haddad Ontem propôs combate às notícias falsas, hoje espalha mentiras descaradas a meu respeito. Quem está a favor do povo faz política com a verdade, não trabalha a serviço de um corrupto preso, nem faz parte da quadrilha que assaltou os brasileiros e colocou o país na lama. Canalha!

**Publicação 8:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 21 de set de 2018

Votei pela revogação da CPMF na Câmara dos Deputados e nunca cogitei sua volta. Nossa equipe econômica sempre descartou qualquer aumento de impostos. Quem espalha isso é mentiroso e irresponsável. Livre mercado e menos impostos é o meu lema na economia!

**Publicação 9:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 21 de dez de 2018

A Folha de SP continua a fazer um jornalismo sujo e baixo nível. Agora insinua falta de representatividade das regiões Norte e Nordeste nos ministérios, como se nascer em uma região se traduzisse em competência e não nascer significasse descaso e abandono. Vão quebrar a cara!

**Publicação 10:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 9 de jan de 2018

Mais - @marcofeliciano e o Jornal mais sujo do Brasil: Folha de São Paulo. (seguido de vídeo de Marco Feliciano)

**Publicação 11:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 16 de out de 2018

Essa história de o fantoche de corrupto admitir erros do seu partido é pra boi dormir. A corrupção nos governos Lula/Dilma não era caso isolado, era regra para governar. Por isso estão presos presidente, tesoureiros, ministros marketeiros, etc, além de tantos outros investigados.

**Publicação 12:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 29 de set de 2018

Este fiasco grande parte da mídia não mostra! Tentam te convencer de todo jeito que o pai do kit-gay e pau mandado do corrupto preso tem crescido nas pesquisas. As mentiras só aumentarão até o fim! !

**Publicação 13:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 6 de dez de 2018

Só não concorri com Lula porque ele está preso, condenado por corrupção! (em resposta a afirmação de Lula “Bolsonaro só ganhou porque não concorreu comigo”)

**Publicação 14:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 17 de out de 2018

Haddad (PT) ameaça a justiça e o povo brasileiro. O fingimento do apreço pela democracia não dura muito quando abrem a boca! Gostaria de uma opinião dos Tribunais deste país ou vamos viver nesse mundo de faz de contas criado por alguns?

**Publicação 15:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 26 de out de 2018

Haddad diz que sou responsável pela campanha mais baixa da história. Logo ele, que é orientado por um presidiário, esconde as cores do partido, finge ser religioso, joga bíblia no lixo, esconde apoio à ditadura venezuelana e espalha um monte de porcarias mentirosas ao meu respeito.

**Publicação 16:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jairbolsonaro 5 de jan

Haddad, o fantoche do presidiário corrupto, escreve que está na moda um anti-intelectualismo no Brasil. A verdade é que o marmitta, como todo petista, fica inventando motivos para a derrota vergonhosa que sofreram nas eleições, mesmo com campanha mais de 30 milhões mais cara. (presidiário corrupto: Lula; marmitta: haddad)

**Publicação 17:** Jair M. Bolsonaro Conta verificada @jaiboldsonaro 7 de ago de 2018

Dizem que nós estamos em guerra. Que guerra é essa que só um lado pode atirar? Se o policial atira no vagabundo, dificilmente ele não vai pra cadeia, se não atira, dificilmente não vai pro cemitério.

## 2) Anexo 2: Transcrições de vídeos do Youtube

**Vídeo 1:** Live: Após associação ao caso Marielle, Bolsonaro chama a Globo de 'podre, canalha' - <https://www.youtube.com/watch?v=BQtsGgazhM0>

“O sigilo judicial e bancário tem que ser quebrado por ordem judicial e ponto final.”

“O senhor só se elegeu governador porque o senhor ficou o tempo todo colado com Flávio Bolsonaro, meu filho, o tempo todo colado com ele. Ao chegar à presidência, a primeira coisa que o senhor fez foi transformar-se em inimigo dele.”

“Porquê querem me destruir? Porquê essa sede pelo poder, senhor governador Witzel?”

“Pra quê isso? Há pouco esculacharam a avó da minha esposa? Que foi presa por tráfico. Foi presa, sim, por tráfico, uma senhora que está com 80 e poucos anos de idade. Faz a covardia com ela pra atingir a minha esposa.”

“Porquê, TV Globo? Porquê revisa essa época? Essa patifaria por parte de vocês. Essa coisa que não dá pra definir. Deixe eu governar o Brasil! Vocês perderam. Vocês vão renovar a concessão em 2022. Não vou persegui-los, mas o processo vai estar limpo. Se não tiver limpo, legal, não tem renovação na concessão de vocês nem de TV nenhuma. Vocês apostaram em me derrubar no primeiro ano. Não conseguiram. Estou fazendo uma viagem, sacrifi-, sacrifício, 10 dias longe da família, ralando o dia todo. Estamos recuperando a confiança no mundo e vocês, TV Globo, o tempo todo infernizam a minha vida porra. Onde ‘cês querem chegar eu sei. ‘Cês não têm vergonha na cara. Essa patifaria 24 horas por dia contra a minha pessoa. Agora a Marielle Franco quer empurrar pra cima de mim. Nem ela, se vocês tivessem o mínimo de decência por saber que o processo corre em segredo de justiça não poderiam divulgar. O caso do Flávio é a mesma coisa.”

“Agora querer me vincular... à morte da Marielle?! Seus patifes da TV Globo! Seus patifes! Canalhas! Não vai colar!”

“Pelo amor de Deus! Onde ‘cês tão com a cabeça? ‘Cês não tem juízo, não tem vergonha, vocês não têm juízo. Parem de trair o Brasil! ‘Cês não tão traindo a mim, não. ‘Tão traindo o Brasil. ‘Cês querem arreentar com o Brasil! ‘Tava muito bom com governos anterior, mamavam bilhões de estatais, bilhões mamavam de estatais.”

“Acabou essa mamata! Não tem dinheiro público pra vocês! Acabou a teta!”

“Isso é uma patifaria, TV Globo! TV Globo, isso é uma patifaria.”

“Que covardia é essa? O que vocês querem, TV Globo? ‘Cês foram desmascarados por mim o ano passado sobre o regime militar.”

“Que é que vocês querem? Destruir o Brasil?”

“Pelo amor de Deus! Quem vocês pensam que são? Eu sei quem vocês são. ‘Cês são canalhas! Patifes! Não são patriotas! Não pensam no Brasil!”

“É esse o jornalismo que vocês fazem. Jornalismo podre! Um jornalismo podre da TV Globo! Podre! Canalha! Sem escrúpulo! Vocês não prestam! TV Globo, vocês não prestam!”

“Não tem respeito com ninguém. Defendem bandidos e criticam policiais. É uma canalhice o que vocês fazem! Uma canalhice, TV Globo! Uma canalhice!”

“Não esperava que a patifaria era tão grande assim.”

“Temos uma conversa em 2022. Eu tenho que ‘tar morto até lá. Que o processo de renovação da concessão não vai ser perseguição, nem pra vocês nem pra TV nem rádio nenhuma, mas o processo tem que ‘tar enxuto, tem que ‘tar legal. Não vai ter jeitinho pra vocês, nem pra ninguém! É essa preocupação de vocês? Continuem fazendo essa patifaria contra presidente Jair Bolsonaro e sua família. Continua, TV Globo! Vocês já perderam a credibilidade no Brasil. Não se cansam de passar vergonha.”

“Não é que vocês não vão me pegar. ‘Cês não têm o que pegar. Daí ficam inventando essas patifarias, como inventaram aqui essa questão. TV Globo, vocês tiveram acesso a um processo que segue em segredo de justiça, né. Vocês têm que ser investigados no tocante a isso.”

“Qual é a intenção de vocês? É conseguir, através de farsas, uma possível condenação de um filho meu? É esse o, é o orgasmo da TV Globo ver um filho meu preso? Um irmão meu preso? Ver um amigo meu chegado preso? Esse é o orgasmo de vocês, TV Globo?”

“Eu tenho um compromisso: tirar o Brasil do buraco, apesar da imprensa porca, nojenta, canalha e imoral como é sistema Globo de rádio e televisão.”

**Vídeo 2:** Presidente Jair Bolsonaro comenta soltura de Lula e os ataques feitos pelo expresidente - [https://www.youtube.com/watch?v=VAiSxj\\_tjeM](https://www.youtube.com/watch?v=VAiSxj_tjeM)

“‘Tá solto, mas continua com todos os crimes dele nas costas.”

“A grande maioria do povo brasileiro é honesto e trabalhador e nós não vamos dar espaço e nem contemporizar com um presidiário.”

**Vídeo 3:** Bolsonaro fecha acordo com Arábia Saudita para investimentos no Brasil SBT Brasil (29/10/19) - <https://www.youtube.com/watch?v=QTaCdnjN2XY>

“Eu acho que todo o mundo gostaria de passar uma tarde com um príncipe, principalmente vocês mulheres, né?” (Em resposta a uma jornalista que questiona sobre as suas expectativas acerca do encontro marcado com o príncipe da Arábia Saudita)

**Vídeo 4:** Pronunciamento do Presidente da República sobre as queimadas na Amazônia - <https://www.youtube.com/watch?v=YqW3DZ9eQnk>

“Espalhar dados e mensagens infundadas, dentro ou fora do Brasil, não contribui para resolver o problema e se prestam apenas ao uso político e à desinformação.”

**Vídeo 5: Jair Bolsonaro abrirá os arquivos da ditadura? –**

<https://www.youtube.com/watch?v=u1shvXtzUxU>

“Onde ela [Dilma Rousseff] esteve na semana retrasada? Representando o Foro de São Paulo em Cuba, na democracia Cubana. Vocês acham que essa senhora lutou por democracia? O primeiro marido dela ‘tá, Cláudio Galeno, ‘tá vivo ainda, mora no México. Ele sequestrou um avião com 96 a bordo e foi para qual país democrático? Foi pra Cuba. O segundo marido dela acabou de morrer, morreu há pouco tempo, Carlos Araújo. Ele contou, tranquilamente, num programa de televisão, que durante a lua-de-mel com Dilma Rousseff fazia o quê? Pra estimular o seu relacionamento, com toda a certeza. Expropriava bancos, roubava armas em quartéis e roubava caminhões de carga na baixa da fluminense. ‘Tá a herança dela aí. Hoje em dia os camionheiros, né, os transportadores arcam com um prejuízo de um bilhão e meio de reais por ano, fruto de roubo de carga no Brasil. Você acha, com todo o respeito, prezado jornalista, que esse tipo de gente lutou por democracia? ‘Cê acha disso? Quando Fidel Castro morreu, ‘tava lá chorando aos prantos no túmulo daquele, daquele, daquele homem, que matou tanta gente. ‘Cê acha que eles lutaram por democracia de verdade?”

**Vídeo 6: Jair Bolsonaro - Mulheres (24/05/13) –**

<https://www.youtube.com/watch?v=DtfGuuWGUdc>

“Nós estamos carentes de lideranças, extremamente carentes, em todos os partidos sem exceção, é só demagogia. Por exemplo, o que é que fez a última presidente? Bolsa familiar, maneira de ganhar voto de pobre, você estimula o elemento a ser pobre, você não tira do presídio da ociosidade. Inclusive, o governo mente quando fala que tem 5,6% de desempregado no nosso país.”

“Agora, desses que morrem, a grande maioria, morrem por ciúmes de companheiros, por estar em zonas de prostituição, estar consumindo drogas. E... morreu homossexual, já entra na estatística como homofobia. Não podemos admitir isso!”

“Ela deveria ‘tar no banco do Alá, respondendo pra comissão da verdade.” (sobre Dilma Rousseff)

“O governo não cansa de indultos, né, de dia de Natal, de dia das mães, etc., soltar esse bando todo pra nos violentar aí fora.”

“Tem presídio americano que é proibido tiro de advertência, ou seja, ‘cê tem que atirar é no meio do motim. Tinha que ser a mesma coisa aqui. Preso tem direito a não ter direito.”

“Sim. E eu cedo, e o governo não precisa nem contratar ninguém pra fechar chave ou fuzilar, eu sou voluntário de graça. Você pode ver esse animal que matou essa dentista aqui, merece o quê? Morte. Aquele que matou estudante com tiro na cabeça aqui também? Morte. Quem acha que dá pra recuperar, hoje em dia dos presídios ‘tá saindo um montão de gente. Vai lá e pega um estuprador ‘tá certo, já em liberdade, e leva pra dirigir o carro da tua esposa ou da

tua filha, já que você acha que tem recuperação. Eu acho que não tem recuperação, ele deve ser reciclado.”

“Pra mim qualquer crime premeditado seguido de morte merecia pena de morte.”

“Então, o cara que ‘tá roubando a margarina é um vagabundo, ‘tá ok, que merece algum tipo de punição. Não tem que ter pena, não.”

“O homem só respeita o que ele teme. Se não tem lei, ele vai além.”

“Até parece que para o ministro [José Eduardo Cardozo] quanto mais violência melhor, sabe porquê? Mais ajuda na campanha dele do combate ao desarmamento. Desarmamento das pessoas de bem, porque plano pra combater vagabundo que ‘tão lá no Rio de Janeiro em morros ou aqui, aqui não tem morro, ‘tá. Mas esse plano não tem, só quer desarmar o cidadão de bem. E eu que quero ter o direito, né, de ter uma arma. E tenho di-, inclusive, por ocasião do referendo do desarmamento eu falei: olha, se passar o referendo, eu vou ter uma arma fria.”

**Vídeo 7:** Quem não gostou da frase do cocô deve votar em outro em 2022, diz Bolsonaro - <https://www.youtube.com/watch?v=RdXaou8YIT0>

“Você quer que eu seja quê? Um vaselina? O politicamente correto? O ise-... Desculpa, aqui ‘tá. O isentão? Ah salvo o melhor juízo e bibi? Não. É resposta direta. Fui eleito assim, não vou fugir à minha característica, com todo o respeito que eu tenho a todo o mundo. E quando eu falei da questão do cocô, foi uma resposta de... não é você, não ‘tá... de uma pergunta idiota de um jornalista lá em Brasília. O idiota perguntou pra mim, depois de eu ter explicado que o mundo cresce 70 milhões de habitantes por ano, o Brasil cresce um pouco mais de 2 milhões de habitantes por ano. Não dá pra plantar na Lua nem em Marte, né, assim como não dá pra ir sacar vento. Eu respondi o seguinte: é só você cagar menos que, com toda a certeza, a questão ambiental vai ser resolvida. Foi isso que eu respondi pra ele. Agora, não é compatível com presidente? Votem no outro em 2022, é muito simples. Muito obrigado aí.”

**Vídeo 8:** Bolsonaro ironiza imprensa ao anunciar MP que acaba com balanços de empresas em jornais impressos - <https://www.youtube.com/watch?v=hZNXj40ljhI>

“No dia de ontem – eu não sei se a imprensa de papel vai divulgar – mas também vi a medida provisória, essa imprensa que eu tanto amo. Até sobre a matéria de Domingo, sobre 102 parentes, eu queria dizer imprensa, que eu não sou o deus Priapo.”

“Pelo amor de Deus, eu não sou o Dilmo de calça comprida.” (em resposta a: “Bolsonaro tem política econômica idêntica à da Dilma Rousseff”)

“Eu ganho eleições, eu sou Johnny Bravo, para de perturbar, pô!”

**Vídeo 9:** Em entrevista à Record TV, Bolsonaro fala que deve sair do PSL e pretende criar um novo partido - [https://www.youtube.com/watch?v=ldISO4b\\_c-Y](https://www.youtube.com/watch?v=ldISO4b_c-Y)

“Porque não pode, uma emissora de televisão como a Globo, joga um balde de... de coisa suja em cima de mim, ah, com aquela matéria da semana passada e depois fica por isso

mesmo. Não! Primeiro a rede Globo também tem que explicar quem é que vazou um processo que corria em segredo de justiça para eles.”

“E não posou de bonzinho comigo, não: ele já sabia, porque muita coisa ‘tava vazando já, que a perseguição dele contra minha família, eu, meus filhos e quem está do meu lado. Ele tem usado a máquina pública pra me perseguir. É o fato em si, ‘tá comprovado.”

“Desculpa aqui o linguajar. É um jornalismo sujo por parte da TV Globo, porque, inclusive, os tenho desafiados. TV Globo, me dá um espaço de 15 minutos, ao vivo, no jornal nacional, pra explicar isso e mais coisas. E obviamente vou cobrar de vocês, quem vazou isso para vocês.”

“Agora, lamentavelmente, a TV Globo faz a matéria, diz que não é verdade, diz que eu ‘tou em Brasília, fez porquê? Pra mais uma vez dar margem a pessoas achar que eu sou um dos possíveis mandantes da senhora Marielle Franco.”

**Vídeo 10: Até que Enfim... O que a GLOBO vai fazer Agora ? –**

<https://www.youtube.com/watch?v=ht-sboCKYIU>

“Em 2022, oh Globo, temos um encontro, renovação da concessão. Não é perseguição, não. Pague tudo o que deve! (( )) negativa, tudo pra não ter problema. Não vou passar a mão na cabeça de ninguém, né, da Globo nem de ninguém. ‘Cês têm que ‘tar em dia pra renovar a sua concessão. ‘Tou avisando antes pra não dizer que eu estou perseguindo vocês. Só há uma maneira, eu posso realmente não interferir ao lado da lei nesse processo, se eu morrer até lá. Vocês nada falam, nada falam sobre quem tentou matar Jair Bolsonaro, reparou isso aí? Já reparou isso aí? Realmente é um jornalismo porco, sujo e canalha.”

“É lamentável da TV Globo, lamentável da TV Globo, querendo me associar ao possível mandante, né, da execução de, daquela, da ex-vereadora Marielle Franco.”

“É um jornalismo, desculpa aqui, né, oh Bonner (( )) Bonner, um jornalismo canalha, canalha, sem escrúpulo. Desafio vocês a me convidar, pra falar por 10 minutos sobre esse episódio, desafio vocês. ‘Cês não falam tanto em direito de defesa, em jornalismo limpo, honesto? Desafio vocês.”

“Então esse jornalismo porco da Globo, Bonner, porco da Globo ‘tá certo, espero que acabe, que ‘cês tomem vergonha na cara. Não façam jornalismo sujo como esse aí, tentando vincular a minha pessoa à morte da Marielle. O que vocês querem comigo ‘cês não vão ter. A mordomia que ‘cês tinham no passado, né, anunciando aí estatais, bancos, o próprio governo anunciando, não vai ter mais. O destino desse dinheiro público não é pra dar pra vocês. Eu até fico aí admirado muitas vezes, eu vejo tantos patrocinadores da Globo, será que o pessoal não pensa? Eu ‘tou patrocinando uma empresa que mente o tempo todo, faz *fake news* o tempo todo, eu teria vergonha, se eu fosse um (( )) grande, um grande empresário no Brasil, anunciar qualquer coisa na Globo, vergonha. Uma TV Globo que esculacha a família quase 24 horas por dia. Olha o padrão de novela, olha o padrão do programa da tarde que a TV entra na casa dos outros, né. O isentão fala ‘é só desligar a televisão’, mas o pai e mãe ‘tá trabalhando muitas vezes. Não ajuda em nada, uma hora de televisão estraga um ano de educação na

escola ou de instrução na escola, tá certo. E continua a fazer esse trabalho sujo. É lamentável.”

“Não venham com conversinha, TV Globo, que vocês tiveram acesso apenas à planilha de presença! Não. ‘Cês tiveram acesso a todo o projeto. Afinal de contas o governador já sabia disso, e o governador sempre vazou pra vocês esse tipo de informações.”

“Witzel não deu certo. Você perdeu. E que vexame hein, tu foi vaiado agora em Campos, com grito de traidor. Pelo amor de Deus, jogou tudo fora. Podia fazer uma carreira bonita.”

**Vídeo 11:** Bolsonaro ameaça prender todos os que discordarem dele - <https://www.youtube.com/watch?v=at8qr1MeO6g>

“Perderam ontem, perderam em 2016, e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Esses marginais, vermelhos, serão banidos de nossa pátria. E senhor Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente pra assinar o decreto de indulto, eu vou-te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia. Brevemente, você terá a Leindberg Farias pra jogar dominó no xadrez. Aguarde, o Haddad vai chegar aí também, mas não será pra visitá-lo, não. Será pra ficar alguns anos ao teu lado. Já que vocês se amam tanto, vocês vão apodrecer na cadeia. Petralhada, vai todos vocês pa’ ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria! Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca visto na história do Brasil. Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo. Sem Folha de S. Paulo. Nós ganharemos essa guerra, queremos a imprensa livre, mas com responsabilidade. A Folha de S. Paulo é o maior *Fake News* do Brasil. Imprensa vendida, meus pêsames. “

**Vídeo 12:** BOLSONARO ESCULACHA FALSOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - <https://www.youtube.com/watch?v=TxAla4-hzqg>

“Senhor presidente, queria-me desculpar dos debatedores porque eu não estava aqui, não consegui ouvir a todos, então peço desculpa se alguma coisa vou falar que... eu não quero generalizar, ok? Mas eu gostaria de ser governador do estado, e ter a polícia militar que mais ia matar naquele estado. Esse pessoal só entende uma linguagem, a da violência, a da porrada. Eu gostaria que a legislação penal fosse de cada estado, como é nos Estados Unidos. Assaltar no Rio de Janeiro, por exemplo, 20 anos de cadeia. Assaltar em S. Paulo 10 anos. ‘Tá na cara que pessoal ia assaltar em S. Paulo. Temos uma porcaria de uma constituição ao se referir a direitos humanos. Não há pena de morte aqui. O cara não teme nada, não há prisão perpétua. O canalha nem precisa trabalhar, fica sugando o Estado no tempo que está detido. Enquanto tiver, tiverem essa ideia de ‘ahh mataram 60 mil oh, eu queria que matasse 200 mil vagabundos’. Eu ‘tou preocupado é quantos inocentes morrem nesses momentos e não com esses marginais. Querem inteligência da polícia militar, me desculpa aqui, tem um capitão à minha esquerda, um major à minha direita aqui. Com a porcaria do salário que esses ganham, que eles ganham, ‘cê acha que se fossem inteligentes estariam na polícia militar? ‘Taria no lugar de vocês, de vocês, sem querer generalizar, me desculpa aqui. Fazendo demagogia como alguns fizeram aqui, ((saudar)) paz, ‘tá de brincadeira? Soltar pombinha lá na, na praia

de Copacabana, abraçar Lagoa Rodrigo de Freitas, como uma maneira de protestar contra a violência. ‘Cê só pode matar o vagabundo numa situação, de tanto rir da palhaçada que vocês fazem nesse momento. Eu queria que um comande de polícia militar, ou o secretário de segurança, ou o governador, convidassem aqueles que pegam a paz pra fazer, por exemplo, a reintegração de posse do, aqui do, do hotel St. Paul, 350 pessoas invadiram, 350 marginais invadiram. É tudo bem programado, MTST, em S. Paulo reforçado com haitianos, senegaleses e tão chegando também aí os, os sírios. Vai ficar bacana aqui hein, vai ficar bacana. Daqui a pouco eu vou assistir a decapitações por aí. Angela Merkel já deu pa’ traz agora na, na proposta humanitária dela de acolher esse tipo de gente lá. Fala aí dissuasão, ‘cê ‘tá de brincadeira? Dissuasão, uso moderado de força, arma de fogo, o cara já botou 20 tiros em cima do policial. ‘Cês tão, muito de vocês aí, ‘tão se lixando pra vida do policial. ‘Cê tinha que ter vergonha de comparecer e falar essas asneiras publicamente. Sabe o que é vida? A vida policial não vale uma titica pra muitos de alguns dos senhores de aqui, pra alguns, que eu não, não ouvi todo o mundo falar. Já visitaram presídio militar? Eu já fui quantas vezes no bo, lá na, no be, no BEP no Rio de Janeiro. Só tem vagabundo e marginal preso lá. Tem alguns que até são, mas tem muita gente aí que está pagando pacto, que para o governador, como parece que eu ouço em alguns estados aqui, prendendo policial não ia resolver problema. Ou se não pra tirar, então vamos tirar uma polícia desarmada. Quero saber quem vai ficar na, quem vai ficar na polícia militar. Eu duvido que vai ficar um lá. Não vai ficar nenhum. Depois de invadir o St. Paul, vão invadir a casa de vocês. ‘Cês conhecem a emenda constitucional 81? Não existe mais propriedade privada no Brasil. Tomem conhecimento que, que é essa emenda constitucional 81! Daqui a pouco isso vai pra cima dos senhores, vai pra cima de todo o mundo. Agora a semana pegaram uma arma aí, um marginal, acho que foi no Rio de Janeiro. Coluneta, ou seja, precisão a 600 metros de distância. Pela topografia do Rio de Janeiro, duvido qual policial vai chegar pra, nessa favela, pra cumprir uma ordem judicial, ou pra dar uma batida, ou pra fazer o que quer que seja poh. Enquanto vocês, muitas vezes, alguns de vocês, né, vão ficar em casa dormindo nessa hora, vendo televisão, vendo filme, tomando whiskey, pra no dia seguinte, de acordo com o que aconteceu na madrugada anterior, descer a porrada no policial militar. Se um dia eu tiver poderes para tal, né, não vai ter um centavo para ONG, um centavo pra qualquer órgão relacionado a direitos humanos. ‘Cês vão trabalhar, vão deixar de viver em cima da desgraça que vive o policial militar e o policial civil. São uns coitados. Tem uma vida atrás daquela farda, e não dão bola pra essa vida. Ahh meios de dissuasão, ‘tá de brincadeira, né? ‘Tá de brincadeira. Quê que é? Fazer careta? (fez uma careta) É assim? Pro marginal. É isso que ‘cê quer? A senhora ganha dinheiro de quem? Pra ‘tar trabalhando. Queria saber. Uso moderado da força. ‘Tá de brincadeira. TAG, arma de, de choque, não se ((escreve)) em tom de brincadeira não. Agora vocês não, tirando exceção que eu não ouvi todo o mundo falar aqui, não tem colhão pra ‘tar à frente, pra mostrar ao policial militar como é que é uma reintegração de posse, como é que é uma, uma, uma incursão pra resgatar colega preso numa favela, ou pra chegar, simplesmente, sair lá do Rio de Janeiro, do Senhor do Rio e ir a pé ao Santa Cruz à noite passando pelo Cesarão. Eu duvido quem é que tenha colhão de fazer isso aí, desenvolver o que é que é a atividade

policial militar. Não sabe poh. Bem, pra concluir esse (( )). O policial militar, hoje em dia, né, com, com quem, com quem nós temos em grande parte pra defender, eles tem duas opção quando sai de casa, o cemitério ou a cadeia, ‘tá ok? Se, se não reagir pro cemitério, se reagir vai pra cadeia. Não tem uma retaguarda jurídica pra trabalhar. Se um médico operar alguém morre, ele tem uma, tem a resposta, ‘tá responder em liberdade, seja o que for. O policial militar ‘tá na cadeia. Os senhores não ‘tão, com exceção, não estão preocupados com a segurança pública, agindo como mossinhas, como maricas pra enfrentar o crime organizado.” (Dificuldades de áudio)

“Violência se combate com violência e ponto final. Chega de mariquices!”

**Vídeo 13:** Em discurso com palavrões, Bolsonaro volta a defender a indicação de Eduardo - <https://www.youtube.com/watch?v=5UwQWHxI9nU>

“Não posso mais contar piada de cabeçudo, contar piada de goiano, de gaúcho, de cearense e cabra da peste, não pode mais contar piada, não pode ter uma, uma, uma liberdade mais nesse país, não pode brincar mais, tudo é politicamente incorreto. Agora se alguém falar que você ‘tá denegrindo a imagem de alguém, isso é racismo. Onde é que nós vamos chegar? Ficar mudos? É isso que vai salvar o Brasil? Preconceito? O idiota que tem a, a própria sociedade quem ‘tá do teu lado afasta do convívio. A decisão de há pouco, de tipificar homofobia como racismo. Eu ‘tou numa pelada, nós dois, um entra com a voadora no pescoço do outro: que acontece? O outro fala ‘seu maricom’. Pronto, 3 anos de cadeia. Não pode falar ‘maricom’ mais. Onde nós vamos chegar? A nossa alegria de viver, um país maravilhoso como esse. Quem está nos dividindo? Essa esquerdalha canalha. Branco e negro, nordeste e sulista, nordestino e sulista, pai e mãe, patrão e empregado, homem e mulher. Dividindo o Brasil. Pra que? Pra governar. E agora, os go-, alguns, a maioria dos governadores, o nordeste e o resto. ‘Cês querem fazer disso uma Cuba? Porque a educação que eles destinaram à garotada ao longo dos anos, nós temos, temo-, temos demonstrado (( )) ‘tá horrível, ‘tá piorando cada vez mais. O PT dobrou os recursos com a educação e a qualidade caiu. Não se forma em grande parte, ou em parte considerável, bons profissionais na universidade. Formam-se militantes. Quando eu falo que dinheiro público não é pra fazer filme com a Bruna Surfistinha, dizem que eu quero censurar.”

“Quando acabar o nosso ((comó)) a gente vai viver do quê? De capim? Só vai ter capim pra gente comer. Deixa acabar aí o nosso minério, exaurir a nossa terra. E alguns querem vender terra pra estrangeiro ainda, né. Vamos abrir mão da nossa segurança alimentar. A gente vai viver do quê? De capim? Todo o mundo igual. Já que falam tanto que eu, a Folha, que falei palavrão, deixa eu te falar de novo. Viver todo o mundo igual na merda. É isso que vocês, é isso que, é isso que queremos? É isso que grande parte da imprensa quer.”

“Não botaram a minha esposa porquê? Bota a minha esposa! Trabalhou na câmara comigo porra. Bota lá porra!”

“O filho de político agora, tudo é vagabundo, sem vergonha, não presta. Se o filho de vocês, não vocês que ‘tão aqui, né, se o filho dos editores (( )) não presta, tira ele do negócio de vocês poh, deixa de ficar do seu lado te assessorando.”

“Larga de idiotice poh, larga de sa-, larga de frescura nessa questão. E o parlamentar que porventura bota parente ali pra ter outra vantagem que não seja o bem do serviço, esse cara vai ter que ser aleijado.”

“Já tem imbecil falando que ele não é diplomata.”

“Pior se fosse os filhos de petista que diziam sim pra Cuba e pra Venezuela o tempo todo, ‘tá ok?’”

**Vídeo 14:** Entrevista de Jair Bolsonaro no Programa do Ratinho (06-03-14) - <https://www.youtube.com/watch?v=CiF-KhPqes8>

“Lá é um lugar que historicamente, a polícia vai dizer, historicamente lá é lugar de vagabundo apanhar.”

“Eu começo apelando à deputada Benedita da Silva, que já foi governadora do Rio de Janeiro, qu’ acabou de defender aqui um menor vagabundo e ladrão, que praticava pequenos furtos na Avenida Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Que adote um! Até pra dar exemplo pra mim e pra essa casa, que ela realmente tem um grande coração. Caso ela não faça isso, eu me comprometo aqui em mandar um assessor meu junto à Fundação Casa, dar o endereço da deputada Benedita da Silva a esse vagabundo pra que ele vá praticar furtos lá na rua do bairro onde ela mora.” (vídeo passado no programa)

“Nós não podemos admitir que criança a partir de 6, 7 anos de idade, recebam filmetes, cartazes e livros dizendo que ser gay é legal e normal. Não podemos admitir isso aí.”

“Eu torturo os petralhas com a verdade.”

“É isso que se chama de democracia? Dar guarida a terroristas, assassinos, condenados à prisão perpétua na Itália.”

“Vai pra Cuba, Fidel Castro de saia.”

**Vídeo 15:** Jair Bolsonaro fala sobre pena de morte – <https://www.youtube.com/watch?v=xIt693xrAt4>

“Quando eu falo em pena de morte, é que uma minoria de marginais que aterrorizam a maioria de pessoas decentes. Quando se fala em menor vagabundo, como esse que foi, que foi preso lá num poste no Rio de Janeiro, ‘cê tem que, tem uma política para aprisionar esse cara, buscar redução da maioridade penal e não defender, e não defender esses marginais como se fossem excluídos da sociedade. Não são excluídos, são vagabundos, são, que deve ter um tratamento adequado. A minha comissão não vai ter espaço pa’ defender esse tipo de minorias. A única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas. É só você não estuprar, não sequestrar, não praticar latrocínio, que tu não vai pra lá porra. Acabou, acabou. Tem que dar vida boa pra aqueles canalhas? Eles, desculpa aqui, eles fode nós a vida toda, e daí que nós vamos manter esses caras preso com uma vida boa. Eles têm que se foder acabou. Acabou porra! É a minha ideia. E quem não ‘tá contente trabalhe contra a minha chegada na comissão.”

**Vídeo 16:** Bolsonaro chama ideologia de gênero de coisa do capeta -  
<https://www.youtube.com/watch?v=zWf1mHaIYMM>

“Não existe essa conversinha de ideologia de gênero. Isso é coisa do capeta. A todo o momento a gente ouve essa esquerdalha, PT, PCdoB, PSOL, essa esquerdalha nojenta, falar que o estado é laico, o estado é laico, mas eu, Johnny Bravo, sou cristão.”

**Vídeo 17:** AS PIORES FRASES DO BOLSONARO | HENRY BUGALHO –  
<https://www.youtube.com/watch?v=n5Kfeiu4QAM>

E até sou favorável a que a CP no caso do Chico Lopes tivesse pau de arara lá, ele merecia isso, pau de arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também.”

“Eu não empregaria com o mesmo salário, mas tem muita mulher que é competente.”

“Eu sou estuprador agora? Jamais ia estuprar você que você não merece. (...) Vagabunda.”

“Oh preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja, eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambiente como infelizmente é o teu.”

“Vamos fazer o Brasil para as maiorias, as minorias têm que se curvar. As maiorias, as leis devem existir pa’ defender as maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem.”

“Isso só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, né. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil. Começando com FHC, não deixando ir pra fora, não, matando. Se vai morrer alguns inocentes? Tudo bem. Em tudo quanto é guerra morre inocentes. Eu até fico feliz se morrer, mas desde que vá 30 mil, outros, outros junto comigo, né, não eu, marginal, marginais outros junto comigo.”

**Vídeo 18:** AS PIORES FRASES DO BOLSONARO 2.0 –  
<https://www.youtube.com/watch?v=jqQpUZ6cRdE>

“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre.”

“Enquanto o estado não tiver coragem pra adotar pena de morte, esses grupos de extermínio no meu entender são muito bem-vindos. E se não tiver espaço na Baía, pode ir pro Rio de Janeiro. Se depender de mim terão todo o apoio.”

“Dei um plenário e o cara gritou, um petralha gritou: se fosse na Suécia, você não ‘tava criticando. Eu falei: oh imbecil, tu acha que o da Suécia vai querer vir pra esse lixo aqui?!”

“Eu tenho imunidade pra falar que eu sou homofóbico, sim. Com muito orgulho.”

# O PORTUGUÊS VERNÁCULO DE ANGOLA: ADJUNÇÃO DE MORFEMAS PORTUGUESES E BANTU<sup>15</sup>

Hilton Fortuna Daniel<sup>16</sup>

[hiltondaniel2014@gmail.com](mailto:hiltondaniel2014@gmail.com)

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)

**RESUMO.** O presente artigo tem por objetivo analisar e descrever, no âmbito da Lexicologia e Lexicografia, os processos de formação de neologismos resultantes de hibridismos entre as línguas locais e o português, ou seja, o português vernáculo de Angola (PVA), pelas suas variedades, congrega elementos vernaculares das línguas bantu e morfemas latinos, e é deste modo que os angolanismos constituem, em grande medida, as características desta variedade. Os morfemas constituem uma das classes que mais operacionalizam a adjunção das duas línguas, as quais possuem sistemas e normas diferentes. Com este estudo, pretende-se entender a sistematização e operação a que os falantes procedem ao longo dos tempos como também avaliar a importância de uma análise do subsistema lexical a partir de uma perspetiva contrastiva, considerando as variedades linguísticas da língua portuguesa, como transcontinental que há já algumas décadas o é.

**PALAVRAS-CHAVE.** Português, Variante, Morfema, Neologismo, Bantuísmo.

**ABSTRACT.** The objective of this article is to understand and describe, within the scope of Lexicology and Lexicography, the processes of neologism formation resulting from hybridities between local languages and Portuguese language, that is, Angolan Portuguese, due to its variety, adds vernacular elements related to bantu languages and Latin morphemes, through the Portuguese language, and this is how Angolanisms constitute, to a large extent, the variety of Portuguese language. Morphemes constitute one of the classes that operationalize the most the addition of the two languages, which are very different. With this descriptive study, we intend to reach an understanding of the systematization and operation that speakers do as well as to understand the importance of an analysis of the lexical subsystem from a contrasting perspective of neologisms, considering the linguistic varieties of the Portuguese language, as transcontinental that today is it.

**KEYWORDS.** Portuguese Language, Variant, Morpheme, Neologism, Bantuism.

---

<sup>15</sup> Manifestamos o nosso sincero agradecimento ao especialista e avaliador anónimo deste artigo, pelos comentários pertinentes, fundamentados e acatados, os quais visavam a adequação do tema à tipologia tradicional sobre língua aglutinante, que hoje é pouco consensual entre os linguistas.

<sup>16</sup> Mestre em Ensino do Português L2/LE, investigador convidado na Academia das Ciências de Lisboa, para o tratamento lexicográfico de angolanismos e bantuismos visando sua inclusão no Grande Dicionário de Língua Portuguesa da Academia.

## 1. Introdução

Uma das razões pelas quais decidimos empreender este trabalho à volta dos neologismos obtidos por elementos das línguas bantu e do português consiste na necessidade de abordagens cada vez mais alargadas sobre o processo de lexicalização em Angola, tendo em vista o debate sobre a matéria dos neologismos híbridos que ainda têm prevalecido numa zona subdocumentada, não fosse o facto de a língua portuguesa estar a crescer em relação ao número de falantes nativos em Angola e congregando também um universo exponencial de falantes de língua não materna.

Sendo assim, propomos alguns neologismos, por meio dos quais é possível observar a formação e a ocorrência de hibridismos incorporados no português falado localmente, os quais derivam da adjunção de elementos morfémicos desta língua e de outras do grupo linguístico bantu de Angola.

Em Angola, devido, sobretudo, a fatores endógenos (como as línguas bantu e não bantu locais, o grande êxodo provinciano para Luanda e outros de ordem interna) e exógenos (como a aculturação, a globalização, o uso do português em situação de interlíngua e como língua franca, o movimento migratório para o exterior do país, de onde se absorvem vários *inputs* linguísticos reintroduzidos localmente, a situação do português adquirido e/ou aprendido em contexto de língua não materna, seja por cidadãos nacionais ou estrangeiros), do próprio mosaico linguístico depreende-se um fenómeno cujo contexto designamos por babel linguístico.

Face ao contexto da linguística moderna, tem sido amplamente aceite a existência da variedade do português falado em Angola, a qual possui algumas características que resultam do contacto linguístico entre o português e outras línguas nacionais, sendo que os empréstimos das línguas do grupo linguístico bantu têm constituído um aporte que fomenta a criação de neologismos, principalmente através do quimbundo, do umbundo, do quicongo e do tchókwe. Porém, para este estudo trazemos uma abordagem contrastiva que observa um subsistema lexical, por meio do processo de formação de neologismos, que configura os dialetismos em Angola. Naturalmente, através de afixos e outras marcas dialetais, a variedade angolana vai-se assumindo particular, mais independente e cada vez mais distanciada do que se considera português estandardizado.

Esta mesma variedade, somada ao estágio ou mecanismo de interlíngua a que estão sujeitos muitos dos seus falantes, resulta de circunstâncias especiais em que diversas

comunidades linguísticas confluem esta imperiosa necessidade de comunicar numa língua apenas. Tal processo ocorre desde que a mesma língua chegou, por meio de europeus, ao sul da África ocidental, em particular a Angola. É, por isso mesmo, natural que esta língua tenha ganhado características singulares e se tenha distanciado das variedades do português falado noutras latitudes, quer por questões diatópicas, quer por outras de âmbito cultural.

Além disso, muitos vocábulos bantu, que resultam do nosso "babel linguístico", já partes do repertório lexical angolano, enquadrados no português aqui falado, têm sido exportados para diversos países e, como testemunho, temos grandes registos dicionarísticos (como nos dicionários da Porto Editora e da sua versão digital e alargada, o Infopédia, da Academia das Ciências de Lisboa, nos dicionários Houaiss, Michaelis, Priberam, Aurélio e noutros não tão contemporâneos) que integram e integravam já no seu léxico termos de origem bantu, desde os primeiros contatos entre as tais línguas.

Observe-se, por exemplo, que:

de um vocábulo bantuísta, portanto, um quimbundismo que significa "picante":

*/-jindungo-/*

mais morfemas lexicais da língua portuguesa, com base em afixos:

prefixo *a-* + sufixo verbal *-ar*

resulta um neologismo ou vocábulo híbrido, obtido por parassíntese:

*ajindungar*

que significa:

condimentar um alimento com jindungo; *figurado* – tornar algo apazível.

Na verdade, este exemplo apenas justifica uma das classes mais produtivas na formação de palavras que incorporam o léxico do português vernáculo de Angola (PVA)<sup>17</sup>. Na verdade, concordamos que a evolução de uma língua depende da evolução das necessidades comunicativas do grupo que a emprega, tal tese é-nos apresentada por Martinet (1980:173), para quem "l'évolution d'une langue est sous la dépendance de l'évolution des besoins communicatifs du groupe qui l'emploie".

---

<sup>17</sup> O designativo "Português Vernáculo de Angola" é usado recorrentemente por Inverno (2009), no entanto, Fernandes e Ntongo (2002) designam esta variante por "Português Vernacularizado" e Andrade (2008) por "Português Angolanizado", sendo que a designação muito usada anteriormente "Português dos Musseques" já tem sido afastada em fóruns mais académicos, por estar associada a um registo pejorativo do passado colonial.

Hoje, não só as culturas dos países falantes do português se influenciam mutuamente pelo contato linguístico, mas também observamos maior interculturalismo devido a ligações à internet e, neste sentido intercultural, para Galisson (1988) "pour accéder à la culture, quelle qu'elle soit, le meilleur truchement est le langage, parce qu'il est à la fois véhicule, produit et producteur de toutes les cultures".

Como afirma Altuna (2006: 17), "as culturas devem tornar-se cada vez mais humanas, múltiplas através dos tempos, criativas, dinâmicas e devem acompanhar as vicissitudes dos grupos sociais, que não podem permanecer imóveis". No entanto, historiadores da língua, como Castro (2008) e Cardeira (2006), apontam o facto de a língua portuguesa resultar, direta ou indiretamente, do latim vulgar, falado por comunidades sem tradição literária e pouco influenciadas pelo ensino escolar.

Em Angola, talvez seja difícil falar já no nascimento de uma outra língua, mas, à semelhança do surgimento do português vindo do latim popular, as comunidades mais ágrafas ou menos influenciadas pelo sistema educativo formal, com pouca cultura literária e académica, foram e ainda são as que mais autenticam a variedade angolana, é delas de onde surgem os maiores aspetos definidores ou distintivos.

Todavia, consente-se também o facto de, cada vez mais, estudantes de diferentes níveis de ensino, estudiosos, professores, jornalistas, políticos e vários outros profissionais estarem no alinhamento da variante e variedade angolanas, por tão ínfima que seja a inclusão, nos discursos, de vocábulos híbridos, bantuístas ou angolanistas, seja no domínio da prosódia, seja no da semântica ou no campo pragmático-discursivo.

Martinet (1980: 155), para o qual todo o estadunidense fala(va) um dialeto, seja o de Boston, o de Nova Iorque, seja o de Chicago ou, tendo viajado muito, algum dialeto híbrido, defende que as variações dialetais são perfeitamente aceitáveis em todas as circunstâncias da vida. O mesmo autor argumenta ainda que tal facto é uma reminiscência do que está a acontecer em Paris e nos centros urbanos da França "não-sul", onde há muitas variedades do francês que, na boca de pessoas cultas, parecem tão aceitáveis que o que os distingue geralmente passa despercebido.

*Cette situation rappelle ce qui se passe à Paris et dans les centres urbains de la France non méridionale où existent de multiples variétés du français qui, dans la bouche des gens cultivés, paraissent si acceptables que ce qui les distingue passe en général inaperçu.*

(Martinet 1980: 155-156)

Entendemos que qualquer língua possui muitas variações, sendo que qualquer descrição terá que observar a que dialeto se refere, como defende Martinet (1980: 30) : "on dira, dans ce cas, que la langue connaît plusieurs dialectes, et toute description devra spécifier de quel dialecte il est question".

O PVA, constituído por suas variantes, ou seja, por dialetismos, tem-se afirmado forte, específico e ilimitado dentro da dinâmica evolutiva da língua portuguesa, das mais transcontinentais entre as línguas naturais que se conhecem. O que se pode verificar é que, ainda que um falante tenha o português como língua materna e por tão instruído que seja, as diversidades linguísticas decorrentes daquilo a que chamamos 'babel linguístico', por determinarem as variantes e a variedade angolanas, acabam por, com maior ou menor predominância, influenciar no nível de pureza, precisão ou correcção linguística face à norma europeia. Aliás, além de ser objeto da dialética, tem sido estranha, trivial, questionável ou bastante descabida, entre muitos linguistas, a ideia de "pureza linguística" ou "purismo", no campo pragmático-discursivo.

## **2. A variedade angolana e novas unidades lexicais**

Diferente da simples amálgama, que é também um processo de formação de palavras (a qual consiste na criação de novas palavras a partir da junção de duas ou mais palavras truncadas), o hibridismo é um processo semelhante, só que, neste último, são necessários elementos derivados de, pelo menos, duas línguas (diferentes). Os hibridismos ocorrem em muitas línguas ou grupos linguísticos, seja entre o grego e o latim (o mais clássico dos exemplos), seja entre o francês e línguas anglo-saxónicas, entre as línguas sino-tibetanas, seja, agora no caso particular de Angola, entre línguas do tronco linguístico bantu e neolatinas, por via do português.

Assim, dentro da classe dos neologismos, embora se possa inferir que o processo mais comum entre os fenómenos do PVA seja o aportuguesamento, vários levantamentos sobre alguns vocábulos e seus étimos indicam que sempre houve, também, um processo de adaptação no domínio da fonética e da morfologia em si (por falantes tardios do português) nas línguas nacionais, seja por umbundização, quimbundização, seja por baconguização ou outra língua local.

No entanto, a adaptação ocorre quando alguns fonemas ou a posição destes podem constituir estranheza para o idioma que os acolhe, considerando que, durante a formação de neologismos no português vernáculo de Angola, o item lexemático, que é de origem bantu, constitui a base junto da qual se agregam itens morfémicos, entendidos aqui por formantes afixais. Dá-se também a ocorrência da troca de fonemas que mantêm uma relação de semelhança, prevalecendo o mais comum na língua-alvo.

Já a assimilação é definida por Andrade (2009) como o "processo pelo qual traços articulatorios de um fonema se propagam para outro". A autora considera que o fonema forte (assimilador) determina a mudança do outro, fraco (assimilado).

Porém, a adaptação parece-nos a operação mais evidente com base na qual o vocábulo quimbundizado /kijila/ (significando problema, impasse, inconveniente, tabu, pudor) se apresenta como derivado do lusitanismo /quezília/ (que significa zanga, contrariedade, antipatia, etc.).

Exemplos de uso na cultura urbana:

- (1) «*Eu então não sou de kijila, gosto mesmo bué de kazukuta, entre os meus avilos e avilas*». (Eduardo Paim, na música *Eu vou pra nguenda*).
- (2) «*Precisa só lhe tirar kijila*». (Boaventura Cardoso, *O fogo da fala*).

Como se pôde notar, este processo pode configurar uma realidade designada por neologia fonológica, definida na base da troca de um fonema por outro, originando, deste modo, um neologismo fonológico.

Não sendo um caso isolado, pela mesma via, parece-nos certo que os vocábulos /xiringa/ e /xiringar/, bastante usuais na variante desviante ou popular angolana, resultam das adaptações de /seringa/ e /seringar/. Note-se que esta adaptação decorre do facto de, nas línguas bantu, o fone [ʃ], aqui representado pela consoante fricativa pré-dorso-pré-palatal não-vozeada ou surda, ser comumente empregue em posição de ataque em detrimento do fone [s], que se faz representar pela consoante fricativa pré-dorso-alveolar não-vozeada ou surda. Independentemente desta observância em relação a aparentes semelhanças acústicas marcadas por traços de fricatividade e de não-vozeamento, quanto à zona de articulação, o primeiro é palatal e o segundo alveolar (linguodental), sendo esta a principal distinção.

Por isso, dentro do processo de adaptação, não têm sido escassas, entre os falantes do português L2 (ou falantes tardios), incluindo alguns de maior prestígio social e académico, as

alterações flutuantes do fonema /s/ como em /sapato/ e /seiscentos/. Dito isto, em vez de [sɐˈpatu] e [sɛjʃˈsɛtuʃ], alguns procedem à troca daquela alveolar por uma palatal mormente usada nas línguas bantu, principalmente em posição de ataque. Assim, ouve-se amiúde [ʃɐˈpatu] e [ʃɛˈʃɛtuʃ].

Para justificarmos esta ocorrência no português vernáculo de Angola, nas suas variantes desviantes, recorreremos a Jakobson & Halle (1956), que dizem que um falante monolíngue do inglês, quando ouve um nome como /zítə/, identifica-o e assimila-o sem dificuldades, mesmo que nunca o tenha ouvido antes, mas está propenso a distorcer na percepção ou na reprodução o nome como /ktítə/, devido ao seu inaceitável grupo consonantal /kt/, ou /xítə/, que contém apenas recursos familiares, mas constantes num grupo não familiar, ou, finalmente, /mýtə/, sendo que o segundo fonema tem traços distintos do inglês, portanto de uma língua estrangeira.

Therefore, the unilingual speaker of English, when hearing a name like /zítə/ identifies and assimilates it without difficulty even if he had never heard it before, but either in perception or reproduction he is prone to distort, and to distrust as alien, a name such as /ktítə/ with its unacceptable consonantal cluster, or /xítə/ which contains only familiar features but in an unfamiliar bundle, or, finally, /mýtə/, since its second phoneme has a distinctive feature foreign to English.

(Jakobson & Halle 1956: 5)

Se, por um lado, alguns vocábulos bantu passam pelo processo de desnasalização pré-consonantal, no fenómeno de aportuguesamento, como em: /njinga/ ou /nzinga/ para /ginga/ ou /zinga/; /mbunda/ para /bunda/; /njango/ para /jango/; por outro, no processo de bantuização, tem havido também, nalguns casos, uma pré-nasalização consonantal como o nominativo /mboa/ (vocábulo popular e informal na cultura urbana, o qual significa mulher, dama, senhora, menina, namorada, esposa), que deriva do adjetivo português /boa/.

Jakobson & Halle (1956) entendem que um ouvinte, quando recebe uma mensagem numa língua que domina, correlaciona-a com os códigos disponíveis, e esses códigos incluem todos os traços distintivos a serem operacionalizados, ou seja, um falante do português língua não-materna, em Angola (com pouco ou domínio suficiente do português), enquadra sempre os sons mais próximos e fáceis de se articular disponíveis na sua língua ou variante de conforto.

### 3. Metaplasmos na formação de neologismos por hibridismos

Parece-nos certo que, tal como tem vindo a ocorrer ao longo dos anos com a língua portuguesa, em todo o seu processo de transformação, em Angola, como não podia deixar de ser, os metaplasmos têm marcado algumas das principais ocorrências na transformação e afirmação da variedade neológica do português angolano. Além das transformações de ordem semântica, pragmático-discursiva, lexical, etc. das línguas, as alterações fonéticas são das que mais fomentam esta dimensão.

Seguindo este raciocínio, percebe-se, em muitas palavras que passam pelo processo de aportuguesamento, a ocorrência de alguns metaplasmos, sejam de adição, sejam de supressão, o que configura um pormenor em que os morfemas, com base nos afixos, regem a formação ou obtenção desses neologismos híbridos, em grande medida.

Metaplasmos	Quimbundo	Forma aportuguesada	Significado
Prótese	jindungo (picante)	<u>a</u> -jindung(ar)	condimentar
Epêntese	ku-kinga (esperar)	quíngu <u>ila</u>	peessoa que vende e compra divisas na rua
Paragoge	kandongga (negócio)	candongue <u>iro</u>	negociante, vendedor
Aférese	<u>kú</u> bangga (envaidecer-se)	bangga	vaidade, elegância
Síncope	jipa <u>ú</u> lo (doença tradicional)	gípalo/gipalo	<i>idem</i>
Apócope	kuta <u>mbula</u> (agarrar, apanhar)	cutar	<i>idem</i>

**Tabela 1.** Alguns casos de metaplasmos no PVA.

Deste modo, os elementos mórficos intrínsecos às línguas neolatinas (neste caso, o português), juntos de palavras do tronco linguístico bantu, invocam diversas alterações que resultam em neologismos.

No entanto, se, por um lado, os morfemas são unidades linguísticas mínimas, ou seja, unidades mínimas de significados da morfologia, portadoras de significado gramatical ou lexical e indivisíveis, conforme indica o Dicionário da Porto Editora (versão digital: Infopédia); por outro, em Angola, tais casos dão-se predominantemente no domínio lexical, isto é, em classes abertas como os substantivos, adjetivos e verbos. Os morfemas gramaticais, por sua vez, que integram classes fechadas como pronomes, conjunções, preposições e determinantes, não são facilmente localizáveis na variedade angolana. Observe-se o seguinte quadro:

<b>1-</b> <i>Vocábulo/significado</i>	<i>Morf. bantu</i>	<i>Morf. latino</i>	<i>Adjetivo</i>	<i>Significado</i>
Sanzala – aldeola, povoado (do quimbundo)	Sanzal-	-eiro	Sanzaleiro	Boçal; rude.
<b>2-</b> <i>Vocábulo/significado</i>	<i>Morf. bantu</i>	<i>Morf. latino</i>	<i>Substantivo</i>	<i>Significado</i>
Matumbo – boçal, tosco (do quimbundo mátumbu)	Matumb-	-ice	Matumbice	Boçalidade; Incivilidade.
<b>3-</b> <i>Vocábulo/significado</i>	<i>Morf. bantu</i>	<i>Morf. latino</i>	<i>Verbo</i>	<i>Significado</i>
Kunanga – passar o dia ou o tempo; diz-se de quem não trabalha (do quimbundo)	Cunang-	-ar	Cunangar	Estar sem trabalhar; ficar sem emprego.

**Tabela 2.** Morfemas bantu e portugueses formando classes gramaticais.

Para Andrade (2009), um morfema aditivo é um elemento mórfico que se acrescenta ao radical da palavra, por meio de afixos. Por sua vez, Martinet (1980: 136) entende que "les affixes, comme les grammaticaux forment des classes d'effectif limité qu'on peut donc énumérer dans les grammaires". Entende ainda o referido autor ser esta a razão tradicional de os afixos não constarem nos dicionários.

Apresentamos alguns elementos mórficos que, geralmente, quando se juntam a vocábulos de origem bantu, formando vocábulos híbridos, ganham outros valores semânticos, inclusive a ocorrência de aportuguesamento:

Morfemas formadores de adjetivo ou estado	<i>-ado, -ada, des-, dis-, -eiro, -eira, inho, inha, etc.</i>
Morfemas formadores de substantivos	<i>-ção, -ice, -ismo, -ista, -ria, etc.</i>
Morfemas formadores de verbos	<i>-ar<sup>18</sup></i>
Morfemas formadores de adjetivos gentílicos	<i>-ana, -ano, -enha, -enho, -ense, -inha, -inho, etc.</i>

**Tabela 3.** Principais morfemas portugueses formadores de adjetivo ou estado.

Precisar-se-ia de uma demanda maior para se localizar alguns verbos nas restantes conjugações. Tal ocorrência talvez se explique devido aos seguintes fatores: i) as línguas do tronco linguístico bantu são predominantemente de sílabas abertas (cujos vocábulos tendem a terminar em vogais abertas, como exemplo /a/); ii) as vogais semifechadas /e/, /o/ e as vogais semiabertas /ɛ/, /ɔ/ não são propensas em terminar a maioria dos vocábulos com os quais se formam os verbos híbridos ou aportuguesados.

Tal facto estará na base das diferenças da variação fonética europeia em relação à angolana, segundo estudo comparativo feito por Undolo (2014): /beleza/, /atropelar/ e /empobrecer/ # [bɪ'lezɐ], [ɐtrupɪ'tar] e [ẽpubrɪ'ser], na norma do português europeu, face a

<sup>18</sup> O morfema verbal marcador de verbos da primeira conjugação é o mais elementar e prolífico na classe dos verbos, A lista de neologismos verbais daquela forma é muito mais extensa do que nos verbos da segunda e terceira conjugações. Ex.: /quinguilar/, /cutar/, /cunangar/, /zungar/, /bassular/, /fungutar/, /kizombar/, /sembar/, /ngapar/, /cangar/, /gingar/, /xinguilar/, etc.

[be'lɛza], [atropɛ'tar] e [ẽpobre'sɛr], entre os falantes cultos angolanos; pois, no domínio dos falantes não-cultos, segundo o mesmo autor, as diferenças são ainda mais acentuadas.

Apresentamos uma lista de formação de vocábulos híbridos, em fim, aportuguesados, com os elementos mórficos constantes na tabela anterior:

<u>Nome</u>	<u>Adjetivo</u>	<u>Significado</u>
<i>Mangonha</i> (do quimb. preguiça)	Mangonheiro, a	Preguiçoso, a
<i>Quimbanda</i> (do quimb. adivinho)	Quimbandeiro, a	Adivinho
<i>Kwanza</i> (moeda nacional)	Descuanzado, a	Falido, a
<i>Nganza</i> (do quimb. erva medicinal)	Nganzado, a	Drogado, atordoado

<u>Nome</u>	<u>Substantivos</u>	<u>Significado</u>
Boelo (do quimb. apático)	boelice	Estado de boelo
Kambuta (do quimb. anão)	kambutismo	Qualidade de kambuta
Kizomba (do quimb. divertimento)	Kizombista	Que cultua a kizomba

<u>Nome</u>	<u>Verbos</u>	<u>Significado</u>
Nguenda (do quimb. festa, zaragata)	Nguendar	Festejar, desfrutar
Funguto (do quimb. mau cheiro)	Fungutar	Deitar mau cheiro

**Tabela 4.** Elementos gramaticais híbridos obtidos de itens morféimicos de ambas as línguas.

Note-se, contudo, o seguinte vocábulo: /*cazucuta*/, derivado do quimbundo /*kazukuta*/, com as seguintes transcrições fonéticas [kɛzu'kutɐ], na variante europeia, [kazu'kuta], na variante angolana, que significa dança, festa, arraial. Em muitos vocábulos bantu, tem havido uma extensão ou evolução semântica, ao passarem, por exemplo, de uma classe gramatical para outra, facto que ocorre por meio de segmentos morféimicos do português.

Por ex.: do substantivo «*kazukuta*» para adjetivo «*-k/-azukuteiro*» → **essoa que dança a kazukuta** → **que faz confusão** → **que é desobediente, rebelde** → **boçal** → **irreverente** → **que é embaralhado, agitado**.

Por conseguinte, como se pode verificar nos exemplos abaixo, autores consagrados angolanos têm registos que autenticam ocorrências de bantuísmos na língua portuguesa, tendo sofrido adaptações apropriadas ou assimilações à portuguesa:

- (3) «Ó **kazucuteiro**, você é que trouxeste então o sol!». (Ondjaki, *Quantas madrugadas tem a noite*).
- (4) «*Bumbos de dizanda e instrumentos de **kazukuta** e de ngaieta faziam-se ouvir em volta do campo*». (Uanhenga Xitu, *Mestre Tamoda e outros contos*).

Logo, entendemos a urgência, tanto numa perspectiva histórica como sociolinguística, em estudar profundamente a questão lexicográfica no âmbito do português falado em Angola, visto que estamos diante do que Mingas (2002) chamou de «uma nova realidade linguística em Angola».

Quando o Presidente da República, em 2018, recorre a um bantuísmo /marimbondo/, num país europeu de expressão portuguesa, ignorando o risco de não ser percebido, para se referir (reservado o sentido metaforizado que o vocábulo acarreta, e de escárnio) a uma classe "astuta, perigosa, que faz mal ao país", além de levar muitos consulentes portugueses, brasileiros, angolanos, etc. a investigarem sobre o significado de tal vocábulo, permitiu a que se percebesse que tanto o músico Bonga (em 2005) quanto Waldemar Bastos (em 1982 e 2014, numa composição lírica do poeta Ernesto Lara Filho), os quais residentes em Portugal há mais de 30 anos, já tinham canções famosas com o tema "marimbondo". É esta a riqueza indeclinável do português angolano: imprimir, inovar, recriar, exportar.

De qualquer modo, as mudanças que vão ocorrendo na nossa língua formam uma variante dialetal forte e especial que, sobretudo, absorve a **lexicultura**, neologismo designado pelo linguista Robert Galisson (1988) que remete para os elementos de uma cultura presentes num determinado léxico partilhado, sejam nos subsistemas da língua corrente, sejam nos de especialidade.

Percebemos, ao longo da nossa análise, que alguns dicionários modernos de língua portuguesa têm desenvolvido, no domínio da investigação lexicográfica, um trabalho de reconhecido mérito onde se incluem vocábulos aportuguesados e não só obtidos das línguas bantu, de que a língua muito se orgulha, aliás, tal trabalho torna a língua mais inclusiva, solidária e aproxima muitos falantes em contexto de intercomunicação.

#### **4. Considerações finais**

Cronológica e gradualmente, vai-se assistindo a um afastamento entre o português europeu, o standardizado, e o de Angola, razão pela qual defendemos a elaboração acurada

de um Vocabulário Ortográfico Nacional, em referência às variedades linguísticas angolanas, porque se verifica que, aos poucos, a realidade linguística local, tanto pela morfossintaxe e fonética, tanto pela semântica, vai ganhando particularidades resultantes de múltiplas influências das línguas do grupo bantu que coexistem e do contacto linguístico. O casamento entre a língua portuguesa, na sua variante normativa, e as línguas bantu resulta num registo que se fortalece e solidifica, permanentemente.

Desta feita, da formação de neologismos, por via híbrida, depreendem-se os aportuguesamentos, que são processos em que um vocábulo bantuista perde as suas propriedades (ou semânticas ou fonéticas, ou morfológicas ou outras) originais ao se juntar a elementos mórficos de uma língua europeia, no caso o português.

Veja-se o seguinte caso de metamorfose do quimbundo para o português:

*Kúbanga-nvuama* – engrandecer-se > banga – vaidade, exuberância, elegância, ostentação >  
bangão/bangoso/bangona – pessoa que tem banga, vaidade, estilosa, com requintes nos modos e no vestir.

Portanto, a amálgama entre vocábulos bantuístas e segmentos vernaculares portugueses (e ou latinos) resulta em novas palavras que, com grande predominância, têm reforçado a variedade do português falado em Angola. Por exemplo, os sufixos **-eiro**, formador de adjetivos ou nomes, e **-ar**, desinência verbal, são bastante operacionalizados nos dialetismos ou vocábulos com registo coloquial e, em seguida – muitas vezes, assimilados também por falantes mais cultos, devido a cada vez maior proximidade linguística entre a dita norma-padrão e os coloquialismos.

Conclui-se, tal qual os resultados empíricos indicam, que estes processos continuarão a ocorrer com bastante frequência em Angola como nas demais línguas, fator que está na base da sedimentação e emersão do português angolano como um processo contínuo. A metamorfose linguística, por via dos metaplasmos e não só, é um processo que ocorre em todas as línguas naturais como a nossa.

## Referências

- Altuna, R. R. 2006. *Cultura Tradicional Bantu*. São Paulo: Irmãs Paulinas.  
Andrade, M. M. 2009. *Dicionário de Termos Gramaticais*. São Paulo: Ed. Atlas.

- Andrade, P. 2008. Luanda: um caso de hibridismo linguístico e cultural. *Itinerarios, Araraquara* 26: 259-261.
- Bechara, E. 2006. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Editora Lucerna.
- Cardeira, E. 2006. *História do Português*. Luanda: Editorial Nzila.
- Castro, I. 2008. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Castro, I. 1991. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cunha, C.; Cintra, L. 2016. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- Daniel, H. F. 2016. Bantuísmos no português falado em Angola: tratamento dicionarístico e inclusão. *Atas do Colóquio Internacional A língua Portuguesa Nos Dias de Hoje*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Daniel, H. F. (no prelo). *O livro do português falado em Angola: dicionário elementar de angolanismos*. Luanda.
- Dicionário de Umbundo. 2002. Umbundo-Português. Póvoa de Santo Adrião: Edições Naho.
- Fernandes, J.; Ntongo, Z. 2002. *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila.
- Galisson, R. 1988. Cultures et lexicultures pour une approche dictionnaire de la culture partagée. *Annexes des Cahiers de linguistique hispanique médiévale, Hommage à Bernard Pottier* 7: 325-341.
- International Phonetic Association. 2005. Reproduction of the International Phonetic Alphabet. Disponível na internet em: <http://www.langsci.ucl.ac.uk/ipa/ipachart.html>, acessado a 14 de julho de 2019.
- Inverno, L. 2009. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In A. Carvalho (Ed.). *Português em contacto*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert.
- Jakobson, R.; Halle, M. 1956. *Fundamentals of Language*. Massachusetts, EUA: Mouton & Co – Gravenhage.
- Martinet, A. 1980. *Éléments de Linguistique Générale*. Paris: Ed. Armand Colin.
- Mingas, A. A. 2002. *Interferência do Kimbundo no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Mateus, M. H. M.; Andrade, A.; Viana, M. do C.; Villalva, A. 1990. *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Morfema. In *Artigos de apoio Infopédia* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019, acessido a 13 de julho de 2019.
- Okoudowa, B. 2005. *Descrição preliminar de aspectos da fonologia e da morfologia do Lembaama*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Undolo, M. 2014. Caracterização do sistema vocálico do português culto falado em Angola. *Revista de Filología Románica* 31(2): 181-187.
- Vansina, J. 2001. Portuguese vs. Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845). *Bulletin des séances* 47(3): 267-281.

**Da Hora, D.; Vogeley, A. 2017. Fonologia  
Autossegmental. In: D. da Hora, C. L. Matzenauer (Orgs.).  
*Fonologia, fonologias: uma introdução (63-80). São Paulo:  
Contexto.***

Violeta Amélia Magalhães<sup>19</sup>

[violetadmag@gmail.com](mailto:violetadmag@gmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

O capítulo “Fonologia Autossegmental”, de Dermeval da Hora e Ana Vogeley, publicado no volume *Fonologia, fonologias: uma introdução*, por sua vez organizado pelos autores Dermeval da Hora e Carmen Lúcia Matzenauer, no ano 2017, consiste numa apresentação e descrição lapidares de uma corrente fundamental da Fonologia – a Fonologia Autossegmental (doravante FA). O texto está dividido em seis partes não numeradas, antes introduzidas por perguntas. As primeiras três partes constituem, por assim dizer, o núcleo informativo do texto, pois é a partir delas que o leitor fica a saber o que é a FA, o que estuda e que procedimentos são utilizados por esta corrente. As restantes três últimas partes do texto procuram contribuir para o conteúdo teórico apresentado anteriormente com dados mais específicos: é dado um exemplo de aplicação da FA, são apresentadas as grandes linhas de investigação dessa corrente fonológica e, por último, são referidas ainda algumas indicações bibliográficas para aprofundamento do tema. A opção dos autores por uma divisão do capítulo em perguntas é pertinente, porquanto, por um lado, constitui uma novidade em relação a outros textos do género e, por outro lado, permite uma aproximação mais direta ao leitor e às suas inquietações teóricas.

A primeira parte do texto serve, então, para apresentar a FA, a sua definição e algumas informações sobre o nascimento desta corrente. Nesse sentido, é feita uma referência à obra de Noam Chomsky e Morris Halle de 1968, *Sound Patterns of English* (doravante SPE), de forma a relacionar, desde o início do texto, a FA com o modelo proposto pelo SPE e com a Fonologia Generativa. Podemos, por isso, falar de uma rutura na continuidade, pois a FA vem

---

<sup>19</sup> Estudante do 1.º ano do curso de Mestrado em Linguística.

colmatar algumas falhas teóricas do modelo SPE, relacionadas com a linearidade dessa abordagem e com a organização dos traços. Segundo a FA, o modelo SPE falha pela ausência de explicação para os diferentes tons que se aplicam a um mesmo segmento vocálico; pela ausência de explicação para o facto de os tons persistirem mesmo quando o segmento é apagado (por processos de supressão ou dessilabificação); pela não explicitação do nível melódico (prosódico) da gramática; pela ignorância relativamente à noção de tom flutuante e pela falta de tratamento dos movimentos de “espraiamento” (Da Hora e Vogelely 2017: 66), doravante *assimilação*, que são tidos como substituições completas. De forma geral, no modelo SPE, os segmentos não interagem, pois a Teoria Generativa Clássica propõe uma “sequência individual de segmentos e de símbolos limítrofes”, na qual os segmentos “constituem conjuntos de traços não ordenados, cada um dos quais de valor binário” (Da Hora e Vogelely 2017: 66), tratando-se, portanto, de um modelo linear da Fonologia. Por oposição, a FA vem propor um modelo não linear, em que a representação fonológica é multidimensional e composta por “várias sequências” (Da Hora e Vogelely 2017: 66). Assim, torna-se possível considerar várias camadas fonológicas que se associam entre si e que permitem dar conta de vários e diferentes processos fonológicos. A FA é, contudo, uma teoria que permanece na linha delineada pela Proposta Generativa e isso é, desde logo, evidente pela opção de Goldsmith (1976) por uma manutenção da designação ‘segmento’ e não ‘fonema’, ainda que o ‘segmento’ passe a ser visto como algo mais do que um mero conjunto de traços. Desenvolvida então por John Goldsmith na sua tese de doutoramento em 1976, a FA nasce da problematização dos suprasegmentos: de forma geral, o nível prosódico da fala (entoação, acentuação, e.o.), que era, até então, considerado “independente da análise linguística e de qualquer língua específica” (Da Hora e Vogelely 2017: 64). Nesse sentido, Goldsmith (1976) desenvolve o conceito de ‘camada’ (*tier*) - um nível fonológico que se pode ou não aplicar a um segmento, segundo as regras fonológicas da língua. A intenção é “apresentar uma teoria empiricamente mais satisfatória dos fenómenos suprasegmentais” (Da Hora e Vogelely 2017: 64). Trata-se, como já referimos, de um modelo não linear da Fonologia, que vai permitir explicar fenómenos como o tom, que, em certas línguas, é distintivo. A investigação dos sistemas tonais, segundo os autores do texto iniciada por Leben (1973 *apud* Da Hora & Vogelely 2017) nas línguas africanas, é, de facto, fundamental para a consideração de traços fonológicos que “utiliz[a]m como domínio de especificação um escopo menor do que um segmento” (Da Hora e Vogelely 2017: 65) e, conseqüentemente, para o abandono de um

modelo linear da Fonologia, em detrimento dessa nova abordagem não linear, que representa uma mudança de paradigma: o segmento deixa de ser um conjunto não ordenado de traços especificados e o próprio traço passa a ter um estatuto de segmento autónomo ou, segundo Goldsmith (1976), autossegmento. A opção dos autores pela referência ao tom é também relevante, pois contribui com um argumento claro e inequívoco para uma explicação que, para o leitor leigo ou iniciante na matéria, pode não ser facilmente compreensível. Contudo, de outra forma, poder-se-ia explicar o conceito de segmento através do próprio Português Europeu. Consideremos as três seguintes palavras: ma[n]to ([+cor] [+ant]); ma[m]bo ([-cor] [+ant]) e ma[N]go ([-cor] [-ant]). Pela sua comparação, verifica-se que não há uma substituição absoluta de segmentos, mas um segmento /N/ ([+cons] [+nas]) que, consoante o contexto, é articulado de forma diferente. Como tal, o que este exemplo demonstra é que, de facto, não há apenas matrizes de traços, mas camadas anteriores e posteriores, onde se desenrolam outras operações. Um outro aspeto fundamental da FA enunciado por Da Hora e Vogeley (2017:67) é o facto de os traços que formam um segmento poderem “revelar padrões complexos de sobreposição em que uma unidade em uma camada é alinhada com várias unidades em outras camadas”. Há, portanto, uma “organização hierárquica, em que elementos diferentes exercem funções diferenciadas” (Matzenauer 1999 apud Da Hora e Vogeley 2017:67). Os autores falam ainda numa representação fonológica vista como um “objeto tridimensional” (Da Hora e Vogeley 2017: 66) que se divide em nível autossegmental, segmental e suprasegmental, sem que se abandone uma visão binária generativa dentro de cada nível e na relação entre níveis.

A segunda parte do texto é intitulada “O que é que a fonologia estuda?” e serve para apresentar os objetivos da FA e o método seguido na procura desses objetivos, de forma a consolidar os conhecimentos introduzidos na secção anterior relativamente à FA. Em termos fonéticos, os objetivos da FA são, essencialmente, compreender a forma como os componentes do aparelho fonador se articulam na produção de sons da fala. Em termos fonológicos, procura-se a representação abstrata dos sons, como de resto em qualquer corrente fonológica, tentando-se dar conta não só do inventário segmental, mas sobretudo do comportamento dos segmentos numa língua, isto é, procurando-se esclarecer a combinação de segmentos em constituintes maiores e os processos fonológicos que estão envolvidos nessas combinações: aquilo a que os autores chamam as “restrições sobre como os vários níveis das sequências se associam” (Da Hora e Vogeley 2017: 68). Para tal, desenvolve-se a Geometria

dos Traços (doravante GT) que permite dar conta da organização não linear e hierárquica dos traços (sendo que essa hierarquização poderá ser teorizada de diferentes formas, dando origem a diferentes modelos de GT), mostrando como, na verdade, um segmento poderá ser composto por mais do que um traço e como um traço pode ser suprimido, mantendo-se outras dimensões do segmento. A GT admite traços unários na descrição do segmento, isto é, traços que não funcionam de modo presente/ausente, como os binários, mas que coexistem. Os traços unários não são, contudo, dicotómicos, pois eles articulam-se entre si. Neste modelo de análise, segue-se a teoria X-barras e, mais uma vez, se demonstra a rutura feita na continuidade da FA em relação à Proposta Generativa. A adoção da GT pela FA tem várias consequências positivas tanto para o avanço da Fonologia como para o avanço da própria Teoria Generativa. Entre elas, a simplificação do conceito de regra fonológica e de abstração e, sobretudo, o facto de “com [esta] proposta, muitas regras fonológicas produtivas [passarem] a ser reinterpretadas não como regras que mudam traços, mas como regras que reorganizam a representação” (Da Hora e Vogele 2017: 70).

A terceira parte do texto é introduzida pela seguinte pergunta: “Como analisar fenômenos da língua usando a fonologia autosegmental?” e recupera a secção anterior, explicando alguns pressupostos associados à FA, a saber: a utilização de um método como a GT, já anteriormente apresentado; a ideia de que a fala se processa através de vários articuladores dispostos em camadas independentes; e, ainda, a afirmação de que as regras fonológicas operam uma única vez e de que a organização dos traços é universal. No entanto, se as camadas são separadas e realizadas individualmente em termos acústicos, é necessário explicar como é que as componentes dentro de cada camada se interligam entre si. A resposta de Goldsmith (1976: 27) para a interligação entre camadas é a Condição da Boa-Formação (Da Hora e Vogele 2017: 72). Fica assim claro que, no mesmo nó onde se encontra uma classe de elementos, um traço pode funcionar ‘solidariamente’ sobre outro, ocorrendo um processo fonológico. Além dessa condição, são também apresentados outros princípios que regulam o funcionamento da FA: o Princípio do Não Cruzamento de Linhas de Associação, o Princípio do Contorno Obrigatório e o Princípio da Restrição de Ligação. Com esta secção, os autores procuram legitimar o conceito de segmento como conjunto de camadas fonológicas ordenadas hierarquicamente. Em adição, são ainda referidos os diferentes tipos de segmentos disponíveis: simples, complexos ou de contorno, tornando-se assim possível à FA a disposição dos mesmos em classes naturais.

Chegados a este ponto, o leitor mais atento é capaz de sumarizar as informações transmitidas por Da Hora e Vogeley (2017) da seguinte forma: a FA, através da GT, permite considerar a ampla dimensão fonológica de uma língua, tendo em conta as suas particularidades fonéticas e fonológicas através da consideração dos sons da língua como várias camadas de segmentos que se influenciam entre si e que, apesar da sua independência, vão dando origem a processos fonológicos. Na continuação da leitura do texto encontrará as últimas secções, que são exemplificativas.

Em “Poderia me dar um exemplo?” os autores propõem uma exemplificação da FA através da recuperação do fenómeno da assimilação. Na verdade, a assimilação progressiva (ou harmonização vocálica) é um fenómeno já tratado pela Fonologia Generativa Clássica, descrito como a partilha de traços do mesmo tipo por todas as vogais de uma palavra. No entanto, e como referem os autores deste texto, segundo esse modelo, a assimilação era vista como “uma cópia de traços, no qual um segmento copia as especificações dos traços de um segmento vizinho” (Da Hora e Vogeley 2017: 75). Já segundo a FA, o que se acredita que aconteça é um acordo entre segmentos de sílabas sucessivas. Dessa forma, os traços de um Segmento<sub>1</sub> passarão para um Segmento<sub>2</sub> como podemos ver pelo exemplo seguinte:

(1)

[m]uito	[mu~j~]to
S <sub>1</sub>	S <sub>2</sub>
[+nas]	[+nas]

Assim, um autosegmento espalha-se para o segmento adjacente, como no exemplo (1), ou mesmo para segmentos mais distantes, como em casos de harmonia vocálica entre consoantes, como os evocados por Mateus (2003) para os verbos da terceira conjugação em Português Europeu, por exemplo, s[e~]tir -> s[i~]to. Em Da Hora e Vogeley (2017), os autores referem ainda o trabalho de Bisol (1989 apud Da Hora e Vogeley 2017) relativamente ao estatuto fonológico dos ditongos em Português, que constitui um dado fundamental da Fonologia desta língua.

A penúltima secção do texto toma o título de “Quais são as grandes linhas de investigação?” e serve para introduzir ao leitor investigações que decorrem sob a teoria da FA. Como Da Hora e Vogeley (2017) já haviam avançado na secção imediatamente anterior, a FA é altamente produtiva na explicitação de processos de assimilação: quer no português,

como em outras línguas, como o húngaro, o finlandês, o turco e algumas línguas africanas. Ainda segundo os autores, a FA é também altamente produtiva na criação de matrizes subespecificadas de segmentos, o que carrega uma conseqüente simplificação dos inventários fonológicos. Esta contribuição é também desejada na relação entre linguagem e cognição, na medida em que conhecer a subespecificação segmental de uma língua permitirá compreender melhor qual a estrutura subjacente e abstrata dos segmentos na mente dos falantes. Uma outra contribuição é no sentido da compreensão das fases do desenvolvimento fonológico no processo de aquisição da linguagem pelas crianças, pois tipicamente a criança parte de um sistema estrutural básico para adquirir traços segmentais mais complexos. Além disso, acreditamos que uma abordagem autosegmental pode também ser esclarecedora na aprendizagem de L2, pois, se o falante estiver ciente de todos os processos que ocorrem na língua que pretende aprender, poderá de forma mais eficaz atingir o nível de proficiência pretendido e eventualmente ultrapassar dificuldades de compreensão. Um último campo de investigação a referir é o da morfologia não concatenativa que, segundo McCarthy (1981 *apud* Da Hora e Vogeley 2017), poderá encontrar na proposta da FA caminhos explicativos. A última parte do texto é, por fim, intitulada “O que eu poderia ler para saber mais?” e serve uma enumeração de trabalhos desenvolvidos segundo a FA.

Em geral, o capítulo “Fonologia Autosegmental” de Dermeval da Hora e Ana Vogeley constitui um texto relevante e, de várias maneiras, aconselhável. Ao leitor mais conhecedor e avançado o texto oferece uma viagem concisa, mas lacónica pelo surgimento e desenvolvimento da FA. Para o leitor leigo ou iniciante no amplo domínio científico da Fonologia, este capítulo reveste-se de um maior interesse e relevância, na medida em que é capaz de munir o leitor de referências, considerações, informações e métodos essenciais desta corrente fonológica. Por isso, recomenda-se a leitura do capítulo “Fonologia Autosegmental” de Dermeval da Hora e Ana Vogeley, por se acreditar que de modo fundamental ou acessório, a leitura deste texto será sempre útil ao conhecimento fonológico armazenado do leitor.

## Referências

- Da Hora, D.; Vogeley, A. 2017. Fonologia autosegmental. In: D. Hora, C. L. Matzenauer (Orgs.). *Fonologia, fonologias: uma introdução* (63-80). São Paulo: Contexto.
- Goldsmith, J. 1976. *Autosegmental Phonology*. Tese de doutoramento, MIT.

Mateus, M.H.M. 2003. Fonologia. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria.  
(Eds.). *Gramática da Língua Portuguesa* (987-1033). Lisboa: Caminho.